



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Estratégias de policiamento em territórios de baixa densidade populacional**

**Aspirante de Infantaria da GNR João Manuel Costa Borges**

Trabalho de Investigação Aplicada

## **Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

Orientadora: Major de Infantaria da GNR Adriana Filipa Gameiro Martins

### **Júri**

Presidente: Professora Associada Paula Sofia de Vasconcelos Casimiro

Arguente: Professora Associada Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Orientadora: Major de Infantaria da GNR Adriana Filipa Gameiro Martins

Diretora de Curso: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Lucília de Jesus Mendes da Silva

**junho 2025**



# **ACADEMIA MILITAR**

## **Estratégias de policiamento em territórios de baixa densidade populacional**

**Aspirante de Infantaria da GNR João Manuel Costa Borges**

Trabalho de Investigação Aplicada

## **Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança**

Orientadora: Major de Infantaria da GNR Adriana Filipa Gameiro Martins

### **Júri**

Presidente: Professora Associada Paula Sofia de Vasconcelos Casimiro

Arguente: Professora Associada Ana Maria Carapelho Romão Leston Bandeira

Orientadora: Major de Infantaria da GNR Adriana Filipa Gameiro Martins

Diretora de Curso: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Lucília de Jesus Mendes da Silva

**junho 2025**

## EPÍGRAFE

*“Do not go gentle into that good night,  
Old age should burn and rave at close of day;  
Rage, rage against the dying of the light.”*

Dylan Thomas

# DEDICATÓRIA

Aos que carregam no corpo o fardo do tempo.

## AGRADECIMENTOS

A presente dissertação constitui a etapa final de um percurso exigente e desafiante, que só foi possível concretizar graças ao contributo de várias pessoas que, de forma direta ou indireta, foram fundamentais ao longo do processo. A todas elas, expresso o meu mais profundo e sincero reconhecimento.

À Sra. Major Adriana Martins, na qualidade de minha orientadora, dirijo um agradecimento especial pela sua incansável disponibilidade, orientação e entrega permanente. A sua prestabilidade, a clareza dos conselhos e a sensibilidade demonstrada ao longo de todo o processo foram essenciais não apenas para o rigor científico, mas também para o meu crescimento académico e pessoal. A sua orientação foi, em todos os momentos, marcada por um raro equilíbrio entre exigência e incentivo, competência e humanidade.

A todos os militares da GNR, autarcas e técnicos de ação social, que aceitaram fazer parte desta investigação através das entrevistas, deixo uma palavra de gratidão profunda. A vossa disponibilidade, a partilha generosa de experiências e o conhecimento transmitido foram decisivos para enriquecer e consolidar esta investigação. A vossa colaboração foi não apenas um contributo técnico, mas também um testemunho de dedicação ao serviço público.

Aos idosos que participaram nesta investigação através da resposta aos questionários, manifesto o meu sincero agradecimento. A vossa colaboração foi essencial para compreender as perceções, preocupações e vivências de quem está no centro da problemática estudada. O vosso contributo valioso, deu sentido e legitimidade a esta investigação.

Aos camaradas do XXX CFOGNR, em especial ao meu parêntese, deixo uma palavra de admiração e apreço pelos desafios superados em conjunto e pelas memórias que criámos.

Aos meus pais e namorada, pelo apoio incondicional, pela presença constante e por estarem sempre lá, como raízes que sustentam mesmo quando não se veem.

A todos os que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste projeto, deixo um agradecimento sentido.

A todos o meu mais profundo agradecimento,

João Borges

## RESUMO

A presente investigação analisa as estratégias de policiamento adotadas pela Guarda Nacional Republicana (GNR) em territórios de baixa densidade populacional, com incidência na área de ação do Destacamento Territorial de Évora e do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo. Procedeu-se à realização de entrevistas semiestruturadas a militares da GNR comandantes de Destacamento e Comando Territorial, autarcas e técnicos de ação social, complementadas por análise documental e aplicação de um questionário à população idosa residente na área em estudo.

A investigação visou compreender as dinâmicas no âmbito da segurança, as boas práticas existentes e as limitações operacionais da GNR. Percebeu-se existência de fenómenos criminais recorrentes, como furtos, burlas e violência doméstica, frequentemente agravados pela vulnerabilidade da população idosa e pela escassez de recursos humanos e materiais. Identificaram-se diversas práticas eficazes de policiamento comunitário, nomeadamente a realização de visitas domiciliárias regulares, a criação de laços de confiança com a população idosa, a implementação dos programas “Apoio 65 - Idosos em Segurança” e “Censos Sénior”, bem como a articulação com técnicos de ação social.

As conclusões mostram que a atuação da GNR nestes territórios está substancialmente alinhada com os princípios do policiamento comunitário, da prevenção criminal e da *governance* de segurança. Contudo, persistem constrangimentos operacionais, como a escassez de meios humanos e materiais, a informalidade das redes colaborativas e a subutilização dos Contratos Locais de Segurança (CLS). Neste contexto, a investigação recomenda a implementação de CLS, a institucionalização de visitas conjuntas entre militares e técnicos de ação social, a afetação de um militar num período de tempo específico para receção de queixas e auxílio à população idosa nas Juntas de Freguesia, o reforço da presença visível através de policiamento a pé, a cavalo, de bicicleta e posto móvel num período de tempo específico para auxiliar na receção de queixas, bem como o investimento em tecnologias de apoio à segurança, tais como sistemas de teleassistência, botões de emergência e dispositivos que facilitem o contacto imediato com os serviços de socorro.

**Palavras-chave:** Territórios de baixa densidade, GNR, policiamento comunitário, segurança, envelhecimento, proximidade.

## ABSTRACT

This research analyses the policing strategies adopted by the National Republican Guard (GNR) in low population density territories, with a particular focus on the operational areas of the Territorial Detachment of Évora and the Territorial Detachment of Montemor-o-Novo. Semi-structured interviews were conducted with GNR officers serving as commanders of Territorial Detachments and the Territorial Command, as well as with local government officials and social action technicians. These interviews were complemented by document analysis and the administration of a questionnaire to elderly residents within the study area.

The investigation aimed to understand the dynamics of security, identify good practices, and examine the operational limitations faced by the GNR. Recurrent criminal phenomena such as theft, fraud and domestic violence were identified, often exacerbated by the vulnerability of the elderly population and the shortage of human and material resources. Several effective community policing practices were identified, including regular home visits, the development of trust-based relationships with elderly citizens, the implementation of programmes such as “Apoio 65 – Idosos em Segurança” and “Censos Sénior”, and coordination with social action professionals.

The conclusions demonstrate that the GNR’s operations in these territories are substantially aligned with the principles of community policing, crime prevention, and security governance. However, operational constraints persist, including the shortage of human and material resources, the informal nature of collaborative networks, and the underutilisation of Local Security Contracts (Contratos Locais de Segurança – CLS). In this context, the study recommends the implementation of CLS, the institutionalisation of joint visits between officers and social action professionals, the allocation of a designated officer at specific times to receive complaints and assist the elderly population at local parish councils, the reinforcement of visible policing through foot, horseback, bicycle, and mobile post patrols during specific timeframes to support community contact, as well as investment in security support technologies such as teleassistance systems, emergency buttons, and devices that enable immediate contact with emergency services.

**Keywords:** Low-density territories, GNR, community policing, security, aging, proximity.

# ÍNDICE GERAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>PARTE 1 - REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	<b>5</b>
<b>CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE</b> .....	<b>5</b>
1.1 Enquadramento Conceptual de Território de Baixa Densidade .....	5
1.2 Aplicação do Conceito de TBD à Área em Estudo .....	10
<b>CAPÍTULO 2 - GOVERNANCE DE SEGURANÇA</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 3 - PREVENÇÃO CRIMINAL</b> .....	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 4 - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO</b> .....	<b>20</b>
4.1 Relação entre Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário .....	21
<b>CAPÍTULO 5 - A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA</b> .....	<b>24</b>
5.1 Estratégia da Guarda 2020 e Estratégia da Guarda 2025.....	24
5.2 Idosos.....	25
5.3 Contributo da GNR para a ENEAS .....	26
<b>PARTE 2 - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO</b> .....	<b>27</b>
<b>CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
6.1 Natureza e Objetivos da Investigação.....	27
6.2 Descrição da Estratégia de Investigação e Desenho de Investigação.....	27
6.3 Definição dos Procedimentos Técnicos de Recolha de Dados .....	29
6.4 Descrição dos Procedimentos Técnicos da Análise de Dados .....	30
6.5 Considerações Éticas .....	31
<b>CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>33</b>
7.1 Análise das entrevistas exploratórias .....	33
7.2 Análise das entrevistas .....	33
7.3 Análise dos questionários.....	41
7.4 Análise comparativa das entrevistas e dos questionários.....	55

7.5 Discussão de resultados .....	58
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas da definição do INE & DGOTDU .....	7
Figura 2 - Municípios de Baixa Densidade .....	8
Figura 3 - Principais etapas do CLS .....	16
Figura 4 - Distribuição por ano de artigos científicos Q1 e Q2.....	29
Figura 5 - Perceção de segurança .....	42
Figura 6 - Frequência de centro de dia ou outra instituição de apoio a idosos .....	43
Figura 7 - Preferências da população idosa sobre formas de apoio/contacto da GNR.....	43
Figura 8 - Nível de escolaridade.....	44
Figura 9 - Ocupação principal .....	44
Figura 10 - Situação de coabitação .....	45
Figura 11 - Preferência de temas para ações da GNR.....	45
Figura 12 - Meio de transporte mais usado .....	46
Figura 13 - Presença da GNR.....	46
Figura 14 - Preferência relativamente ao tipo de patrulha .....	47
Figura 15 - Capacidade para apresentar queixa presencialmente .....	47
Figura 16 - Motivos para não apresentar queixa presencialmente .....	48
Figura 17 - Satisfação relativamente a denúncia .....	48
Figura 18 - Informação sobre situações de burla.....	49
Figura 19 - Conhecimento para agir em caso de burla .....	49
Figura 20 - Regularidade das visitas da GNR .....	50
Figura 21 - Continuidade das visitas da GNR.....	50
Figura 22 - Acompanhamento das visitas da GNR por um profissional de ação social .....	51
Figura 23 - Formas de acesso ao contacto telefónico da GNR.....	51
Figura 24 - Conhecimento para contactar a GNR em caso de perigo.....	52
Figura 25 - Perceção acerca das ações conjuntas entre GNR e outras entidades .....	52
Figura 26 - Conhecimento da GNR sobre os problemas específicos da comunidade .....	53
Figura 27 - Perceção acerca de um posto móvel .....	53
Figura 28 - Utilidade de um militar na GNR na Junta de Freguesia .....	53
Figura 29 - Conhecimento sobre o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança .....	54
Figura 30 - Intenção de participar em iniciativas da GNR.....	54
Figura 31 - Solicitação de opinião por parte da GNR.....	55

Figura 32 - Criminalidade geral participada no distrito de Évora com base nos RASI..... IV

Figura 33 - Outras categorias de criminalidade no distrito de Évora com base nos RASI...V

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias da definição da OECD.....	6
Tabela 2 - Áreas da definição do INE & DGOTDU.....	7
Tabela 3 - Comparação das abordagens para a classificação de TBD.....	9
Tabela 4 - Grupos Etários (2001-2021).....	10
Tabela 5 - Comparação dos concelhos segundo os critérios.....	11
Tabela 6 - Eixos estratégicos da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável.....	15
Tabela 7 - Características do PC.....	21
Tabela 8 - Relação Comparativa entre Prevenção Criminal, PC e TBD.....	23
Tabela 9 - Comparação das duas estratégias.....	24
Tabela 10 - Análise dos Relatórios de Atividades da GNR.....	26
Tabela 11 - Eixo da Segurança da ENEAS.....	26
Tabela 12 - Critérios de escolha.....	28
Tabela 13 - Análise dos RASI (2014-2024).....	I
Tabela 14 - Guião de Entrevista Exploratória.....	XI
Tabela 15 - Entidades entrevistadas na entrevista exploratória.....	XIII
Tabela 16 - Quadro de categorização das entrevistas exploratórias.....	XIV
Tabela 17 - Guião de Entrevista.....	XVII
Tabela 18 - Entidades entrevistadas.....	XVIII
Tabela 19 - Análise qualitativa da questão 1.....	XIX
Tabela 20 - Análise qualitativa da questão 2.....	XIX
Tabela 21 - Análise qualitativa da questão 3.....	XX
Tabela 22 - Análise qualitativa da questão 4.....	XXI
Tabela 23 - Guião de questionário.....	XXIII
Tabela 24 - Comparação estatística entre os dois questionários.....	XXVIII

## LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Análise dos RASI (2014-2024) .....	I
Apêndice B - Criminalidade geral participada no distrito de Évora com base nos RASI ..	IV
Apêndice C - Outras categorias de criminalidade no distrito de Évora com base nos RASIV	
Apêndice D - Carta de Apresentação .....	VI
Apêndice E - Protocolo de consentimento informado .....	VIII
Apêndice F - Guião de Entrevista Exploratória.....	XI
Apêndice G - Entidades entrevistadas na entrevista exploratória .....	XIII
Apêndice H - Quadro de categorização das entrevistas exploratórias .....	XIV
Apêndice I - Guião de entrevista .....	XVII
Apêndice J - Entidades entrevistadas.....	XVIII
Apêndice K - Análise qualitativa das entrevistas .....	XIX
Apêndice L - Guião de questionário .....	XXIII
Apêndice M - Comparação estatística entre os dois questionários.....	XXVIII

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AMU	Área Mediamente Urbana
ANMP	Associação Nacional de Municípios Portugueses
APU	Área Predominantemente Urbana
APR	Área Predominantemente Rural
CCDR Alentejo	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
CLASVN	Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CLS	Contrato Local de Segurança
CME	Câmara Municipal de Évora
CMMN	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
CTerÉVORA	Comando Territorial de Évora
DGOTDU	Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DTerÉVORA	Destacamento Territorial de Évora
DTerMNOVO	Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo
EG2020	Estratégia da Guarda 2020
EG2025	Estratégia da Guarda 2025
ENEAS	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
FS	Força de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Infraestruturas de Portugal
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
km <sup>2</sup>	Quilómetro quadrado

LOE	Linha de Orientação Estratégica
MAI	Ministério da Administração Interna
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
O <sub>E</sub>	Objetivo Específico
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
O <sub>G</sub>	Objetivo Geral
P <sub>Ter</sub> ÉVORA	Posto Territorial de Évora
Q <sub>C</sub>	Questão Central
Q <sub>D</sub>	Questão Derivada
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
SPCPC	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
TBD	Território de Baixa Densidade

## INTRODUÇÃO

Os territórios de baixa densidade (TBD) em Portugal apresentam características particulares que os distinguem (CCDR Alentejo, 2022). Caracterizam-se pela dispersão populacional, envelhecimento demográfico e menor acesso a serviços essenciais, incluindo saúde, educação e segurança. Estas condições afetam diretamente a qualidade de vida das populações locais e desafiam a implementação de políticas públicas (CCDR Alentejo, 2021).

Os TBD exigem uma abordagem diferenciada, pois, devido à sua extensão geográfica e baixa densidade populacional, apresentam desafios específicos para a atuação das forças de segurança (FS)<sup>1</sup> (Ceccato & Abraham, 2022). A escassez de efetivos, a dispersão populacional e as dificuldades de acessibilidade impactam a eficiência do policiamento, tornando essencial uma análise das estratégias adotadas (Meško, 2020).

A Guarda Nacional Republicana (GNR), responsável pelo policiamento da grande maioria destas áreas, tem um papel essencial na prevenção criminal e na proteção das comunidades locais (GNR, 2020).

Esta investigação centra-se na análise dos TBD abrangidos pela área de ação do Destacamento Territorial de Évora (DTERÉVORA) e do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo (DTERMNOVO), ambos pertencentes ao distrito de Évora.

O DTERÉVORA abrange os concelhos de Évora, Redondo e Portel. Évora possui 53.577 habitantes distribuídos por uma área de 1.307 km<sup>2</sup>, resultando numa densidade populacional de aproximadamente 41 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021). Redondo tem 6.286 habitantes, distribuídos por uma área de 369,5 km<sup>2</sup>, o que resulta numa densidade populacional de cerca de 17 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021). Portel possui cerca de 5.747 habitantes, numa área de 601,2 km<sup>2</sup>, o que corresponde a uma densidade populacional de aproximadamente 9,6 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021).

O DTERMNOVO, compreende os concelhos de Montemor-o-Novo, Vendas Novas e Viana do Alentejo. Montemor-o-Novo apresenta 15.799 habitantes, distribuídos por uma área de 1.233 km<sup>2</sup>, com uma densidade populacional de aproximadamente 13 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021). Viana do Alentejo regista 5.318 habitantes numa área de 393,7 km<sup>2</sup>, resultando numa densidade populacional de cerca de 14 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021).

---

<sup>1</sup> Entidades responsáveis por garantir a legalidade democrática, a segurança interna e os direitos dos cidadãos, atuando na prevenção e investigação criminal, manutenção da ordem pública e proteção de pessoas e bens (Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna).

Vendas Novas possui 11.245 habitantes distribuídos por uma área de 222,6 km<sup>2</sup>, apresentando assim uma densidade populacional de cerca de 51 habitantes por km<sup>2</sup> (INE, 2021).

Com base na análise dos Relatórios Anuais de Segurança Interna (RASI), destaca-se no distrito de Évora a prevalência do número de casos de violência doméstica. Verifica-se também um aumento significativo da criminalidade geral participada desde o ano de 2021 (ver apêndices A, B e C)

Estas regiões, apesar da sua vasta extensão territorial, caracterizam-se por uma distribuição demográfica dispersa, com a predominância de pequenas localidades e vilas sobre os grandes centros urbanos<sup>2</sup> (Câmara Municipal de Évora, 2023).

A GNR depara-se com desafios adicionais, como a dificuldade de mobilidade entre localidades isoladas, a presença reduzida em determinadas freguesias e a necessidade de estratégias de policiamento adaptadas ao contexto rural<sup>3</sup>.

A segurança em TBD tem vindo a ganhar crescente atenção por parte de académicos e decisores políticos devido ao impacto que a criminalidade e a perceção de insegurança podem ter sobre comunidades vulneráveis e isoladas (Ceccato & Abraham, 2022). O policiamento comunitário (PC) tem sido identificado como uma solução eficaz para estas regiões, promovendo maior confiança entre a população e as FS, além de facilitar o contacto direto entre as duas partes (Maillard, 2021).

A análise da literatura científica revela uma escassez de estudos específicos sobre estratégias de policiamento da GNR em TBD nas áreas de atuação do DTerÉVORA e do DTerMNOVO. Embora existam investigações que abordam o policiamento em TBD, como a importância dos postos territoriais da GNR no distrito da Guarda (Silva, 2020) ou os programas especiais de policiamento de proximidade focados na proteção dos idosos<sup>4</sup> (Lamelas, 2021), não se identificam estudos que analisem, de forma integrada, as estratégias adotadas pela GNR para responder às especificidades dos TBD no contexto de Évora e Montemor-o-Novo.

A relevância da população idosa emergiu de forma consistente nas entrevistas exploratórias realizadas na fase inicial da investigação, nas quais os entrevistados destacaram os idosos como grupo especialmente vulnerável e prioritário no contexto da

---

<sup>2</sup> Áreas caracterizadas por alta densidade populacional, infraestrutura desenvolvida e uma variedade de atividades económicas não agrícolas, como comércio, serviços e indústria (Rodrigues, 2015).

<sup>3</sup> Áreas geográficas caracterizadas por baixa densidade populacional, predominância de atividades agropecuárias e infraestrutura urbana limitada (Figueiredo, 2018).

<sup>4</sup> Pessoa com 65 anos ou mais de idade (Truijen et al., 2025).

atuação da GNR na área em estudo. Esta constatação inicial direcionou a investigação para a análise das estratégias direcionadas a esta faixa etária nos territórios em estudo.

Existe literatura sobre o trabalho da GNR com idosos em TBD tal como a investigação de Pereira (2020), que analisa o impacto do programa "Apoio 65 - Idosos em Segurança", bem como a investigação de Costa (2021) que aborda o projeto eGuard no distrito da Guarda. No entanto, estas investigações não consideram especificamente a realidade do DTerÉVORA e do DTerMNOVO, nem analisam as particularidades demográficas, socioeconómicas e geográficas dessas regiões, deixando em aberto a necessidade de um estudo que contemple essas especificidades.

A literatura internacional sobre policiamento em TBD (Ceccato & Abraham, 2022) e PC (Maillard, 2021) continua a ser uma referência genérica, mas a sua aplicabilidade ao caso português é limitada.

As lacunas apontadas relevam a necessidade de uma investigação focada nestes territórios. Este estudo pretende colmatar essa insuficiência, proporcionando uma análise mais direcionada para as especificidades locais.

A definição clara de objetivos de investigação é essencial para orientar a recolha e análise de dados, assegurando a coerência metodológica do estudo. A formulação de um objetivo geral (O<sub>G</sub>) permite delimitar o foco da pesquisa, enquanto os objetivos específicos (O<sub>E</sub>) detalham as dimensões a explorar, facilitando a operacionalização do estudo (Creswell & Creswell, 2018). Dessa forma, definiram-se os seguintes objetivos:

- **O<sub>G</sub>**: Analisar as estratégias de policiamento nos TBD, nas áreas de atuação do DTerÉVORA e DTerMNOVO.
- **O<sub>E</sub>**:
  - **O<sub>E1</sub>**: Analisar a distribuição geográfica da população e o perfil demográfico dos habitantes nas áreas em estudo.
  - **O<sub>E2</sub>**: Elencar os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional.
  - **O<sub>E3</sub>**: Aferir boas práticas existentes no policiamento dessas áreas.
  - **O<sub>E4</sub>**: Identificar possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo.

A formulação de questões de investigação é um elemento fundamental para orientar um estudo e garantir a sua relevância científica (Creswell & Creswell, 2018). De acordo com Bryman (2012), a questão central deve refletir o objetivo geral, enquanto as questões derivadas devem detalhar aspetos específicos da investigação, permitindo operacionalizar os objetivos específicos definidos. Foram definidas as seguintes questões:

- Questão Central (**Q<sub>C</sub>**): Quais são as estratégias de policiamento nos TBD, nas áreas de atuação do DTerÉVORA e DTerMNOVO?
- Questões Derivadas (**Q<sub>D</sub>**):
  - **Q<sub>D1</sub>**: Como está distribuída geograficamente a população nas áreas em estudo e qual é o perfil demográfico dos habitantes?
  - **Q<sub>D2</sub>**: Quais são os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional?
  - **Q<sub>D3</sub>**: Quais são as boas práticas existentes no policiamento dessas áreas?
  - **Q<sub>D4</sub>**: Quais são as possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo?

Para responder às questões de investigação, adotou-se uma abordagem mista (qualitativa e quantitativa). A investigação combinou a análise documental, a realização de entrevistas semiestruturadas a militares da GNR, autarcas e técnicos de ação social, assim como a aplicação de um questionário à população idosa residente nos territórios em estudo. Esta estratégia metodológica visou compreender os contextos locais, as perceções dos intervenientes e as práticas de policiamento desenvolvidas nos TBD.

## PARTE 1 - REVISÃO DA LITERATURA

### CAPÍTULO 1 - TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE

A origem do conceito de TBD está intrinsecamente ligada a transformações socioeconómicas e políticas durante o século XX. Após a segunda guerra mundial, a intensificação da industrialização e a urbanização atraíram populações das áreas rurais para as cidades, impulsionando, dessa forma, o despovoamento de vastas regiões. A mecanização e a crescente produtividade do setor agropecuário resultaram em menor necessidade de mão de obra, intensificando o despovoamento rural (Figueiredo, 2018).

O conceito de TBD assume relevância em países como Portugal, onde o abandono das áreas rurais e a crescente concentração populacional nas zonas urbanas, assim como a desertificação do interior, constituem desafios persistentes. A caracterização destes territórios permite a implementação de medidas de diferenciação positiva, visando a coesão territorial e a promoção do desenvolvimento local (Monteiro, 2019).

De acordo com Bento et al. (2023) as abordagens ao conceito de TBD não são uniformes, sendo que existem diferentes critérios e indicadores para a sua caracterização. A caracterização de TBD não é homogénea, pois o conceito pode variar de acordo com os critérios e indicadores utilizados, refletindo abordagens diferentes conforme os objetivos de quem os analisa. Tal como afirmam Bento et al. (2023, p. 6) “*The definitions are so varied that a common standard is elusive: they change based on the purpose of the study and the institutions and actions demanding them*”.

#### 1.1 Enquadramento Conceptual de Território de Baixa Densidade

Dada a complexidade do conceito de TBD, várias entidades têm desenvolvido abordagens distintas para a sua definição. Essas abordagens procuram não só classificar os territórios com base na sua densidade populacional, mas também considerar fatores socioeconómicos, territoriais e de acessibilidade. Neste sentido, serão analisadas três perspetivas principais: a abordagem da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) (1994), que estabelece uma classificação baseada na densidade populacional a nível subnacional; a metodologia do INE e da Direção Geral do Ordenamento

do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), de 1998, que distingue áreas urbanas e rurais através de critérios funcionais e de planeamento e, por último, a proposta da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), de 2014, que adota uma abordagem multifatorial para classificar TBD, conjugando diferentes indicadores que refletem a realidade socioeconómica e territorial. A compreensão dessas diferentes abordagens é fundamental para contextualizar a definição adotada nesta investigação e justificar a sua adequação à mesma.

Na abordagem apresentada pela OECD elaborou-se uma metodologia que fez com que fosse possível comparar e perceber o meio rural. A abordagem proposta discrimina através da densidade populacional dois níveis hierárquicos: o subnacional local e o subnacional regional (OECD, 1994). Nesta abordagem, as unidades locais (município<sup>5</sup> / freguesia<sup>6</sup>) são classificadas como rural se a sua densidade populacional for menor do que 150 habitantes/km<sup>2</sup>. Definiram-se três categorias, consoante a tabela 1:

**Tabela 1 - Categorias da definição da OECD**

Categoria	Definição
Predominantemente Rural	mais de 50% da população reside em espaços rurais (com menos de 150 habitantes/km <sup>2</sup> );
Região Intermediária	15% a 50% da população reside em unidades locais rurais e na qual existe um centro urbano com mais do que 200.000 habitantes que represente pelo menos 25% da população de uma região predominantemente rural;
Predominantemente Urbana	menos de 15% da população da região reside em unidades locais rurais em que existe um centro urbano com mais do que 500.000 habitantes que representa pelo menos 25% da população de uma região intermediária.

O INE & DGOTDU (1998), tiveram em consideração a falta de harmonia ao nível dos conteúdos de urbano e rural e as consequências na análise comparativa internacional da informação e desenvolveram um conjunto de ações com vista à apresentação de uma definição de urbano. Foram definidos três tipos de áreas, conforme a tabela 2:

<sup>5</sup> Divisão administrativa autónoma composta por freguesias, com competências próprias. É governado por uma Câmara Municipal e uma Assembleia Municipal (Lei n.º 75/2013).

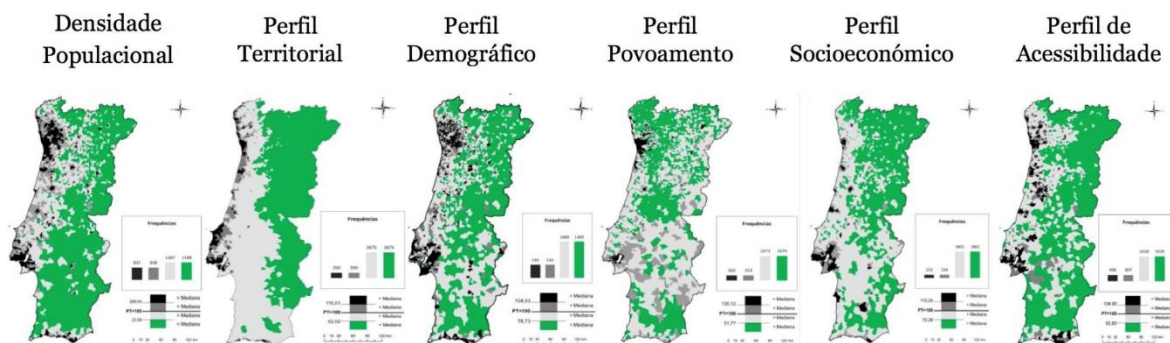
<sup>6</sup> A menor unidade administrativa do território, inserida num município. Possui autonomia e órgãos próprios, como a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia (Lei n.º 75/2013).

**Tabela 2 - Áreas da definição do INE & DGOTDU**

Áreas	Definição
Áreas Predominantemente Urbanas (APU)	são aquelas que integram freguesias urbanas <sup>7</sup> ; freguesias semiurbanas <sup>8</sup> contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias semiurbanas constituindo por si só APU; freguesias sedes de município com população superior a 5.000 habitantes.
Áreas Mediamente Urbanas (AMU)	são constituídas pelas freguesias semiurbanas que não se incluem na área predominantemente urbana; as freguesias sedes de município não se incluem na área predominantemente urbana.
Áreas Predominantemente Rurais (APR)	inserem-se nas freguesias remanescentes <sup>9</sup> .

Outra possível abordagem para o conceito de TBD foi proposta pela ANMP (2014). Nesta abordagem, conjugam-se critérios que possuem diferentes ponderações para além da densidade populacional (50%), tais como o perfil territorial (10%), o perfil demográfico (10%), o perfil de povoamento (10%), o perfil socioeconómico (10%) e o perfil de acessibilidade (10%), consoante figura 1.

**Figura 1 - Áreas da definição do INE & DGOTDU**



**Fonte: ANMP (2014)**

Após ser calculado o valor de cada critério consoante a respetiva ponderação, resultará um índice de classificação final de freguesia. Se este valor for inferior a 62,77 será considerado como TBD (Ver figura 2). Definiu-se também que nos municípios em que mais

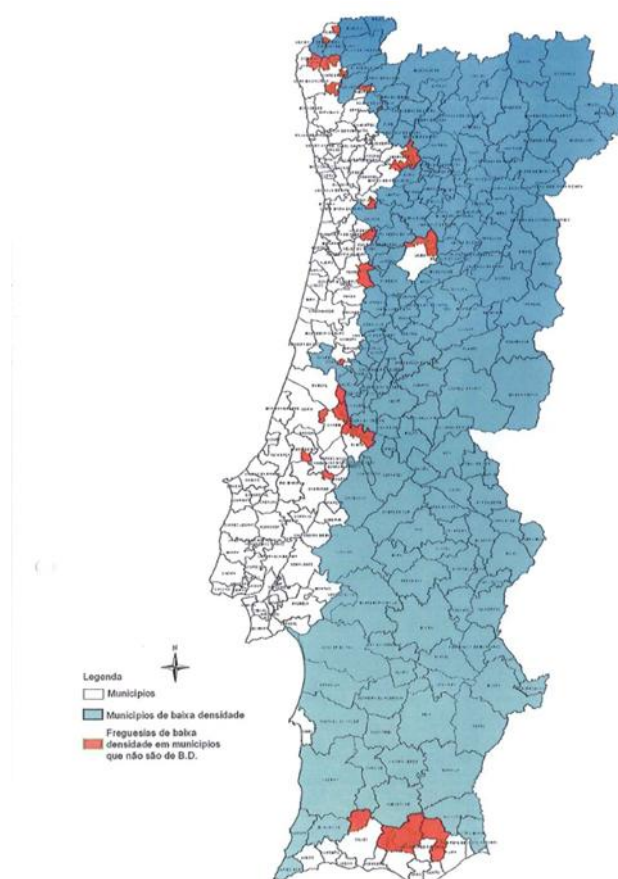
<sup>7</sup> Freguesia com densidade populacional superior a 500 habitantes/km<sup>2</sup> ou com população superior a 5.000 habitantes (INE, 1997).

<sup>8</sup> Freguesia não urbana com densidade entre 100 e 500 habitantes/km<sup>2</sup> ou população entre 2.000 e 5.000 habitantes (INE, 1997).

<sup>9</sup> Freguesia com menos de 100 habitantes/km<sup>2</sup> e que não integra um lugar com população residente superior a 2.000 habitantes.

de 50% das freguesias sejam classificadas como de Baixa Densidade são igualmente considerados como municípios de Baixa Densidade (ANMP, 2014).

**Figura 2 - Municípios de Baixa Densidade**



**Fonte: ANMP (2015)**

A ANMP (2014) definiu como fator de correção regional considerar municípios de baixa densidade, para além dos que cumprem os critérios anteriormente mencionados, “Todos os municípios que apresentem uma densidade populacional inferior a 25 hab/km<sup>2</sup> (...)” (ANMP, 2014, p. 19).

A tabela 3 sintetiza as três abordagens analisadas para a definição de TBD, destacando os critérios utilizados, as categorias estabelecidas e a aplicabilidade de cada metodologia.

**Tabela 3 - Comparação das abordagens para a classificação de TBD**

Critério	OECD (1994)	INE e DGOTDU (1998)	ANMP (2014)
Base da Classificação	Classificação baseada na densidade populacional a nível subnacional.	Classificação baseada em critérios funcionais e de planeamento.	Classificação multifatorial baseada em diferentes critérios, com diferentes ponderações.
Principais Categorias	Predominantemente Rural; Região Intermediária; Predominantemente Urbana.	Áreas Predominantemente Urbanas (APU); Áreas Mediamente Urbanas (AMU); Áreas Predominantemente Rurais (APR).	Freguesia de Baixa Densidade; Município de Baixa Densidade.
Densidade Populacional	< 150 hab/km <sup>2</sup> nas unidades locais.	Não estabelece um limiar específico de densidade populacional.	50% da ponderação corresponde à densidade populacional.
Outros Fatores Considerados	Existência de centros urbanos com >200.000 ou >500.000 habitantes; proporção populacional em áreas urbanas.	Critérios de funcionalidade, planeamento, contiguidade; população >5.000 hab em sedes de concelho.	Perfis territorial, demográfico, povoamento, socioeconómico, acessibilidades (cada um com 10%)
Escala de Aplicação	Subnacional: local (município/freguesia) e regional.	Freguesia.	Freguesia e Município.
Correções Regionais	Não apresenta fator de correção regional.	Não apresenta fator de correção regional.	Municípios com densidade <25 hab/km <sup>2</sup> são automaticamente considerados.
Justificação da Investigação	Não foi adotada nesta investigação por ser limitada à densidade populacional.	Não foi adotada nesta investigação por não definir diretamente baixa densidade.	Foi adotada nesta investigação por permitir uma análise multifatorial e contextualizada.

A definição adotada nesta investigação será a proposta pela ANMP (2014). Justifica-se a escolha por ser uma abordagem multifatorial que permite uma análise mais completa e contextualizada, considerando diferentes dimensões que influenciam a classificação dos territórios. Para Bento et al. (2023, p. 7), “*multiple factor approaches are more suitable to classify low-density areas*”. Esta abordagem ao conceito é importante para reconhecer que a baixa densidade não é apenas um número, mas uma realidade composta por um conjunto de características que interagem entre si.

## 1.2 Aplicação do Conceito de TBD à Área em Estudo

Entre 2001 e 2021, os concelhos de Évora, Redondo, Portel, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo e Vendas Novas registaram declínio populacional e envelhecimento demográfico, refletindo os critérios da ANMP (2014) para TBD. A maioria apresenta baixa densidade populacional, dispersão no povoamento e fraca diversificação económica, com dependência da agricultura. Estas características dificultam o acesso a serviços, a fixação da população jovem e o desenvolvimento socioeconómico. A análise evidencia contrastes internos e desafios estruturais comuns, com impacto na coesão territorial e na sustentabilidade populacional da região (ver tabelas 4 e 5).

**Tabela 4 - Grupos Etários (2001-2021)**

f. Territórios	Grandes grupos etários								
	Total			0-14			65 ou mais		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
Alentejo Central	173.654	↓ 166.726	152.444	24.121	↓ 22.051	18.482	38.945	↓ 40.841	41.403
Alandroal	6.585	↓ 5.843	5.014	814	↓ 665	510	1.840	↓ 1.777	1.608
Arraiolos	7.616	↓ 7.383	6.606	998	↓ 912	736	1.971	↓ 1.932	1.903
Borba	7.782	↓ 7.333	6.428	1.011	↓ 850	750	1.798	↓ 1.951	1.866
Estremoz	15.672	↓ 14.318	12.680	2.099	↓ 1.666	1.448	4.033	↓ 4.082	3.683
Évora	56.519	↓ 56.596	53.577	8.422	↓ 8.148	7.084	10.413	↓ 11.167	12.629
Montemor-o-Novo	18.578	↓ 17.437	15.799	2.334	↓ 2.095	1.818	4.755	↓ 5.003	4.779
Mora	5.788	↓ 4.978	4.135	637	↓ 504	398	1.738	↓ 1.656	1.603
Mourão	3.230	↓ 2.663	2.351	527	↓ 412	321	756	↓ 683	658
Portel	7.109	↓ 6.428	5.747	1.024	↓ 801	666	1.701	↓ 1.773	1.657
Redondo	7.288	↓ 7.031	6.286	987	↓ 901	708	1.773	↓ 1.811	1.734
Reguengos de Monsaraz	11.382	↓ 10.628	9.671	1.630	↓ 1.542	1.215	2.721	↓ 2.614	2.627
Vendas Novas	11.619	↓ 11.846	11.245	1.531	↓ 1.671	1.366	2.329	↓ 2.974	3.320
Viana do Alentejo	5.615	↓ 5.743	5.318	831	↓ 823	684	1.401	↓ 1.467	1.390
Vila Viçosa	8.871	↓ 8.319	7.387	1.276	↓ 1.061	808	1.714	↓ 1.951	1.946

Fonte: PORDATA, INE (2021)

**Tabela 5 - Comparação dos concelhos segundo os critérios**

Critério	Évora	Redondo	Portel	Montemor-o-Novo	Viana do Alentejo	Vendas Novas
Densidade Populacional	Redução de -5% (2001-2021); 41 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)	Redução de -13,8%; 17 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)	Redução de -19,2%; 9,6 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)	Redução de -15%; 12,8 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)	Redução de -5,3%; 13,5 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)	Redução ligeira (-1,8%); 50,5 hab./km <sup>2</sup> em 2021 (INE/PORDATA, 2021)
Perfil Territorial	Vasto território rural com baixa urbanização (Monte, 2007)	Território rural e agrícola com baixa urbanização (CIMAC, 2024)	Território rural com extensas áreas agrícolas e florestais (CIMAC, 2023)	Território extenso e agrícola com baixa urbanização (CIMAC, 2024)	Território rural com fraca urbanização e predomínio agrícola (CIMAC, 2024)	Território mais urbano, com centralização de serviços (CMVN, 2021)
Perfil Demográfico (2001-2021)	População ≥65 anos cresceu de 10.413 para 12.629 (+19%) (INE/PORDATA, 2021).	População ≥65 anos cresceu de 1.471 para 1.734 (INE/PORDATA, 2021).	População ≥65 anos cresceu de 1.701 para 1.909 (INE/PORDATA, 2021).	População ≥65 anos estável: 4.755 para 4.779 (INE/PORDATA, 2021).	População ≥65 anos diminuiu: 1.401 para 1.390 (INE/PORDATA, 2021).	População ≥65 anos aumentou: 2.329 para 3.320 (INE/PORDATA, 2021).
	População 0-14 anos caiu de 8.422 para 7.084 (-16%) (INE/PORDATA, 2021).	População 0-14 anos caiu de 987 para 708 (-28%) (INE/PORDATA, 2021).	População 0-14 anos caiu de 1.001 para 641 (-36%) (INE/PORDATA, 2021).	População 0-14 anos caiu de 2.334 para 1.818 (-22%) (INE/PORDATA, 2021).	População 0-14 anos caiu de 831 para 684 (-17,7%) (INE/PORDATA, 2021).	População 0-14 anos caiu de 1.531 para 1.366 (-10,8%) (INE/PORDATA, 2021).
	Índice de envelhecimento aumentou de 124 para 179 (+45%) (INE/PORDATA, 2021).	Índice de envelhecimento aumentou de 149 para 245 (INE/PORDATA, 2021).	Índice de envelhecimento aumentou de 170 para 309 (INE/PORDATA, 2021).	Índice de envelhecimento aumentou de 160 para 278 (INE/PORDATA, 2021).	Índice de envelhecimento aumentou de 153 para 263 (INE/PORDATA, 2021).	Índice de envelhecimento aumentou de 123 para 208 (INE/PORDATA, 2021).

Perfil de Povoamento	Alguma dispersão fora da cidade, com impacto nos serviços (CME, 2023)	Povoamento fragmentado dificulta prestação de serviços (CIMAC, 2015)	Povoamento disperso compromete serviços e infraestruturas (CCDR Alentejo, 2022)	Forte dispersão em pequenas localidades (CCDR Alentejo, 2022)	Povoamento disperso dificulta eficiência de serviços (CCDR Alentejo, 2022)	Povoamento centralizado facilita serviços e infraestruturas (CMVN, 2021)
Perfil Socioeconómico	Economia ainda dependente da agricultura, baixa retenção de jovens (CCDR Alentejo, 2022)	Forte dependência do setor agrícola, fracas oportunidades qualificadas (Monte, 2007)	Economia agrícola e florestal, baixa diversificação (CMP, 2018)	Predomínio do setor primário, fraca diversificação (CCDR Alentejo, 2022)	Setor primário em declínio, fraca diversificação económica (Monte, 2007)	Maior diversificação com indústria e serviços (CMVN, 2021)
Perfil de Acessibilidade	Infraestruturas limitadas, dificuldade no acesso a serviços especializados (AMT, 2023)	Fraca mobilidade, isolamento em relação a centros urbanos (AMT, 2023)	Fracas ligações e transporte, acentuando o isolamento (AMT, 2023)	Dificuldades de ligação a centros urbanos (AMT, 2023)	Fraca oferta de transportes compromete acessos (AMT, 2023)	Boas acessibilidades pela A6 e ferrovia (AMT, 2023)

## CAPÍTULO 2 - GOVERNANCE DE SEGURANÇA

Segundo Wilkins & Mifsud (2024), o conceito de *governance* caracteriza-se por ser um sistema amplo e descentralizado de coordenação das relações sociais, que pode incluir uma variedade de atores, públicos e privados. Não existe autoridade central unificadora, permitindo que diferentes partes interessadas, como organizações não governamentais, empresas privadas e comunidades locais, colaborem e se autorregulem.

A *governance* aceita a diversidade de interesses e visa facilitar a interação entre os atores, promovendo a coordenação através de mecanismos de colaboração, em vez de imposição de regras tal como se verifica no governo. O termo governo refere-se ao controlo político exercido por um Estado centralizado, no qual as decisões são tomadas por autoridades governamentais e implementadas de forma hierárquica. A ênfase está na autoridade do Estado e na sua capacidade de impor regras através de legislação, subordinando os interesses individuais aos do bem comum (Gjaltema et al., 2019).

A segurança é um conceito que evoluiu significativamente desde o fim da Guerra Fria (Mastny et al., 2014). Tradicionalmente, a segurança era vista como uma prerrogativa do Estado, com foco na defesa nacional e na proteção contra ameaças militares. Porém, a crescente interdependência entre atores estatais e não estatais, como empresas de segurança privada e organizações não governamentais, levou a uma redefinição do conceito. A segurança agora é entendida como um fenómeno que envolve múltiplos níveis de análise e uma variedade de atores, refletindo a complexidade das ameaças contemporâneas (Soltani & Moradi, 2017).

Para Jones & Hameiri (2015) a relação entre *governance* e segurança é intrínseca, uma vez que a forma como a segurança é gerida e implementada está cada vez mais ligada a estruturas de *governance*. A transição de um modelo de governo centralizado para um sistema de *governance* implica uma dispersão da autoridade e uma maior colaboração entre diferentes atores, tanto públicos quanto privados (Ehrhart et al., 2014).

A *governance* de segurança, refere-se a esse novo sistema emergente. Envolve a análise de como as políticas de segurança são feitas e implementadas por uma variedade de atores em diferentes níveis, destacando a importância da colaboração e da coordenação entre eles. Este novo paradigma de *governance* de segurança não apenas redefine as práticas de segurança, mas também levanta questões sobre a responsabilidade pública e a eficácia das

políticas de segurança num mundo cada vez mais complexo e interconectado (Jones & Hameiri, 2015).

Em 2023, Costa afirmou que as políticas públicas de segurança<sup>10</sup> são um conjunto estruturado e organizado de decisões e ações elaboradas pelas autoridades políticas, cujo principal objetivo é enfrentar eficazmente os diversos problemas de segurança. Recorre-se a uma mobilização conjunta de diferentes instituições de segurança e mecanismos de regulação social, que atuam em parceria com entidades públicas e privadas. Essa colaboração visa garantir uma resposta mais eficiente e abrangente às variadas formas de ameaça à segurança, promovendo um ambiente seguro e controlado para a população, através de intervenções coordenadas e medidas ajustadas às necessidades sociais.

A Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável (ENEAS) 2017-2025, aprovada pelo Despacho n.º 12427/2016, surge como uma resposta ao acelerado envelhecimento populacional em Portugal e à necessidade de garantir o bem-estar, segurança e inclusão dos idosos. Insere-se no contexto das políticas públicas de segurança, promovendo uma abordagem intersectorial que combina saúde, participação social e segurança.

A escolha da ENEAS, justifica-se por integrar a segurança como um eixo estratégico e reconhece o papel das FS na proteção da população idosa, algo ausente noutras estratégias. Destaca-se por incluir a segurança como pilar central, abordando questões como criminalidade, acessibilidade e isolamento, e por identificar as FS como entidades-chave na prevenção e proteção dos idosos. Outras estratégias, como o Plano Nacional de Saúde, centram-se exclusivamente na saúde e bem-estar, sem ligação direta à segurança ou ao papel das FS. A ENEAS estrutura-se em quatro eixos estratégicos, consoante a tabela 6:

---

<sup>10</sup> De acordo com Dieu (1999, p. 29) políticas públicas de segurança podem ser definidas como “decisões e [...] medidas tomadas pelas instâncias políticas legítimas, cujo objetivo, expressamente definido, é o de fornecer através da mobilização das instituições de segurança de regulação social e de outros parceiros públicos e privados, uma resposta efetiva às diversas formas de insegurança”.

**Tabela 6 - Eixos estratégicos da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável**

Eixos estratégicos	Explicação
Saúde	Promoção da saúde e do bem-estar das pessoas idosas, prevenindo doenças crônicas e promovendo a autonomia funcional.
Participação	Incentivo à educação e formação ao longo da vida, bem como à participação ativa dos idosos na sociedade.
Segurança	Desenvolvimento de medidas para a prevenção de riscos e a promoção do bem-estar e proteção dos idosos, relevando a vulnerabilidade e acessibilidade.
Medição, Monitorização e Investigação	Promoção da investigação científica e monitorização das políticas de envelhecimento ativo e saudável, garantindo a melhoria contínua das intervenções.

A ENEAS é relevante para os TBD, onde os desafios associados ao envelhecimento populacional são acentuados devido a fatores como elevado envelhecimento demográfico, isolamento e vulnerabilidade e a deficiências nas acessibilidades.

Um contrato local de segurança (CLS) é um compromisso que “permite a partilha de responsabilidades entre a administração central e local, em associação com as forças de segurança e a comunidade” (Amante et al., 2021)

Os CLS proporcionam um espaço participativo no qual as associações de cidadãos, os diversos atores institucionais e as FS podem discutir os problemas relacionados com a segurança comunitária. Este processo visa facilitar a interação entre as diferentes partes, permitindo que cada uma delas traga as suas preocupações, propostas e soluções para que sejam desenvolvidas estratégias conjuntas. Ao incentivar esta cooperação, os CLS promovem a criação de medidas de segurança mais adequadas e eficazes, ajustadas às necessidades reais das comunidades, fomentando um compromisso mútuo (Oliveira, 2006).

Os CLS em Portugal têm como principais eixos de intervenção a prevenção da delinquência juvenil, eliminação de fatores criminógenos, redução de vulnerabilidades sociais e promoção da cidadania e da igualdade de género (MAI, 2019).

As suas principais etapas são: elaborar o Diagnóstico Local de Segurança, formular o Plano de Intervenção, implementar as medidas e, por fim, monitorizar e avaliar (MAI, 2019), consoante a figura 3.

Figura 3 - Principais etapas do CLS



Fonte: Ministério da Administração Interna (2019)

A implementação dos CLS nos TBD apresenta desafios que diferem dos contextos urbanos. Nestes territórios, a dispersão populacional, o isolamento geográfico e a escassez de recursos e serviços podem dificultar tanto o diagnóstico da segurança local como a implementação de medidas eficazes. A participação comunitária, um dos pilares dos CLS, pode ser mais reduzida devido ao envelhecimento demográfico e à menor densidade de atores institucionais. Todavia, a aplicação dos CLS nos TBD pode também representar uma oportunidade, uma vez que a proximidade entre cidadãos, autoridades locais e FS pode permitir a criação de soluções mais ajustadas à realidade local, reforçando o PC e a segurança nestes territórios (Oliveira, 2020).

## CAPÍTULO 3 - PREVENÇÃO CRIMINAL

Poiares (2016, p. 54) define a prevenção criminal como “um conjunto de medidas dissuasórias da passagem ao ato delincente, através da multiplicação de dispositivos técnicos, arquiteturais e humanos; de vigilância e de intervenção por meio de dispositivos benévolos; mercantis (empresas de segurança); locais (polícias municipais) e do estado (polícia)”.

Tilley (2009) defende que existem duas questões-chave relacionadas com a prevenção criminal. A primeira relaciona-se com o foco dos esforços preventivos, ou seja, perceber onde a prevenção é necessária. A segunda relaciona-se com o que fazer para lidar com as necessidades identificadas, ou seja, perceber que medidas são pertinentes para lidar com a questão de forma eficaz, eficiente e ética.

Para Crawford & Evans (2017), a prevenção situacional concentra-se na manipulação do ambiente físico e social para reduzir as oportunidades de crime. Estratégias como o aumento da vigilância, o reforço de segurança e a implementação de controlo de acesso são estratégias de prevenção situacional.

Em 2015, Crawford & Cunningham afirmaram que a colaboração entre diferentes setores da sociedade tem um papel importante na prevenção criminal. Estas parcerias envolvem governo, organizações, empresas e residentes, com vista a integrar esforços e recursos para abordar efetivamente os problemas de segurança (Crawford & L’Hoiry, 2015).

O *evidence-based policing* defende a utilização de dados empíricos e investigação científica para orientar práticas e políticas das FS, assegurando eficácia na redução da criminalidade (Sherman, 2013). Esta abordagem privilegia decisões baseadas em informações, em vez de se basearem apenas em costumes ou intuições, permitindo que os recursos sejam direcionados para programas que demonstram impacto positivo. A avaliação contínua de programas de prevenção criminal é essencial para medir a sua eficácia e impacto, identificar estratégias bem-sucedidas, enriquecer a tomada de decisão e otimizar a alocação de recursos. Como sublinha Sherman (2013, p. 383), "*Once police choose their high-priority targets, they should review or conduct tests of police methods to help choose what works best to reduce harm*". Do mesmo modo, o *evidence-based policing* permite identificar boas práticas, garantindo que as estratégias comprovadamente eficazes possam ser ampliadas e aplicadas a diferentes contextos, maximizando o seu impacto na redução da criminalidade (Sherman., 2013).

A prevenção criminal comunitária destaca-se como uma estratégia essencial no combate à criminalidade, enfatizando a colaboração ativa entre cidadãos, instituições e FS para abordar fatores de risco presentes nas comunidades<sup>11</sup>. Esta abordagem reconhece que a segurança pública não é responsabilidade exclusiva das FS, mas um esforço que envolve diversos setores da sociedade. Ao promover a participação comunitária, programas de policiamento de proximidade e parcerias interinstitucionais, cria-se um ambiente capaz de prevenir o crime de forma eficaz (Stefanovska, 2017).

De acordo com Stefanovska (2017), a prevenção criminal comunitária é uma abordagem que abrange todos os fatores criminais e de risco presentes na comunidade, sejam eles relacionados com os cidadãos, às condições gerais locais (económicas, políticas, educativas e culturais), ou ao espaço físico (design urbano e arquitetónico).

Entre possíveis medidas preventivas destacam-se “[...] atividades para desenvolver as capacidades locais, programas de *neighbourhood watch*, cooperação e parcerias interinstitucionais, atividades de planeamento urbano e design físico, programas de reintegração de jovens infratores, e o conceito de policiamento comunitário [...]” (Stefanovska, 2017).

Stefanovska (2017) defende que a essência da prevenção criminal comunitária está no envolvimento ativo de cidadãos, escolas, empresas, instituições públicas e FS. Não se trata apenas de um esforço público, mas de uma colaboração entre diferentes setores, incluindo a sociedade civil e o setor privado. Quando analisamos as abordagens de prevenção criminal, como *evidence-based policing*, a prevenção situacional e os programas de reabilitação para infratores, podemos observar que a prevenção comunitária integra todas essas abordagens, com um foco central na cidadania ativa e na participação de outros atores locais, entre os quais as FS.

O conceito de Stefanovska (2017) exposto e explorado anteriormente será o conceito de prevenção criminal adotado nesta investigação pela sua ligação com a vertente comunitária, nomeadamente com o PC. Este conceito incentiva participação ativa dos cidadãos, escolas, empresas e outras organizações locais, em colaboração com as FS, criando um ambiente de confiança mútua e responsabilidade partilhada.

---

<sup>11</sup> Grupo de indivíduos que partilham interesses, valores ou objetivos comuns, estabelecendo entre si relações de interdependência e cooperação (Oberg, 2018).



## CAPÍTULO 4 - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O PC visa fortalecer a relação entre a FS e a comunidade, fazendo de cada cidadão um ator que desempenha um papel ativo na promoção da segurança. Promove a colaboração e a confiança mútua, aproximando a FS e os cidadãos, sendo que os últimos transmitem informação relativa à sua comunidade aos primeiros (Modise, 2023).

Uma das dificuldades centrais do PC é a falta de uma definição clara e consensual do que realmente significa. Para Fielding & Innes (2006) essa ambiguidade torna desafiante a medição e avaliação do sucesso do PC, porque os fatores organizacionais, operacionais e de personalidade que influenciam essa prática são amplos e muitas vezes vagos.

Para que o PC seja eficaz, é fundamental que as FS se tornem parte integrante da comunidade que servem, de modo a conhecerem as suas preocupações, necessidades e dinâmicas sociais. Neste tipo de policiamento, as FS são treinadas “para recolher informações pertinentes sobre factos criminosos, a força de segurança procura encontrar a origem provável dos problemas sociais para evitar novos incidentes criminais.” (Cossyleon, 2019). A colaboração da comunidade é incentivada, permitindo a participação na resolução de problemas e na recolha de informações relevantes “[...] os cidadãos também podem participar em ações de formação para a resolução de problemas, a fim de recolher informações” (Cossyleon, 2019). Quando as FS se envolvem com a comunidade, estes podem recolher informações e responder às necessidades locais, o que, em última análise, melhora a eficácia do policiamento (Maillard, 2021).

O conceito de policiamento de *reassurance* surge como uma inovação dentro do PC. O termo *reassurance* pode ser traduzido como “tranquilização” ou “reafirmação da segurança”. Este visa colmatar a lacuna entre a melhoria nas estatísticas de criminalidade e a diminuição da confiança pública nas FS, relevando a importância de criar um ambiente seguro e acolhedor, onde os cidadãos se sintam confortáveis para interagir com a FS e relatar problemas. Pode incluir a realização de reuniões comunitárias, a participação em eventos locais e a promoção de programas de prevenção criminal que envolvam a comunidade (Fielding & Innes, 2006).

A interação regular entre FS e membros da comunidade pode levar à construção de capital social e à criação de um ambiente de confiança. Quando os cidadãos percebem que a FS está genuinamente interessada nas suas preocupações, estes serão mais propensos a colaborar e a partilhar informações que podem ajudar na prevenção criminal. O policiamento

deve ser adaptável e sensível às particularidades de cada comunidade (Maillard, 2021). A tabela 7 apresenta as características do PC.

**Tabela 7 - Características do PC**

Policimento Comunitário	Fatores para a Eficácia	Treino das forças de segurança (Cossyleon, 2019)
		Formação dos cidadãos para resolução de problemas (Cossyleon, 2019)
		Resposta às necessidades locais (Maillard, 2021)
		Integração das forças de segurança na comunidade (Akpa, 2024)
	Construção de Capital Social	Interação regular entre forças e comunidade contribui para a construção de capital social (Maillard, 2021)
	Flexibilidade e Autonomia	Implementação estratégias que atendam às necessidades específicas (Maillard, 2021)
	Relação e Colaboração	Fortalecimento da relação entre a força de segurança e a comunidade (Modise, 2023)
		Promoção da colaboração e a confiança mútua (Modise, 2023)
	Policimento de <i>Reassurance</i>	Realização de reuniões, eventos e programas de prevenção (Innes et al., 2020)
		Criação de ambiente seguro e acolhedor (Innes et al., 2020)
	Desafios na operacionalização	Torna desafiante a medição e avaliação do sucesso (Innes et al., 2020)
		Falta de uma definição clara e consensual da abordagem (Innes et al., 2020)

#### 4.1 Relação entre Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário

A prevenção criminal e o PC são dois conceitos complementares. Para Akpa (2024), o PC é uma ferramenta para satisfazer as necessidades das comunidades bem como para atingir os fins de uma estratégia mais lata de prevenção criminal. Ao construir confiança com a comunidade, a FS pode obter informações que podem indicar a iminência de crimes.

“Unlike traditional policing, which aims to stop crime primarily through punishment, community policing models are framed as a set of crime prevention techniques that promote building relationships between police officers and the communities they serve, to prevent crime.” (Cossyleon, 2019).

Os dois conceitos convergem na proatividade. Visam mitigar fatores de risco antes que resultem em crime. No PC, essa prevenção é alcançada através da confiança entre FS e

cidadãos, que trabalham juntos para identificar problemas e implementar soluções de segurança.

Outro aspecto comum é a importância da participação social. Na prevenção criminal, a sociedade<sup>12</sup> é chamada a contribuir através de programas educativos, campanhas de sensibilização e iniciativas comunitárias. No PC, essa participação é ainda mais direta, com os cidadãos a colaborar de forma ativa e próxima com a FS para identificar e resolver problemas de segurança no nível local através de cooperação mútua e confiança.

A prevenção criminal foca-se num leque de intervenções que consideram fatores socioeconómicos, políticos e culturais que podem estar correlacionados com o crime. Entre os fatores socioeconómicos, políticos e culturais envolvidos na prevenção criminal, como o emprego e a educação, existe uma convergência com os critérios para TBD identificados pela ANMP (2014). Estes territórios caracterizam-se por desafios ligados à baixa densidade populacional, à elevada dependência económica da agricultura e a limitações em acessibilidades e serviços coletivos. Estas características refletem-se em fragilidades socioeconómicas, como o envelhecimento demográfico e a escassez de oportunidades que têm relevância para a prevenção criminal.

As políticas públicas desempenham um papel essencial na prevenção criminal, ao criarem melhores condições de vida e reduzirem a vulnerabilidade social. A ENEAS 2017-2025 reforça a necessidade de estratégias de prevenção criminal e PC ajustadas à realidade dos TBD, onde a população idosa representa um grupo particularmente vulnerável. A ENEAS reconhece a importância da participação ativa das FS na proteção dos idosos, promovendo uma presença de proximidade que fortaleça a confiança na comunidade e previna situações de risco.

Torna-se evidente que a prevenção criminal e o PC se complementam na promoção da segurança, mas apresentam especificidades que influenciam a sua aplicação, sobretudo em TBD. A tabela 8 sintetiza as principais diferenças e pontos de interseção entre PC, prevenção criminal e a realidade dos TBD.

---

<sup>12</sup> Conjunto de indivíduos que compartilham uma cultura comum e interagem dentro de estruturas sociais organizadas (Stichweh, 2018).

**Tabela 8 - Relação Comparativa entre Prevenção Criminal, PC e TBD**

Aspeto	Policiamento Comunitário	Prevenção Criminal	TBD
Tópico Central	Relação direta entre força de segurança e comunidade para resolver problemas locais	Ações preventivas abrangentes, abordando fatores sociais, económicos e culturais	Baixa densidade populacional, isolamento e acessibilidades limitadas exigem abordagens adaptadas.
Participação Social	Colaboração ativa dos cidadãos com a força de segurança	Participação indireta em programas de sensibilização e políticas públicas	Participação reduzida devido ao envelhecimento e dispersão geográfica.
Objetivo de Ação	Localizado e flexível, voltado para problemas imediatos e específicos	Abrangente, com recurso a políticas públicas para mitigar fatores de risco	Policiamento deve ser adaptado às especificidades dos TBD

## CAPÍTULO 5 - A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

### 5.1 Estratégia da Guarda 2020 e Estratégia da Guarda 2025

A Estratégia da Guarda 2020 (EG2020) e a Estratégia da Guarda 2025 (EG2025) são documentos estratégicos fundamentais na orientação da atuação da GNR, nomeadamente em TBD. Ambas as estratégias destacam a importância do PC, contudo apresentam diferenças na abordagem, objetivos e prioridades, conforme a tabela 9.

**Tabela 9 - Comparação das duas estratégias**

Aspeto	EG2020	EG2025
Linhas de Orientação Estratégica	LOE1: Proximidade com os cidadãos, LOE2: Modernização e reforço operacional, LOE3: Racionalização e otimização de recursos, LOE4: Cooperação internacional e nacional.	LOE1: Reforçar proximidade e visibilidade, LOE2: Racionalizar e otimizar recursos, LOE3: Modernizar e desmaterializar, LOE4: Cooperar, colaborar e coordenar, LOE5: Potenciar dimensão institucional.
Foco principal	Modernização operacional, eficiência de recursos, proximidade e confiança mútua com cidadãos.	Visibilidade operacional, proximidade e interação constante, modernização integrada e tecnológica, otimização estratégica de recursos.
Policimento comunitário	Programas Especiais de Prevenção e Policiamento (PEPP), uso inicial das tecnologias de informação para interação Guarda-Cidadão.	Continuidade dos PEPP com maior ênfase na visibilidade operacional e uso mais aprofundado de tecnologias de interação e monitorização.
Cooperação com entidades sociais	Cooperação inicial com entidades sociais locais para combater isolamento, pobreza e exclusão social.	Reforço explícito da cooperação, reconhecendo necessidade de ampliar parcerias e iniciativas de apoio social mais integradas e frequentes.
Visibilidade operacional	Presença operacional já considerada valiosa, mas com menor destaque explícito.	Aumento da visibilidade como objetivo explícito, com o intuito de melhorar o sentimento de segurança.
Redistribuição e otimização territorial	Planeamento inicial da redistribuição dos meios e efetivos operacionais.	Aprofundamento explícito na reorganização estratégica territorial, visando maior acessibilidade e resposta rápida às comunidades.

A EG2025 não constitui uma rutura com a EG2020, mas sim um aperfeiçoamento dos princípios anteriormente definidos. Ambas enfatizam o PC, mas a EG2025 destaca-se pela visibilidade reforçada como fator essencial na perceção de segurança das populações. A EG2025 apresenta também uma abordagem mais integrada e tecnológica, avançando consideravelmente na cooperação com entidades locais e na modernização operacional.

## 5.2 Idosos

O envelhecimento da população acarreta desafios, especialmente no que diz respeito à segurança dos idosos, que podem enfrentar riscos acrescidos devido ao isolamento e à vulnerabilidade. Para responder a estas preocupações, o Ministério da Administração Interna (MAI) lançou, através do Despacho Ministerial n.º 56/96, o programa “Apoio 65 - Idosos em Segurança”, uma iniciativa concebida para fortalecer a proteção desta faixa etária, através da atuação das FS, com destaque para a GNR (Simão, 2009). Destaca-se a intensificação do policiamento em locais com grande presença de idosos e o trabalho com diversas entidades que desempenham um papel relevante na proteção e bem-estar dos idosos, realização de visitas a domicílios e sessões informativas sobre segurança, muitas vezes em parceria com outras organizações. A “Operação Censos Sénior” foca-se em garantir que os idosos recebem informação relevante para se protegerem bem como fazer a sinalização de idosos em situações de vulnerabilidade (Valente, 2013).

A opção de aprofundar a análise do policiamento junto da população idosa decorre da relevância atribuída a este grupo nas entrevistas exploratórias realizadas na fase inicial da investigação. Os idosos foram destacados como uma prioridade constante na atuação operacional da GNR em TBD. Esta perceção foi reforçada pela análise dos relatórios anuais da GNR, onde se verifica uma continuidade de programas e iniciativas dirigidas especificamente aos idosos.

Através de uma análise aos relatórios de atividades da GNR, no período compreendido entre 2014 e 2022, sendo 2022 o último disponível até ao momento, verifica-se um compromisso continuado em diversas iniciativas específicas direcionadas à população idosa, consoante a tabela 10.

**Tabela 10 - Análise dos Relatórios de Atividades da GNR**

Ano	Iniciativas
2014	Compromisso com visitas regulares e acompanhamento direto a idosos isolados.
2015	Implementação sistemática do Programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança".
2016	Manutenção do Programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança".
2017	Continuidade do Programa "Apoio 65 – Idosos em Segurança".
2018	Foco em policiamento comunitário e sensibilização dos idosos para situações de risco.
2019	Reforço dos Programas Especiais de Policiamento Comunitário voltados aos idosos.
2020	Lançamento do projeto "eGUARD", sistema de teleassistência para idosos vulneráveis.
2021	Reforço da proximidade devido à pandemia, combate ao isolamento e reforço da prevenção criminal.
2022	Distribuição de cabazes de Natal, prevenção de fraudes eletrónicas, promoção do envelhecimento ativo e reforço dos laços comunitários.

### 5.3 Contributo da GNR para a ENEAS

A ENEAS reforça a necessidade de um PC com medidas que otimizem o trabalho da GNR na proteção da população idosa, sendo reconhecido o seu papel na prevenção da criminalidade, segurança rodoviária e combate à violência contra idosos, consoante a tabela 11:

**Tabela 11 - Eixo da Segurança da ENEAS**

Ações e recomendações
Prevenção e deteção de sinais de violência contra idosos, incluindo violência física, psicológica e patrimonial.
Sensibilização de famílias e cuidadores informais sobre sinais de violência e a importância da denúncia.
Monitorização e apoio a idosos isolados, especialmente em territórios rurais e de baixa densidade.
Segurança rodoviária e circulação pedonal, esta vertente está prevista na Medida 29 da ENEAS, que recomenda a criação de condições seguras para a circulação pedonal e rodoviária dos idosos, incluindo passeios desimpedidos, bem sinalizados e iluminados, zonas de limitação de velocidade e ações de sensibilização para a mobilidade segura.
Promoção de ambientes físicos seguros e acessíveis, com espaços públicos adaptados às necessidades dos idosos, como forma de prevenir riscos e reforçar a autonomia, em especial nos TBD.
Dinamização de equipas de apoio à pessoa idosa nos municípios e freguesias, em articulação com parceiros comunitários.
Implementação de sistemas eletrónicos de vigilância e alerta, em cooperação com forças de segurança, garantindo a proteção da população idosa.

## **PARTE 2 - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E TRABALHO DE CAMPO**

### **CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta investigação visa garantir um percurso rigoroso e coerente na obtenção de respostas para as questões da investigação. De acordo com Quivy & Campenhoudt (2020), a escolha da metodologia deve estar alinhada com os objetivos da investigação, assegurando validade, fiabilidade e relevância científica.

#### **6.1 Natureza e Objetivos da Investigação**

A presente investigação tem como objetivo analisar as estratégias de policiamento em TBD, concretamente nas áreas de atuação do DTerÉVORA e do DTerMNOVO.

A investigação enquadra-se numa abordagem metodológica mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos com o objetivo de proporcionar uma compreensão das experiências e perceções dos idosos, dos militares da GNR, dos técnicos de ação social e dos autarcas com funções na área em análise (Creswell & Poth, 2018).

A metodologia adotada segue um raciocínio indutivo, pois parte da recolha e análise de dados empíricos para identificar padrões e construir inferências, sem a formulação prévia de hipóteses rígidas (Patton, 2015). Procurou-se valorizar os significados atribuídos pelos participantes (entrevistados e inquiridos) às suas práticas e contextos de atuação. Articulou-se a análise de fontes documentais e estatísticas com a recolha de dados empíricos, obtidos através de entrevistas semiestruturadas e da aplicação de um questionário.

#### **6.2 Descrição da Estratégia de Investigação e Desenho de Investigação**

A estratégia de investigação adotada assenta numa abordagem metodológica mista, por se considerar que a combinação de métodos qualitativos e quantitativos oferece uma compreensão mais abrangente e aprofundada da problemática em estudo. A vertente qualitativa permite explorar fenómenos sociais complexos, valorizando a perspetiva dos participantes relativamente às suas experiências, práticas e contextos de atuação (Creswell

& Poth, 2018), enquanto a vertente quantitativa contribui para a análise sistemática de padrões e tendências nas percepções da população idosa residente na área em estudo.

A investigação conjuga diferentes técnicas e fontes de informação, organizadas em três eixos: análise documental (literatura científica, documentos institucionais e dados estatísticos), realização de entrevistas semiestruturadas (em duas fases: exploratória e principal) e aplicação de um questionário à população idosa. Esta triangulação metodológica permite uma interpretação fundamentada da temática e contribui para a credibilidade dos resultados obtidos.

A escolha da área de ação do DTerÉVORA e do DTerMNOVO baseia-se na sua relevância territorial e nos desafios específicos de segurança que apresentam (ver tabela 12).

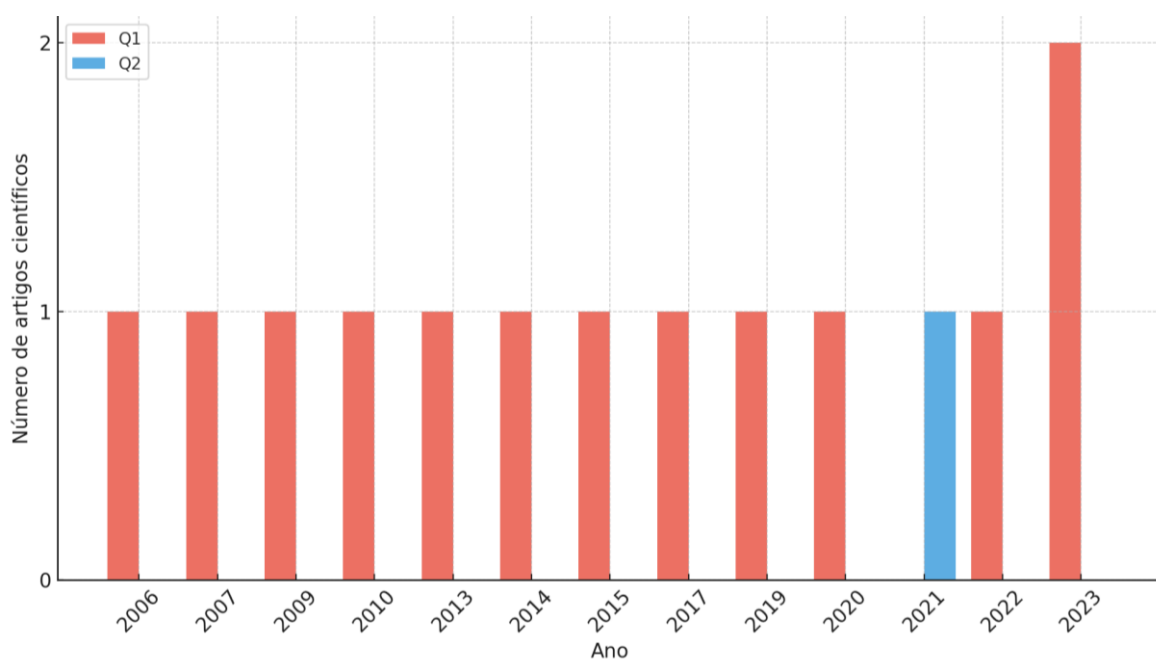
**Tabela 12 - Critérios de escolha**

Critério	Justificação
Relevância territorial	Densidades populacionais significativamente inferiores à média nacional,  Considerados TBD pela ANMP
Desafios específicos de segurança	Évora: Sede de distrito, combina freguesias urbanas e rurais, permitindo analisar o impacto da proximidade a um centro urbano no policiamento
	Redondo: Concelho de dimensão territorial moderada, predominantemente rural, com povoamento fragmentado em pequenas localidades. Possui baixa densidade populacional e fracas acessibilidades.
	Portel: Território rural e extenso, caracterizado por elevado índice de envelhecimento e dispersão populacional. Caracteriza-se por uma fraca cobertura de transportes públicos e a escassez de infraestruturas.
	Montemor-o-Novo: Município rural, com freguesias dispersas e acessos mais limitados. Destaca-se pela predominância da agricultura.
	Viana do Alentejo: Concelho rural de média dimensão, com povoamento disperso e população envelhecida. A acessibilidade reduzida e a dependência de setores primários são características deste concelho.
	Vendas Novas: Concelho com perfil urbano e industrial, bem servido por infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. A concentração populacional e de serviços favorece um modelo de policiamento com menor exigência de cobertura territorial dispersa.

### 6.3 Definição dos Procedimentos Técnicos de Recolha de Dados

A recolha de dados foi realizada de três formas: análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. A análise documental incluiu a consulta de literatura científica nacional e internacional, os RASI, documentos da GNR, bem como dados estatísticos e documentos produzidos por entidades com relevância para a área em estudo. Esta análise permitiu contextualizar a problemática em estudo, fundamentar a construção dos instrumentos de recolha de dados e triangular informações relevantes para a investigação (Bardin, 2011). A figura 4 apresenta a distribuição dos artigos científicos utilizados por ano de publicação e por quartil.

Figura 4 - Distribuição por ano de artigos científicos Q1 e Q2



A segunda técnica consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas em dois momentos distintos.

Na primeira fase, de natureza exploratória, foram realizadas quatro entrevistas (E1-E4) com base no Guião de Entrevista Exploratória (apêndice F), dirigidas ao Ajunto do Chefe da SOTRP, Comandante do DTerÉVORA, Comandante do DTerMNOVO e Comandante do Posto Territorial de Évora (PTerÉVORA). Estas entrevistas permitiram identificar tópicos relevantes, nomeadamente a importância da população idosa e ajustar o guião posterior.

Na segunda fase, realizaram-se 14 entrevistas (E1-E14). Foram entrevistados comandantes do CTerÉVORA, comandantes do DTerÉVORA, comandantes do

DTerMNOVO, técnicos de ação social, presidentes de Câmaras Municipais e presidentes de Juntas de Freguesia que exerceram funções na área em estudo desde 2014 (apêndice G). A seleção destes perfis teve como propósito garantir a diversidade institucional e funcional dos participantes, assegurando uma leitura cabal das dinâmicas de segurança junto da população idosa. O recorte temporal justifica-se pela necessidade de compreender a evolução das práticas e desafios ocorridos na última década, permitindo captar não apenas a situação atual, mas também os seus antecedentes.

Os entrevistados foram contactados através dos respetivos endereços de correio eletrónico, tendo sido enviada, em anexo, a Carta de Apresentação, o Guião de Entrevista e a Declaração de Consentimento Informado (ver apêndices D, E, F e I). As entrevistas foram gravadas e ulteriormente transcritas com recurso ao software *TurboScribe*, que gerou uma primeira versão das transcrições que foram integralmente revistas e subsequentemente enviadas aos entrevistados para validação.

Foi também elaborado um questionário (ver apêndice L) dirigido aos idosos residentes na área em estudo, tendo sido feita a divisão entre o DTerÉVORA e o DTerMNOVO, com o objetivo de recolher dados sobre perceções de segurança, experiências com a GNR, vulnerabilidade e auscultação da população em relação a possíveis melhorias a implementar. O questionário foi aplicado em formato digital, com o apoio dos militares da SPCPC (Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário) dos dois DTer, através da plataforma *Google Forms*, assegurando a acessibilidade e o anonimato dos participantes.

#### **6.4 Descrição dos Procedimentos Técnicos da Análise de Dados**

Os dados recolhidos foram analisados através da análise de conteúdo, um método utilizado para interpretar textos qualitativos e identificar padrões e categorias (Bardin, 2011). A análise seguiu três etapas principais:

- **Pré-análise** - Leitura exploratória dos dados transcritos;
- **Codificação e categorização** - A organização e análise dos dados provenientes das entrevistas exploratórias foi realizada com base em categorias temáticas previamente definidas: Desafios de segurança, Grupos vulneráveis, Adaptação do policiamento, Exemplos de prioridade, Necessidade de policiamento comunitário, Parcerias locais e Medidas adicionais. Recorreu-se ao software *NVivo*, de forma a permitir a sistematização, codificação e análise dos dados (Silver & Lewins, 2014). A partir desta primeira análise, emergiram categorias mais robustas, que orientaram as

entrevistas principais: Desafios na segurança da população idosa, Ações da GNR e impacto na segurança dos idosos, Colaboração e parcerias institucionais e Estratégias e políticas de segurança para idosos.

- **Interpretação dos resultados** - Identificação de padrões e relações entre os dados recolhidos e os conceitos teóricos analisados.

O quadro de categorização das entrevistas exploratórias (Apêndice H) sintetiza as principais categorias utilizadas, alinhadas com os O<sub>E</sub> e Q<sub>D</sub> da investigação. A análise permitiu identificar temas recorrentes nas respostas dos participantes, o que contribuiu para aperfeiçoar e nortear o guião utilizado nas entrevistas principais realizadas posteriormente.

As entrevistas principais constituíram a base empírica da análise qualitativa. A análise do conteúdo destas entrevistas seguiu o mesmo processo descrito anteriormente, articulando os dados empíricos com os referenciais teóricos da investigação.

Os dados quantitativos provenientes dos questionários foram analisados através do software *SPSS* com recurso a estatística descritiva, através do cálculo de medidas como a média, moda, mediana e desvio padrão (ver apêndice M). Posteriormente foi feita uma interpretação crítica, permitindo integrar a perspetiva da população idosa na discussão empírica.

## 6.5 Considerações Éticas

A investigação foi conduzida de acordo com os princípios éticos vitais para estudos em ciências sociais, garantindo a integridade e proteção dos participantes. Foi assegurado o consentimento informado, de forma a garantir que todos os participantes estivessem devidamente esclarecidos sobre os objetivos do estudo e os procedimentos envolvidos. Conforme estabelecido nas diretrizes éticas para a investigação científica, os participantes deram o seu consentimento livre e esclarecido, autorizando a recolha e gravação das entrevistas (Resnik, 2020).

Garantiu-se o anonimato e a confidencialidade dos dados, de forma a proteger a identidade dos participantes e impedir qualquer associação entre as suas respostas e a sua identidade, tanto nas entrevistas como nos questionários. Esta abordagem está alinhada com as recomendações de Bryman (2012), que destaca a importância da proteção dos dados em estudos qualitativos, especialmente quando envolvem temas sensíveis ou participantes pertencentes a organizações hierarquizadas, tal como a GNR.

De acordo com Quivy & Campenhoudt (2020), a fiabilidade de um estudo depende da adoção de critérios metodológicos sólidos e da ausência de interferências externas que possam distorcer a análise. Todo o processo de recolha, tratamento e análise dos dados seguiu um princípio de transparência e rigor metodológico, garantindo que as informações foram tratadas de forma imparcial e sem enviesamentos que pudessem comprometer a validade dos resultados.

## **CAPÍTULO 7 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

### **7.1 Análise das entrevistas exploratórias**

As entrevistas exploratórias foram realizadas com o propósito de recolher, diretamente junto de militares da GNR, as suas perceções acerca dos principais desafios de segurança na área de ação do DTerÉVORA e do DTerMNOVO. O objetivo foi identificar problemas recorrentes, grupos vulneráveis e estratégias de atuação consideradas eficazes no terreno, de modo a nortear a investigação, nomeadamente o trabalho de campo subsequente.

Estas entrevistas possibilitaram um primeiro contacto com as dinâmicas locais de criminalidade, as limitações e as práticas de policiamento já implementadas. Revelaram-se particularmente úteis para destacar a centralidade da população idosa na atuação da GNR e a relevância de criminalidade como burlas, furtos e violência doméstica. Para efeitos de análise, os entrevistados foram identificados com códigos alfanuméricos (E1 até E4), garantindo o anonimato e facilitando a referência ao longo do texto (ver apêndice G).

As entrevistas exploratórias destacam os idosos como o grupo mais vulnerável no contexto da segurança, principalmente devido ao isolamento, à solidão e ao excesso de confiança, fatores que facilitam crimes como burlas, furtos e violência doméstica (E1, E2, E3, E4). A atuação da GNR junto desta população baseia-se numa abordagem de proximidade e prevenção, através de visitas domiciliárias, contacto regular e programas específicos como o Censos Sénior (E1, E2, E3). A importância do sentimento de segurança é sublinhada, sendo reconhecido que mesmo crimes de menor gravidade podem gerar elevado impacto social (E1). Exemplos concretos referem a entrega de bens durante a pandemia, o apoio em situações de isolamento extremo e a distribuição de contactos úteis (E1, E2, E3). O PC é considerado essencial para este grupo, especialmente em zonas isoladas, sendo reforçado em períodos críticos, como épocas festivas (E1, E3, E4). A prevenção, a criação de laços de confiança e a articulação com entidades locais são apontadas como pilares da intervenção da GNR junto da população idosa.

### **7.2 Análise das entrevistas**

A análise que se segue resulta do tratamento integral das entrevistas conduzidas junto de diferentes entidades com responsabilidade institucional nos territórios em estudo. As

entrevistas foram do tipo semiestruturado, permitindo combinar uma grelha comum de perguntas com abertura para aprofundar aspetos considerados relevantes pelos entrevistados. O guião incluiu quatro questões abertas, orientadas para compreender os desafios, estratégias e dinâmicas de colaboração no âmbito da segurança da população idosa em TBD. As respostas foram analisadas de forma temática e estruturadas por DTer, permitindo compará-las e entender tanto as especificidades locais como os padrões comuns entre os diferentes perfis de entrevistados.

A seleção do perfil dos entrevistados teve como critério a sua ligação direta à segurança e ao acompanhamento da população idosa no território do DTerÉVORA e do DTerMNOVO. Foram incluídos comandantes dos DTer e do CTer por representarem a estrutura operacional da GNR no terreno, com experiência acerca das estratégias de policiamento e dos constrangimentos existentes. Concomitantemente, foram entrevistados representantes do poder local, como presidentes de Câmara Municipal e de Junta de Freguesia, com competência na implementação de políticas de proximidade e contacto diário com as populações. A estas entidades juntam-se técnicos de ação social, cuja atuação é essencial na sinalização de situações de risco, articulação interinstitucional e desenvolvimento de respostas integradas. Esta diversidade de perfis (ver apêndice J) permitiu uma análise plural e intersetorial da problemática em estudo.

Por conseguinte, os dados recolhidos foram organizados em quadros-resumo (ver apêndice K), que permitiram sintetizar a informação e identificar os elementos mais significativos em relação a cada questão. Segue-se a análise das entrevistas, orientada para analisar as perceções das diversas entidades entrevistadas. Tal como nas entrevistas exploratórias, os entrevistados foram identificados com códigos alfanuméricos (E1 até E14), garantindo o anonimato e facilitando a referência ao longo do texto (ver apêndice J).

Relativamente à primeira questão da entrevista, “Quais são os principais desafios relacionados com a segurança da população idosa na sua área?”, os entrevistados com conhecimento da realidade do DTerÉVORA identificam um conjunto de desafios, centrados principalmente no isolamento da população idosa, nas dificuldades operacionais em matéria de meios e efetivo e na vulnerabilidade desta população a crimes específicos. O isolamento surge como o problema mais transversal, quer em termos geográficos, devido à extensão do território e à dispersão populacional (E5, E14), quer em termos sociais, com muitos idosos a viverem sem rede familiar ou comunitária (E6, E7). Esta condição de afastamento compromete a capacidade de resposta da GNR (E14) e coloca dificuldades em patrulhar eficazmente áreas tão vastas com meios humanos limitados. Foi destacado que mesmo em

períodos com três patrulhas operacionais, a cobertura do território permanecia desafiante (E10).

A vulnerabilidade a crimes como burlas, furtos e violência doméstica é um tema recorrente. Foi apontada a fragilidade dos idosos face a abordagens enganosas, sobretudo quando vivem isolados (E8 e E9). Foram relatados episódios graves de violência doméstica, frequentemente ligados à dependência económica dos agressores face às pensões dos pais (E10). O não encerramento de portas e janelas, por hábito ou excesso de confiança, é também referido como facilitador de furtos (E10).

Outro aspeto destacado prende-se com a subnotificação dos crimes. E14 menciona que muitos idosos não denunciam situações de violência ou burla, quer por medo, quer por vergonha ou desconhecimento dos seus direitos. Esta cultura de silêncio dificulta a atuação preventiva e repressiva da GNR, que por vezes assume também funções sociais, ao ser o único rosto do Estado visível em muitas localidades (E10). E11 e E12 realçam a importância da articulação entre os PTer, os serviços sociais e as autarquias, para garantir um acompanhamento mais próximo e eficaz.

As respostas dos entrevistados sobre Montemor-o-Novo espelham preocupações similares às de Évora, embora com algumas nuances contextuais. Destacam-se, uma vez mais, o isolamento dos idosos, as limitações operacionais da GNR e a exposição a crimes de oportunidade como burlas e furtos.

A dispersão territorial do concelho e a presença de montes e pequenas localidades rurais dificultam o policiamento de proximidade e agravam o sentimento de insegurança entre os idosos (E1, E4, E10). Para além disso, mesmo em meio urbano, muitos idosos vivem isolados socialmente, sem apoio familiar ou comunitário, o que os torna suscetíveis a abordagens de desconhecidos (E4).

A limitação de recursos humanos e materiais é também sublinhada por E12, que refere que apenas 14 dos 30 postos territoriais do CTer funcionam em pleno, sendo necessária a redistribuição de patrulhas entre concelhos. Esta realidade dificulta uma resposta célere a ocorrências e torna a atuação preventiva menos eficaz.

E2 e E3 salientam o papel das autarquias e da rede de saúde na vigilância e apoio a idosos isolados. A articulação entre instituições é vista como fundamental para garantir a segurança e o bem-estar da população idosa. A sensibilização para a segurança e o reforço da literacia digital são também referidos como caminhos necessários para combater a vulnerabilidade a burlas e abusos de confiança (E4, E12).

Tanto em Évora como em Montemor-o-Novo, os principais desafios à segurança da população idosa prendem-se com o isolamento, tanto geográfico como social; a escassez de meios humanos e materiais, nomeadamente viaturas, e a vulnerabilidade a crimes como burlas, furtos e violência doméstica. A subnotificação é um problema comum, dificultando a resposta da GNR. Em Évora destaca-se a sobrecarga operacional mesmo com várias patrulhas ativas, enquanto em Montemor-o-Novo sobressai a dispersão geográfica e o funcionamento parcial dos PTer. Ambos os contextos destacam a importância da articulação entre GNR, autarquias e serviços sociais, sendo em Montemor também referida a rede de saúde e a literacia digital como dimensões relevantes para a prevenção.

Relativamente à segunda questão da entrevista, “De que forma a atuação junto da população idosa poderia ser melhorada?”, os entrevistados com ligação ao DTerÉVORA sublinham a necessidade de reforçar a atuação da GNR junto da população idosa através de meios humanos, materiais e de cooperação institucional.

A escassez de recursos surge como o problema mais recorrente. E6 afirma que seria fundamental realizar mais patrulhamento e devolver informação às entidades que referenciam os casos críticos. Também E9 e E10 reforçam a urgência de reforçar as SPCPC, com mais meios humanos e logísticos. E10 sublinha que muitos locais isolados exigem viaturas todo-o-terreno para acesso regular, o que nem sempre é possível com os recursos disponíveis.

No plano institucional, a importância da colaboração com as autarquias, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e unidades de saúde é amplamente reconhecida (E5, E8, E9, E10, E14). A criação de respostas integradas e o trabalho em rede são apontados como fundamentais para garantir uma abordagem eficaz e sustentada. E8 e E11 referem que a GNR, embora presente no terreno, muitas vezes não consegue assegurar sozinha todas as dimensões da resposta, nomeadamente social, habitacional ou de saúde, e que há ainda uma perceção ilusória de “resposta integrada” quando, na prática, as soluções são fragmentadas.

A introdução de tecnologias de apoio é vista com potencial por alguns entrevistados. O sistema e-GUARD é referido por E10 como uma solução promissora, embora ainda não implementada devido à dependência do financiamento por parte das autarquias. E11 propõe uma maior especialização dos militares da GNR para lidar com as necessidades específicas dos idosos, sugerindo formação contínua e até subspecializações para além da formação generalista existente.

Os entrevistados com intervenção no DTerMNOVO destacam, de forma quase unânime, a importância do reforço da proximidade, da articulação interinstitucional e dos meios logísticos disponíveis.

E1 e E10 referem a necessidade urgente de reforçar as SPCPC com mais efetivos e mais viaturas, sobretudo adequadas a zonas de difícil acesso. E1 sublinha que, com o número atual de militares, é impossível assegurar um acompanhamento regular a todos os idosos sinalizados, dada a elevada dispersão territorial. Acessos rurais difíceis exigem, segundo este entrevistado, veículos apropriados e reforço dos meios logísticos.

A tecnologia de apoio à segurança também é referida com destaque. E14 defende o uso alargado de botões de emergência e sistemas de teleassistência, que permitam contacto rápido com os serviços de socorro, especialmente em casos de isolamento. Esta proposta é vista como um complemento às visitas presenciais.

E2 e E4 apresentam medidas de âmbito social e comunitário, sublinhando os projetos promovidos pelas autarquias para combater o isolamento, promover o envelhecimento ativo e melhorar o acesso a cuidados de saúde. Entre os obstáculos referidos estão a escassez de recursos humanos e a dificuldade em sustentar programas que dependem de voluntariado ou meios escassos (E2). E3 defende maior articulação entre instituições locais, incluindo saúde, segurança social e apoio domiciliário, realçando que essa articulação, apesar de existir, depende excessivamente da informalidade e da boa vontade individual.

E13 acrescenta que a atuação junto da população idosa poderia beneficiar de um maior envolvimento da rede de vizinhança, da família e da comunidade, sublinhando que a segurança não depende apenas das instituições, mas também dos laços de proximidade já existentes. Esta proposta de alargamento da rede de apoio informal é vista como essencial para detetar precocemente situações de risco e promover o bem-estar. A valorização da dimensão comunitária complementa a atuação da GNR e reforça a ideia de uma resposta partilhada e sustentada, em que todos os atores locais, sejam formais ou informais, assumem um papel ativo.

Em ambas as zonas de ação, destaca-se a necessidade de reforçar os meios humanos e materiais da GNR, especialmente das SPCPC, e de melhorar a articulação com autarquias, IPSS e unidades de saúde. Em Évora, sublinha-se a falta de viaturas todo-o-terreno e a necessidade de formação especializada dos militares, bem como o potencial do sistema e-GUARD. Em Montemor, valorizam-se tecnologias de emergência como botões de alarme, iniciativas sociais locais e o envolvimento da comunidade, embora se critique a informalidade da articulação entre entidades.

Relativamente à terceira questão da entrevista, “Como funciona a colaboração interinstitucional entre a GNR e entidades locais para garantir a segurança junto da população idosa?”, os entrevistados com ligação à área de atuação do DTerÉVORA descreveram uma colaboração interinstitucional multifacetada, ancorada em protocolos formais, redes sociais locais e relações informais de proximidade. E5 afirma que a articulação com as autarquias se desenvolve sobretudo através da partilha diária de informação, quer via telefone, quer por email, assegurada pelas SPCPC. Refere ainda que essa colaboração funciona bem, embora pudesse ser mais regular. E9, por sua vez, sublinha a existência de conselhos locais de ação social e de segurança, destacando o papel da GNR no âmbito desses fóruns de planeamento, discussão e definição de estratégias conjuntas.

E10 fornece um exemplo concreto e original de colaboração: a implementação de um projeto de hipoterapia com cavalos no picadeiro da GNR em Évora, fruto de uma parceria com uma entidade local. O projeto envolvia a cedência de equipamento por parte da entidade promotora, enquanto a GNR assegurava a presença de militares. O mesmo entrevistado destaca a importância das ações conjuntas com IPSS e juntas de freguesia no âmbito do programa “Censos Sénior” e das campanhas de sensibilização sobre burlas. Sublinha que os militares da GNR assumem frequentemente um papel de proximidade e referência em comunidades onde os idosos não têm contacto regular com familiares.

E11, embora reconhecendo a importância da articulação com as câmaras e juntas de freguesia, refere que, no contexto da segurança, a GNR tende a ter um papel mais ativo, sendo frequentemente a primeira a sinalizar casos críticos às outras entidades. O entrevistado acrescenta que, em certos concelhos, é a GNR que fornece informação às autarquias sobre idosos em situação de vulnerabilidade, e não o inverso.

E6, destaca o papel dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade como instrumentos eficazes de cooperação institucional, enquanto E8 valoriza a integração da GNR nas redes sociais e nas estruturas de planeamento, sublinhando a sua abertura ao diálogo e ao trabalho com os restantes parceiros.

Os entrevistados que trabalham na área do DTerMNOVO descrevem uma colaboração institucional com níveis de formalização e eficácia variáveis, combinando redes sociais, contacto direto e informalidade.

E1 e E10 apontam para uma colaboração funcional e adaptada a cada caso, com partilha de informação entre entidades como a GNR, as IPSS, a Segurança Social e os serviços de saúde. E1 refere que essa articulação permite à GNR atuar preventivamente, com base em dados sobre situações de risco comunicadas pelas autarquias, reforçando assim a

segurança da população idosa. E2 destaca o papel do Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas (CLASVN) como estrutura privilegiada de articulação, permitindo a cooperação regular entre entidades como a GNR, a câmara municipal, a junta de freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, os serviços de saúde e outros parceiros locais. Esta rede institucionalizada, que inclui um núcleo executivo com representantes formais, permite a partilha de informação, a identificação de necessidades e a definição de respostas articuladas.

E3, no entanto, descreve uma realidade menos formalizada, caracterizada por relações informais e redes de contacto pessoal. Refere que, embora exista colaboração, esta não está sistematizada nem sustentada por protocolos institucionais robustos.

E4 e E14 sublinham a importância da proximidade entre os intervenientes e a confiança mútua estabelecida ao longo do tempo. E4 reconhece que a colaboração funciona, embora isso não signifique que os problemas de segurança estejam resolvidos. Já E14 refere a presença conjunta de técnicos e militares em visitas domiciliárias, bem como a eliminação de barreiras burocráticas em situações de urgência, como resultado do conhecimento mútuo e da experiência de colaboração.

No plano técnico-operacional, E13 sublinha que a GNR participa nas estruturas da rede social, mas destaca que a articulação ainda depende muito da proatividade das pessoas envolvidas. A informalidade, embora funcional, revela limitações em termos de consistência e abrangência.

Em ambas as zonas de ação, a colaboração interinstitucional combina canais formais com redes informais de proximidade. Em Évora, valoriza-se a participação da GNR em conselhos locais, campanhas conjuntas e programas como o Censos Sénior, destacando-se exemplos inovadores como a hipoterapia. A GNR assume frequentemente um papel central na identificação de situações de risco, articulando-se com as redes sociais locais e participando ativamente nas estruturas de planeamento e resposta interinstitucional. Em Montemor-o-Novo, a articulação varia consoante o concelho: em alguns casos é formal e sustentada por estruturas como o CLASVN, noutros assenta em relações pessoais e informalidade. A confiança mútua e o conhecimento entre técnicos e militares facilitam a cooperação, mas a falta de sistematização é apontada como uma limitação à eficácia das atuações.

Relativamente à quarta questão da entrevista, “Como descreve a colaboração com a GNR em áreas como a identificação de idosos vulneráveis, prevenção da violência, promoção da segurança e apoio à mobilidade?”, para os entrevistados com ligação ao DTerÉVORA a identificação de idosos em situação de risco é referida como uma

competência central da GNR, através dos Censos Sénior, patrulhamentos e atuação das SPCPC (E9, E10, E11). E11 salienta que a GNR é frequentemente a primeira entidade a sinalizar casos às restantes instituições.

Na prevenção da violência, E10 relata casos de maus-tratos e escravatura laboral que só foram detetados por via da atuação da GNR. Ações de sensibilização, visitas domiciliárias e conversas informais revelam-se fundamentais para esta prevenção (E9, E10, E14). E14, em particular, refere o papel das patrulhas e da presença em cafés como canais informais, mas eficazes, de recolha de informação.

No domínio da mobilidade e segurança, E10 menciona patrulhas a cavalo e bicicleta e a criação de um posto móvel a partir de uma viatura abandonada. Estas iniciativas reforçam a presença visível da GNR e contribuem para o sentimento de segurança da população idosa.

E6 e E7 destacam a articulação com a GNR em ações regulares de sensibilização e em atuações rápidas em casos urgentes. E7 sublinha a presença da GNR em todas as localidades, o que fortalece a perceção de segurança e confiança entre os idosos. E8 reforça que a GNR é um parceiro fundamental graças ao seu conhecimento do território e à sua capacidade de atuação imediata.

Os entrevistados com atuação no DTerMNOVO valorizam a colaboração com a GNR, destacando a confiança operacional, o trabalho de proximidade e a cooperação interinstitucional, mesmo que, por vezes, informal.

E1, E10 e E13 descrevem uma articulação eficaz, sobretudo no que toca à identificação de idosos vulneráveis. E1 enfatiza o papel da GNR na sinalização e acompanhamento de casos, em articulação com juntas de freguesia, IPSS e centros de saúde. E13 sublinha que a GNR assume um papel ativo, tanto na sinalização como na resposta imediata a situações críticas.

Na prevenção da violência, E3 e E14 notam que a sensibilização junto da população idosa é feita sobretudo através de ações presenciais. E14 salienta a realização de campanhas informativas, caminhadas e visitas, que não só promovem a segurança, mas também reforçam o sentimento de pertença comunitária.

A mobilidade é abordada tanto no plano físico como no emocional. E4 e E14 destacam as ações desenvolvidas com a colaboração da GNR para incentivar os idosos a sair de casa, participar em atividades e ganhar confiança na sua autonomia. E14 acrescenta que a resposta da GNR em situações de emergência é célere, mesmo sem protocolos formais, graças ao conhecimento mútuo entre os profissionais envolvidos.

E2 e E12 destacam ainda a participação da GNR em projetos como os CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) e outras redes sociais locais. Já E4 afirma que a colaboração, embora eficaz, depende sobretudo da informalidade e da relação entre pessoas, o que pode ser frágil a longo prazo. E12 defende que essa rede devia ser mais formalizada para garantir consistência e continuidade.

E14, reforça que a colaboração com as entidades locais tem sido fundamental para prevenir o crime e garantir melhores condições de vida aos idosos. O entrevistado realça a importância da atuação conjunta para sinalizar casos e promover a segurança com um cariz não apenas policial, mas também social.

Em ambos os DTer, a GNR é reconhecida como um parceiro central na sinalização de idosos vulneráveis, na prevenção da violência e na promoção da segurança e mobilidade. Em Évora, destaca-se a atuação proativa da GNR através dos Censos Sénior, ações de sensibilização, policiamento e iniciativas inovadoras como o posto móvel. A articulação com autarquias e IPSS é valorizada, mas enfrenta limitações relacionadas com a escassez de efetivos, a insuficiência de meios logísticos e a dependência de articulações informais. Em Montemor-o-Novo, a colaboração é também eficaz, com ênfase na resposta rápida e na proximidade, ainda que muitas vezes informal. Valoriza-se o papel da GNR em campanhas comunitárias e projetos como os CLDS, mas reconhece-se a necessidade de maior formalização da rede para garantir continuidade e consistência.

### **7.3 Análise dos questionários**

No conjunto total de 96 respostas recolhidas no DTerÉVORA (n = 45) e no DTerMNOVO (n = 51), observaram-se perceções tendencialmente positivas por parte da população idosa relativamente à segurança nas suas comunidades e ao papel da GNR. O apêndice M resume as estatísticas descritivas de vinte variáveis codificadas em escala de Likert, sendo 1 “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente” ou resposta binária (sim/não), permitindo comparar a distribuição das respostas entre os dois DTer.

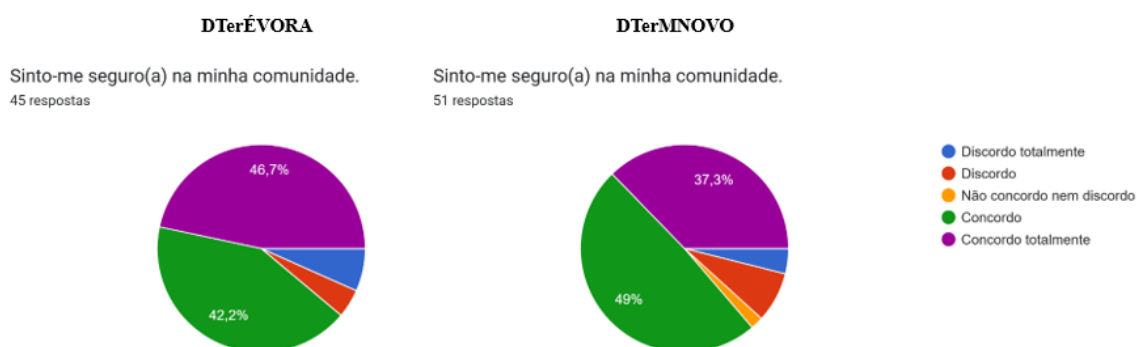
Foram igualmente analisadas um conjunto de questões de escolha múltipla que permitiram captar dimensões complementares àquelas abordadas pelas questões de escala de Likert e pelas de resposta binária.

Foram analisadas estatisticamente variáveis relacionadas com segurança, atuação da GNR, conhecimento institucional, desejo de participação no âmbito da segurança, e

propostas de melhoria, através de medidas como média, mediana, moda e desvio padrão (ver apêndice M).

Na questão em que se procurou saber se os idosos se sentem seguros na sua comunidade, os valores são elevados (ver figura 5): 4.18 em Évora e 4.08 em Montemor, demonstrando que a maioria dos inquiridos se sente segura. Não se verificou, contudo, diferença estatisticamente significativa entre os dois territórios nesta variável.

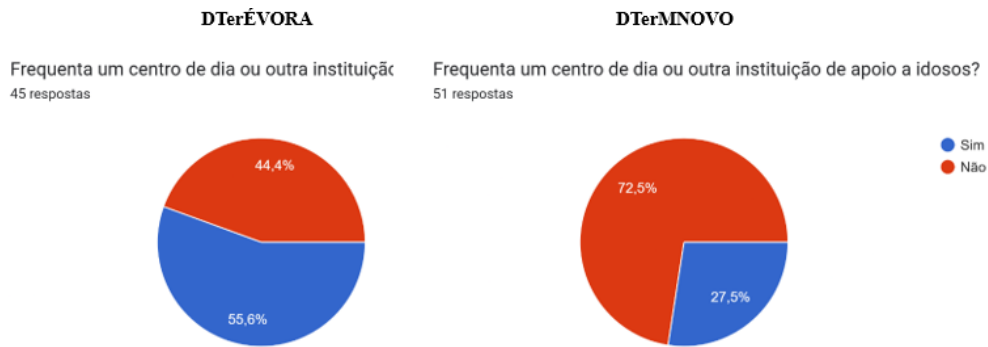
**Figura 5 - Perceção de segurança**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,18; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 1,11.  
DTerMNOVO: média = 4,08; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 1,04.**

As diferenças observadas entre os dois territórios, nomeadamente na frequência de instituições de apoio e nas formas de contacto desejadas, sugerem a necessidade de ajustes nas estratégias de PC, promovendo a adequação das respostas às realidades específicas de cada comunidade. Esta necessidade é sustentada, por um lado, pelos dados relativos à variável “Frequenta um centro de dia ou outra instituição de apoio a idosos?”, cuja média é de 0.56 em Évora e de apenas 0.27 em Montemor-o-Novo (ver figura 6), o que indica uma maior integração institucional da população idosa em Évora.

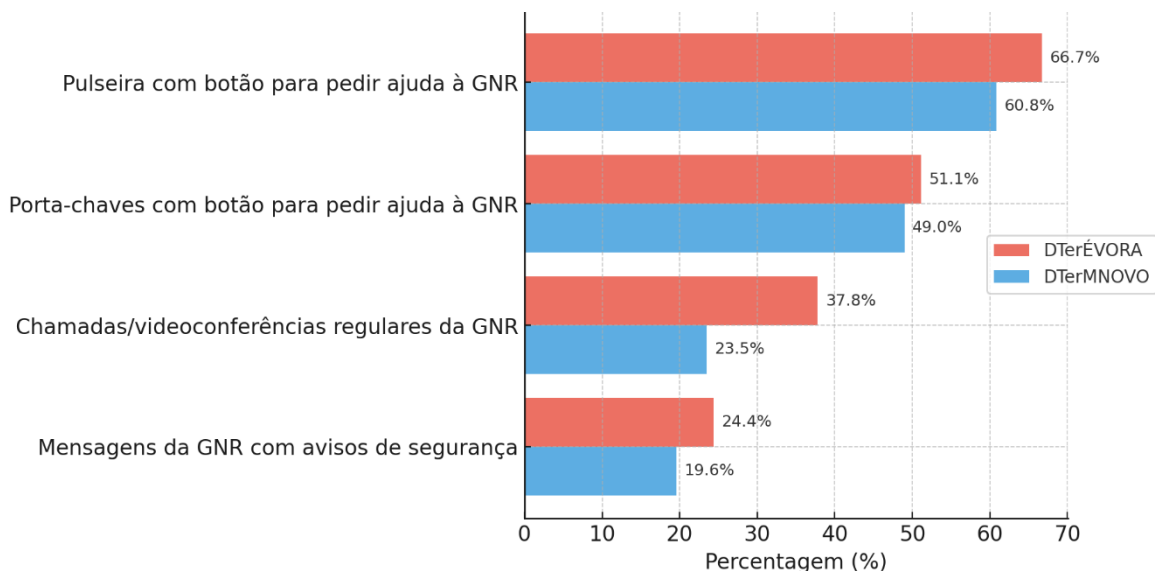
**Figura 6 - Frequência de centro de dia ou outra instituição de apoio a idosos**



**Nota: DTerÉVORA: média = 0,56; mediana = 1,0; moda = 1; desvio padrão = 0,50.  
 DTerMNOVO: média = 0,27; mediana = 0,0; moda = 0; desvio padrão = 0,45.**

Por outro lado, a forte preferência manifestada por ambos os grupos por formas de contacto físico com a GNR (ver figura 7), como pulseiras com botão de emergência (66.7% em Évora e 60.8% em Montemor) e porta-chaves com botão de emergência (51.1% e 49% respostas, respetivamente), revela a importância de soluções acessíveis e adaptadas à população. Estes dados quantitativos reforçam a necessidade de estratégias diferenciadas de PC, ajustadas às condições sociais e às preferências específicas de cada população.

**Figura 7 - Preferências da população idosa sobre formas de apoio/contacto da GNR**



Os dois destacamentos apresentam perfis sociodemográficos semelhantes (ver figura 8). A escolaridade é baixa, com predominância do 1.º ciclo (4.º ano) tanto em Évora (80%)

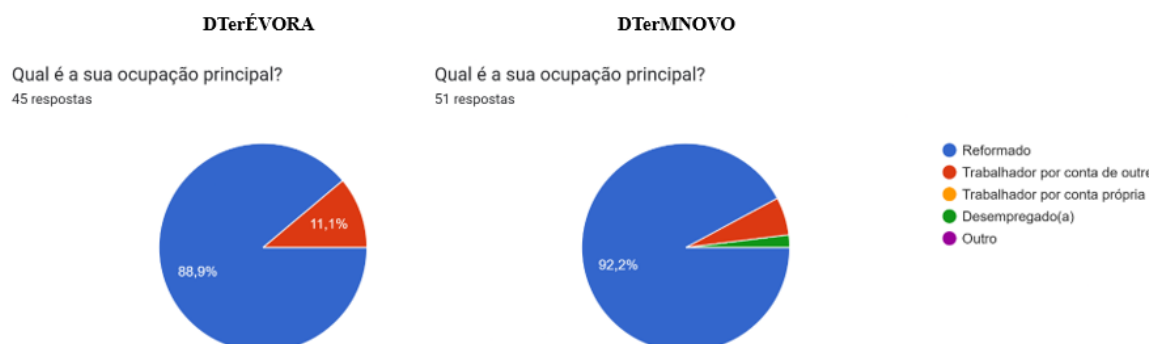
como em Montemor (76.5%). Uma parte significativa dos inquiridos não tem qualquer nível de escolaridade (17.8% em Évora, 19.6 em Montemor).

**Figura 8 - Nível de escolaridade**



A quase totalidade dos inquiridos é reformada (ver figura 9), sendo esta a ocupação dominante nos dois territórios 88.9% em Évora e 92.1% em Montemor.

**Figura 9 - Ocupação principal**



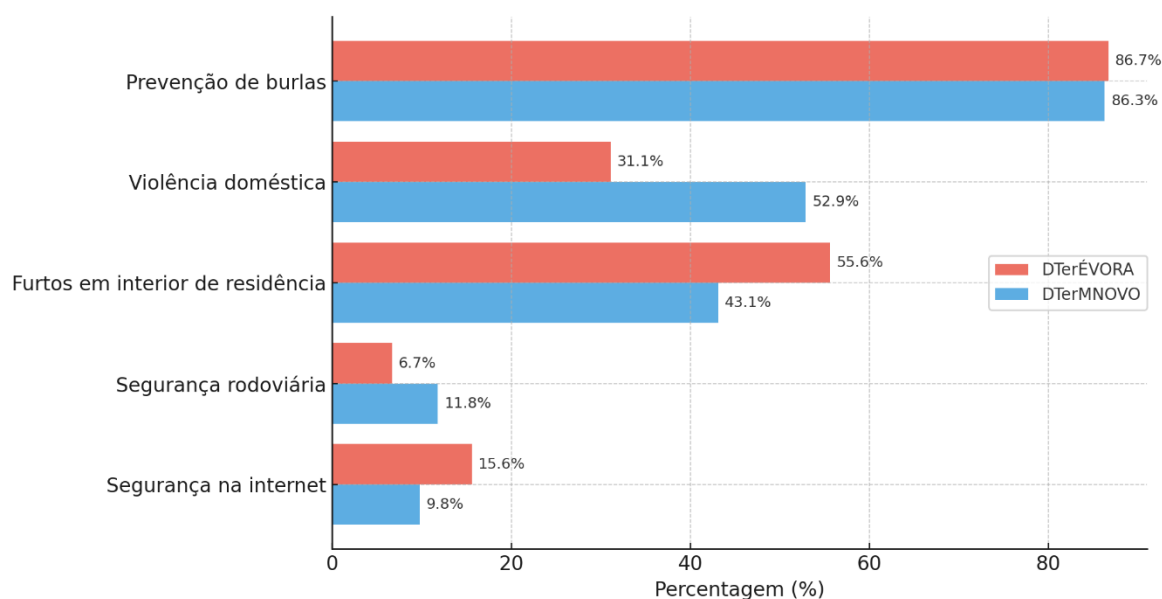
Na questão em que se procurou saber se os idosos viviam sozinhos ou acompanhados e, neste último caso, com quem vivem, destaca-se o elevado número de idosos a viverem sozinhos (ver figura 10): 60% em Évora e 56.9% em Montemor. Esta realidade poderá ter implicações diretas na perceção de segurança e na necessidade de contacto frequente com a GNR.

**Figura 10 - Situação de coabitação**



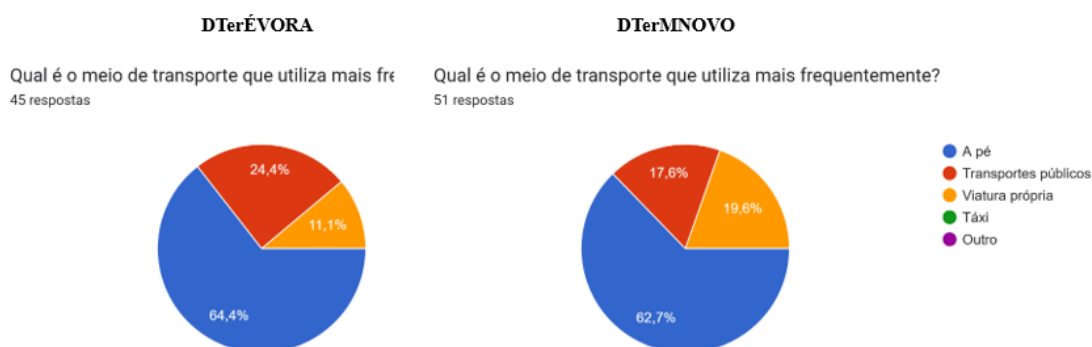
Relativamente às atividades que gostariam de frequentar promovidas pela GNR (ver figura 11), a prevenção de burlas surge como a principal preocupação em ambos os territórios (86.7% em Évora e 86.3% em Montemor). Em Montemor, a violência doméstica é também muito referida (52.9% respostas), o que poderá apontar para uma maior sensibilidade ou sensação de insegurança nesta área.

**Figura 11 - Preferência de temas para ações da GNR**



Quanto à mobilidade (ver figura 12), a maioria desloca-se a pé (64.5% em Évora e 62.8% em Montemor). No entanto, em Montemor observa-se um maior uso de viatura própria (19.6%) em relação a Évora (11.1%). O uso de transporte público também apresenta valores elevados em ambos os territórios.

**Figura 12 - Meio de transporte mais usado**



No DTerÉVORA, a média de concordância com a afirmação “Vejo patrulhas da GNR na zona onde moro” foi de 4.36, revelando uma presença visível e reconhecida da GNR (ver figura 13). Também em Montemor-o-Novo a média foi elevada (4.27), embora ligeiramente inferior.

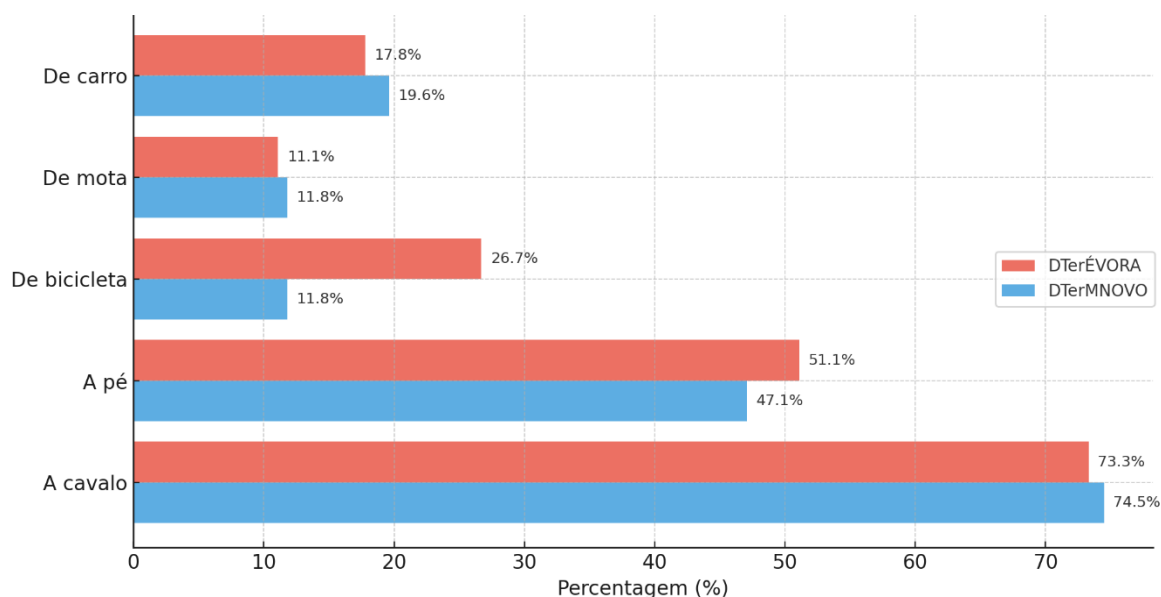
**Figura 13 - Presença da GNR**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,36; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 0,80.  
 DTerMNOVO: média = 4,27; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,83.**

Os inquiridos expressaram preferências claras relativamente ao tipo de patrulhamento desejado (ver figura 14). Em ambos os territórios, destacam-se as patrulhas a cavalo (73.3% em Évora e 74.5% em Montemor) e a pé (51.1% e 47.1%, respetivamente), sugerindo valorização da proximidade e visibilidade da atuação da GNR. A patrulha de bicicleta é mais mencionada em Évora (26.7%).

**Figura 14 - Preferência relativamente ao tipo de patrulha**



Os inquiridos de Évora revelam um menor nível médio de concordância com a afirmação “Apresentaria uma queixa à GNR” (média de 2.67), em contraste com Montemor-o-Novo, onde a média foi superior (3.06) (ver figura 15).

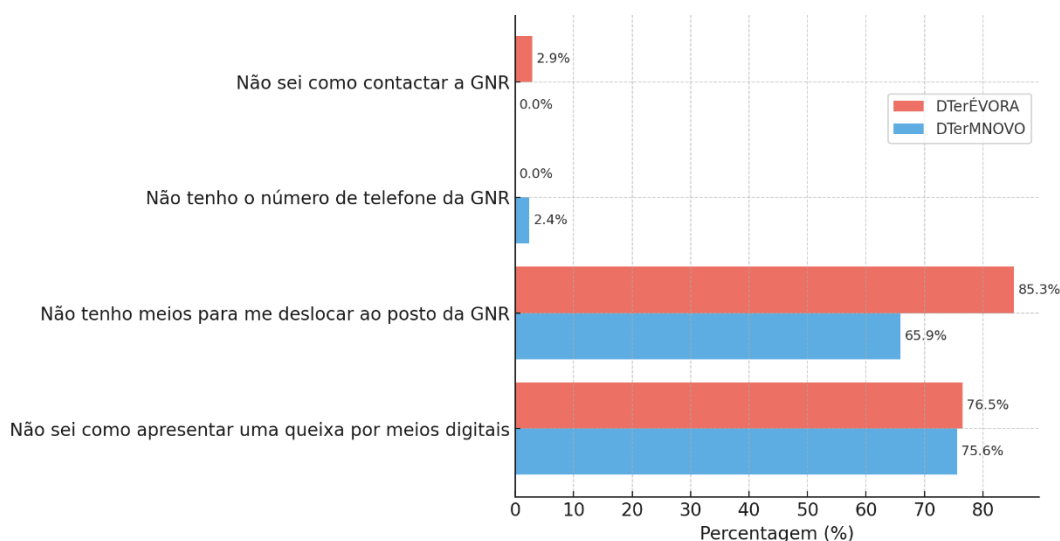
**Figura 15 - Capacidade para apresentar queixa presencialmente**



**Nota: DTerÉVORA: média = 2,67; mediana = 2,0; moda = 1; desvio padrão = 1,64.  
DTerMNOVO: média = 3,06; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 1,61.**

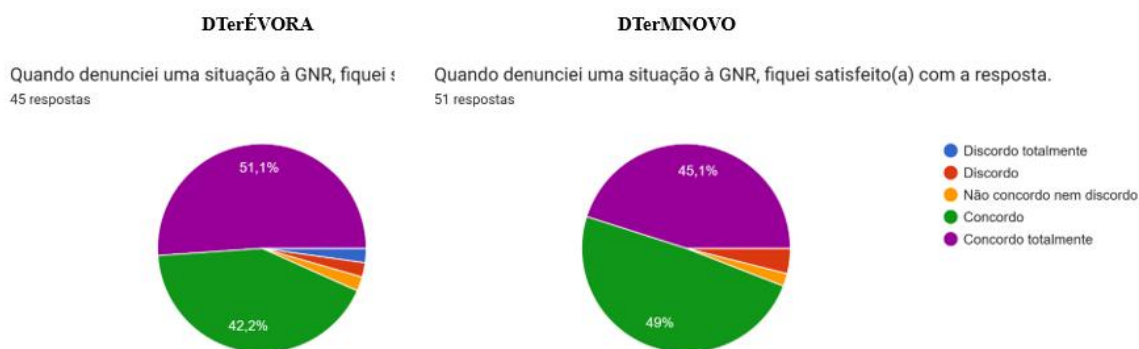
Quando questionados sobre os motivos que os poderiam levar a não apresentar uma queixa à GNR, os inquiridos referem sobretudo o facto de não terem meios para se deslocar a instalações físicas da GNR bem como não saberem como apresentar queixa por meios digitais (ver figura 16). Estes dados revelam obstáculos estruturais que podem condicionar o recurso aos canais formais de denúncia, mesmo entre uma população que demonstra, em geral, confiança e reconhecimento na atuação da GNR.

**Figura 16 - Motivos para não apresentar queixa presencialmente**



Entre os que afirmaram já ter feito uma denúncia à GNR, a satisfação com a resposta da GNR apresenta valores positivos (ver figura 17), com médias de 4.38 em Évora e 4.35 em Montemor-o-Novo, o que indica uma avaliação geralmente favorável da GNR.

**Figura 17 - Satisfação relativamente a denúncia**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,38; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,83.  
DTerMNOVO: média = 4,35; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,72.**

A maioria dos participantes afirma ter sido informada pela GNR sobre situações de burla (ver figura 18) (4.38 em Évora e 4.45 em Montemor).

**Figura 18 - Informação sobre situações de burla**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,38; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,89.  
DTerMNOVO: média = 4,45; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,61.**

Uma grande parte dos participantes mostra também como agir em caso de burla devido à informação dada pela GNR (ver figura 19), com médias de 4.38 no DTerÉVORA e 4.47 no DTerMNOVO. Estes resultados apontam para o impacto positivo de ações de sensibilização direcionadas à população idosa.

**Figura 19 - Conhecimento para agir em caso de burla**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,38; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,89.  
DTerMNOVO: média = 4,47; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,61.**

A maior parte dos inquiridos refere ter sido visitada regularmente pela GNR (ver figura 20), com médias de concordância de 4.29 em ambos os territórios.

**Figura 20 - Regularidade das visitas da GNR**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,29; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 1,01.  
DTerMNOVO: média = 4,29; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,81.**

Os inquiridos também concordam, em geral, com a ideia de continuidade nas visitas (ver figura 21), expressando que são acompanhados pelos mesmos militares da GNR (média de 4.38 em Évora e 4.49 em Montemor), o que poderá reforçar laços de confiança.

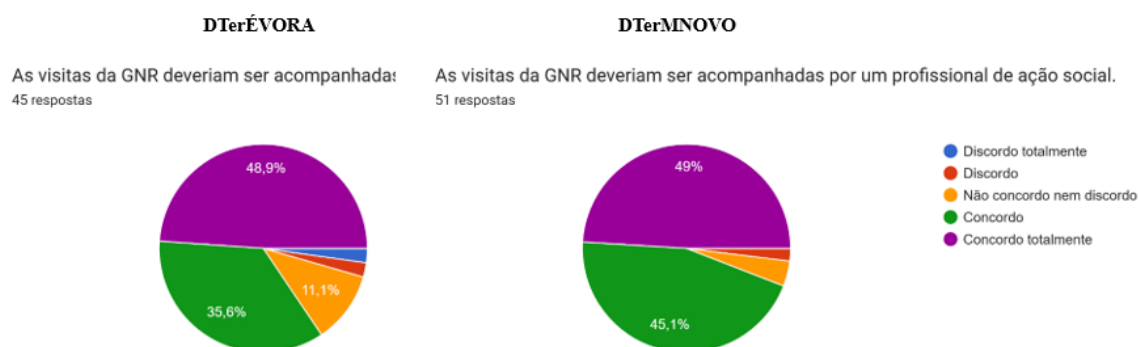
**Figura 21 - Continuidade das visitas da GNR**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,38; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,89.  
DTerMNOVO: média = 4,49; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,50.**

A média de concordância com a ideia de que as visitas da GNR deveriam ser acompanhadas por um profissional de ação social é igualmente elevada, 4.27 em Évora e 4.41 em Montemor, o que aponta para uma potencial melhoria valorizada pelos inquiridos (ver figura 22).

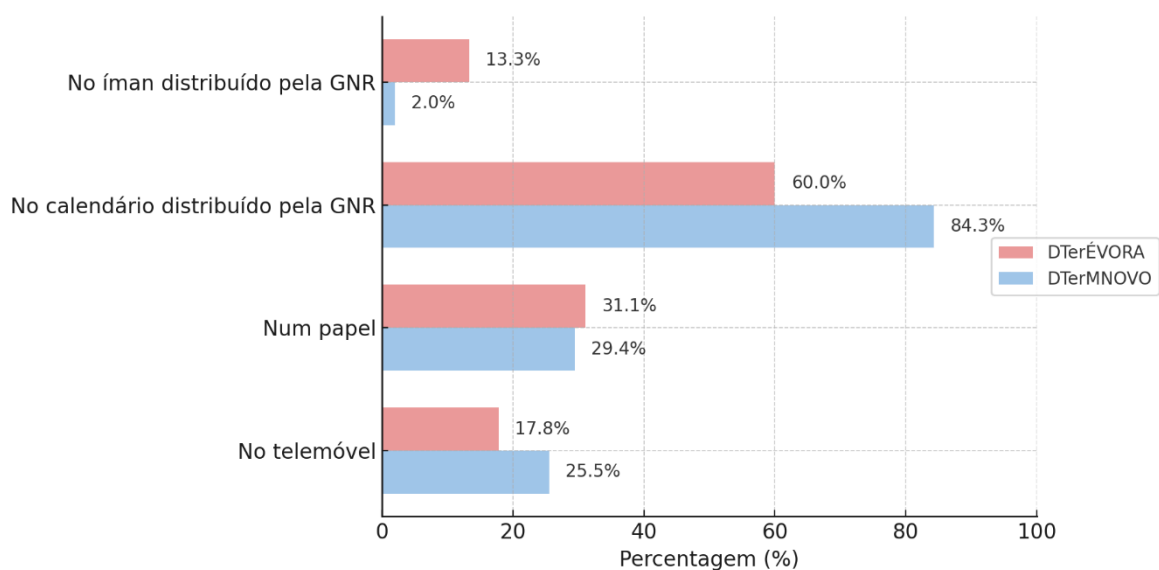
**Figura 22 - Acompanhamento das visitas da GNR por um profissional de ação social**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,27; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 0,91.  
DTerMNOVO: média = 4,41; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 0,67.**

A maioria afirma saber como contactar a GNR porque possui o número de telefone, sobretudo em calendários ou em papel (ver figura 23), o que se reflete numa média de 4.62 em Évora e 4.47 em Montemor, demonstrando um bom nível de autonomia e preparação para situações de necessidade (ver figura 24).

**Figura 23 - Formas de acesso ao contacto telefónico da GNR**



**Figura 24 - Conhecimento para contactar a GNR em caso de perigo**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,62; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,49.  
DTerMNOVO: média = 4,47; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,50.**

As ações conjuntas entre a GNR e outras entidades também são bem avaliadas (ver figura 25), com médias de 4.49 em Évora e de 4.43 em Montemor, refletindo a importância atribuída à cooperação institucional.

**Figura 25 - Perceção acerca das ações conjuntas entre GNR e outras entidades**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,49; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,73.  
DTerMNOVO: média = 4,43; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,50.**

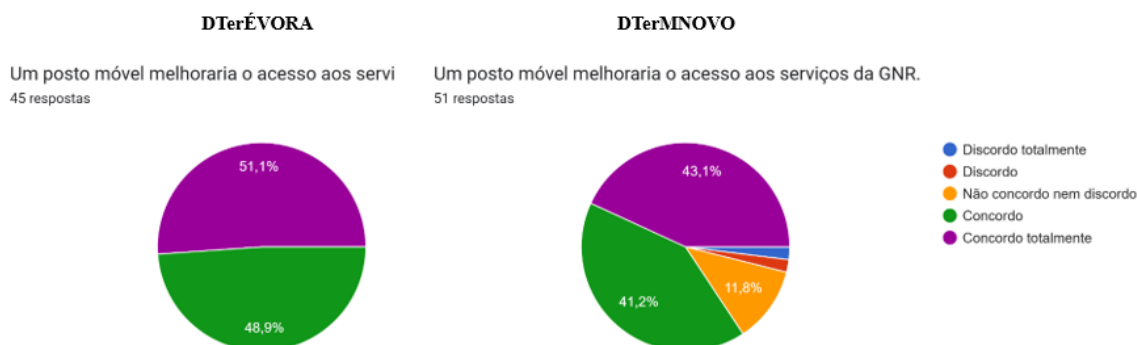
A maioria reconhece que “os militares da GNR conhecem os problemas da comunidade” (ver figura 26) (média de 4.47 em Évora e de 4.39 em Montemor), e valoriza medidas de proximidade, como a existência de um posto móvel (ver figura 27) ou um militar na junta de freguesia (ver figura 28), com médias consistentemente superiores a 4.2. Verifica-se um nível de concordância ligeiramente superior em Évora relativamente a Montemor-o-Novo.

**Figura 26 - Conhecimento da GNR sobre os problemas específicos da comunidade**



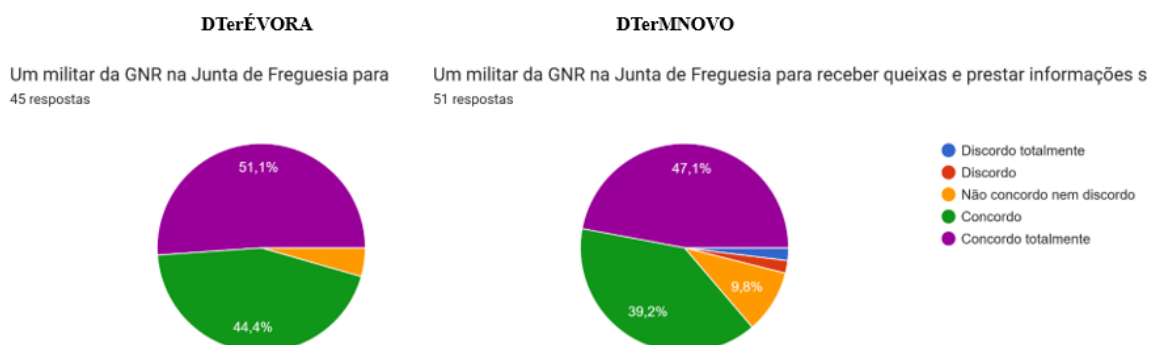
**Nota:** DTerÉVORA: média = 4,47; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,73.  
 DTerMNOVO: média = 4,39; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,63.

**Figura 27 - Perceção acerca de um posto móvel**



**Nota:** DTerÉVORA: média = 4,51; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,51.  
 DTerMNOVO: média = 4,22; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 0,88.

**Figura 28 - Utilidade de um militar na GNR na Junta de Freguesia**



**Nota:** DTerÉVORA: média = 4,47; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,59.  
 DTerMNOVO: média = 4,27; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 0,87.

O conhecimento sobre o programa Apoio 65 - Idosos em Segurança é moderado (3.60 em Évora e 3.35 em Montemor), o que sugere que poderá ser reforçado através do reforço das ações de sensibilização (ver figura 29).

**Figura 29 - Conhecimento sobre o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança**



**Nota: DTerÉVORA: média = 3,60; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 1,51.  
DTerMNOVO: média = 3,35; mediana = 4,0; moda = 2; desvio padrão = 1,47.**

A intenção de participar em iniciativas da GNR é elevada (ver figura 30), sobretudo em Évora (4.51) mas também em Montemor (4.25) e sugere abertura da população idosa à colaboração no âmbito da segurança.

**Figura 30 - Intenção de participar em iniciativas da GNR**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,51; mediana = 5,0; moda = 5; desvio padrão = 0,51.  
DTerMNOVO: média = 4,25; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,80.**

A afirmação “A GNR já pediu a minha opinião sobre questões de segurança” recolhe valores elevados (4.27 em Évora e 4.22 em Montemor), ressaltando a escuta ativa e a prática do PC (ver figura 31).

**Figura 31 - Solicitação de opinião por parte da GNR**



**Nota: DTerÉVORA: média = 4,27; mediana = 4,0; moda = 5; desvio padrão = 1,01.  
 DTerMNOVO: média = 4,22; mediana = 4,0; moda = 4; desvio padrão = 0,94.**

#### 7.4 Análise comparativa das entrevistas e dos questionários

Os resultados dos questionários mostram percepções tendencialmente positivas da população idosa relativamente à segurança nas suas comunidades. A média de concordância com a afirmação “Sinto-me seguro(a) na minha comunidade” é elevada tanto em Évora (4.18) como em Montemor-o-Novo (4.08), sugerindo um sentimento generalizado de tranquilidade. Esta percepção é reforçada pelos elevados valores atribuídos à presença da GNR: 4.36 em Évora e 4.27 em Montemor, na variável “Vejo patrulhas da GNR na zona onde moro”. Os dados apontam para a eficácia das práticas de policiamento comunitário, dada a forma como são reconhecidas pela população. Esta leitura encontra corroboração nas entrevistas, nas quais é sublinhado o papel da GNR como presença visível e referência nas comunidades. No entanto, os entrevistados introduzem nuances críticas, nomeadamente a escassez de meios e a dificuldade em cobrir eficazmente os territórios por serem vastos e dispersos. Em ambos os territórios, comandantes e autarcas referem que, apesar do esforço no policiamento, a cobertura do território é limitada, o que pode comprometer a resposta operacional em situações críticas (E1, E10, E14). Se por um lado os idosos percecionam segurança, por outro os entrevistados reconhecem algumas fragilidades.

No domínio do acompanhamento institucional, os inquiridos reportam níveis elevados de contacto com a GNR. A maioria refere ter sido visitada regularmente (média de 4.29 em ambos os territórios) e afirma ser acompanhada pelos mesmos militares (4.38 em Évora e 4.49 em Montemor), o que sugere a existência de uma relação continuada e de confiança. As visitas da GNR são bem avaliadas, e a ideia de que deveriam ser acompanhadas por um profissional de ação social apresenta também forte concordância

(4.27 em Évora e 4.41 em Montemor), revelando a perceção de que há espaço para complementar a atuação da GNR com uma dimensão social mais estruturada. Uma das propostas concretas com forte aceitação entre os inquiridos é a aposta num posto móvel da GNR, que permitiria aproximar os serviços às populações mais isoladas. Esta medida recolhe uma média de 4.51 em Évora e 4.22 em Montemor, refletindo o reconhecimento da sua utilidade prática. Esta valorização encontra eco nas entrevistas, onde E10 relata a implementação de um posto móvel a partir da adaptação de uma viatura abandonada, ilustrando a capacidade de resposta da GNR face à escassez de meios. Este aspeto é discutido nas entrevistas. Destacou-se a importância da atuação em rede e da articulação entre GNR e entidades do setor social. É mencionado, por exemplo, que a GNR assume muitas vezes funções que extravasam o policiamento tradicional, atuando como único rosto do Estado em locais remotos (E10, E14). A presença regular e o conhecimento do território tornam os militares elementos essenciais na sinalização de situações de risco, mas os entrevistados referem a necessidade de reforçar os recursos humanos e de integrar mais ativamente profissionais de ação social. Há também o reconhecimento da informalidade das respostas, que dependem muitas vezes da boa vontade e da experiência (E4, E13).

Um dos aspetos onde se nota alguma divergência entre perceção e prática institucional diz respeito à disposição para apresentar queixa. Nos questionários, a média de concordância com a afirmação “Apresentaria uma queixa à GNR” é moderada: 2.67 em Évora e 3.06 em Montemor. Mesmo que não se trate de um valor negativo, os números sugerem alguma hesitação por parte da população idosa em recorrer aos canais formais. Esta impressão é corroborada pelos obstáculos referidos pelos inquiridos como a falta de mobilidade ou o desconhecimento dos procedimentos digitais. Nas entrevistas, esta hesitação é identificada como subnotificação. Vários entrevistados referem que muitos idosos não denunciam situações de violência ou burla, por medo, vergonha ou falta de informação (E10, E14). Esta realidade preocupa os profissionais no terreno, já que compromete a eficácia da atuação preventiva da GNR e dificulta o encaminhamento atempado de situações críticas. A perceção de confiança registada nos questionários coexiste, assim, com barreiras que inibem a denúncia, conforme enfatizado por E11 e E12. Em contrapartida, quando a denúncia efetivamente ocorre, os dados do questionário indicam avaliações bastante positivas da resposta da GNR: 4.38 em Évora e 4.35 em Montemor.

No plano da escuta ativa e participação, os inquiridos manifestam uma atitude geralmente positiva. A média de concordância com a afirmação “A GNR já pediu a minha opinião sobre questões de segurança” é elevada: 4.27 em Évora e 4.22 em Montemor.

Ademais, a ideia de colocar um militar da GNR na junta de freguesia para receber queixas e prestar informações é amplamente valorizada, com médias de 4.47 e 4.27, respetivamente. Estes dados apontam para uma vontade de reforçar a presença institucional da GNR nos espaços do quotidiano local. Esta dimensão é confirmada nas entrevistas, sobretudo quando os interlocutores referem a existência de fóruns de diálogo (como os conselhos locais de segurança e as redes sociais locais), onde a GNR assume um papel ativo (E5, E9, E10). A participação dos idosos nesses espaços pode ser indireta, mediada pelas autarquias ou por técnicos de ação social, mas a abertura da GNR ao diálogo é reconhecida de forma transversal. Porém, vários entrevistados sublinham que esta escuta carece, por vezes, de sistematização e continuidade, dependendo em excesso da informalidade e da proatividade local (E4, E13).

A valorização da cooperação entre a GNR e outras entidades é um traço comum tanto nos questionários como nas entrevistas. Nos questionários, as ações conjuntas com outras entidades recebem avaliações elevadas: 4.49 em Évora e 4.43 em Montemor. Estes dados traduzem o reconhecimento da população idosa relativamente à importância da articulação institucional para a sua segurança. Nas entrevistas, esta cooperação é uma constante. Tanto no DTerÉVORA como no DTerMNOVO, os entrevistados referem redes formais e informais que envolvem GNR, IPSS, serviços de saúde e autarquias. Destacam-se iniciativas como o programa Censos Sénior, campanhas de sensibilização ou visitas conjuntas entre militares e técnicos de ação social. O CLASVN, por exemplo, é descrito como um espaço privilegiado de articulação institucional (E2), enquanto em Évora foi referida a realização de hipoterapia em parceria com entidades locais (E10). Apesar destes exemplos positivos, subsiste a preocupação com a falta de formalização e com a dependência excessiva de relações pessoais, o que torna as parcerias vulneráveis à rotatividade de cargos (E3, E13).

Para além da articulação institucional, alguns entrevistados, como E13, sublinham a importância de alargar a rede de apoio à família, vizinhança e comunidade local. Este envolvimento próximo é visto como essencial para a deteção precoce de situações de risco e para a promoção da segurança de forma partilhada e sustentável, sobretudo em contextos de isolamento.

Outra dimensão relevante é a tecnologia de apoio à segurança, mencionada sobretudo nas entrevistas. Vários interlocutores defendem o uso de sistemas de teleassistência, botões de emergência e outras soluções tecnológicas como complemento ao policiamento presencial (E10, E14). Esta preocupação é também demonstrada nas respostas aos questionários: uma parte significativa dos idosos manifesta preferência por formas de

contacto acessíveis e imediatas, como pulseiras e porta-chaves com botão de emergência. Estes números reforçam a pertinência das propostas recolhidas nas entrevistas e mostram uma clara aceitação por parte dos destinatários finais.

Em termos de propostas de melhoria, os entrevistados convergem na necessidade de reforçar os meios humanos e materiais da GNR, especialmente para garantir cobertura de zonas isoladas e dar resposta adequada a situações de emergência. Este diagnóstico está alinhado com os resultados dos questionários, que mostram que, apesar da avaliação positiva da GNR, existem lacunas, como por exemplo na mobilidade (sobretudo para deslocação até às instalações da GNR). Também é sugerido o reforço da formação dos militares em áreas como envelhecimento, saúde mental e violência doméstica (E11, E12).

## **7.5 Discussão de resultados**

A análise dos dados empíricos revela, de forma geral, uma consonância com a literatura científica, confirmando os principais conceitos abordados. No entanto, surgem também limitações práticas como a carência de implementação dos CLS e as dificuldades de participação ativa da população idosa e alguns contributos, como o papel central da GNR em zonas remotas ou a valorização de propostas como o posto móvel, a presença de um militar na Junta de Freguesia e as visitas da GNR serem acompanhadas por um profissional de ação social que aprofundam e complementam o enquadramento teórico.

A realidade dos territórios estudados, ou seja, os concelhos de Évora, Redondo, Portel, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo e Vendas Novas, corrobora a definição de TBD adotada. Os entrevistados e os inquiridos destacam o isolamento geográfico, a dispersão populacional, as dificuldades de acessibilidade e a desertificação do interior como fatores críticos que afetam a atuação da GNR e a segurança da população. Estes aspetos estão em consonância com os critérios propostos pela ANMP (2014), que incluem não apenas a densidade populacional, mas também os perfis territorial, demográfico, socioeconómico, de povoamento e de acessibilidade (ANMP, 2014).

No que respeita à *governance* de segurança, os resultados empíricos destacam a existência de redes de colaboração interinstitucional entre a GNR, as autarquias, as instituições de solidariedade social e os serviços de saúde. Embora esta articulação seja, em muitos casos, informal e dependente da proatividade dos intervenientes locais, ela reflete o conceito de *governance* enquanto sistema descentralizado de regulação e cooperação entre múltiplos atores, tal como definido por Wilkins & Mifsud (2024) e Gjaltema et al. (2019).

Os dados empíricos sugerem que o conceito de *governance* deverá ser repensado e alargado, integrando de forma mais explícita a participação das famílias e dos vizinhos, que desempenham um papel relevante na sinalização precoce de situações de risco e no apoio à população idosa. A ENEAS surge como um instrumento relevante de política pública, ao incorporar a segurança como eixo estratégico e ao reconhecer a importância das FS na proteção da população idosa, especialmente em contextos territoriais vulneráveis (Despacho n.º 12427/2016).

A prevenção criminal, tal como conceptualizada por autores como Tilley (2009), Crawford & Evans (2017) e Stefanovska (2017), encontra eco nas práticas da GNR nos territórios em estudo. As entrevistas e os questionários revelam a existência de medidas preventivas como visitas domiciliárias, ações de sensibilização, campanhas contra burlas, policiamento regular e cooperação com autarquias e instituições sociais. Estas ações alinham-se com os conceitos de prevenção criminal analisados na revisão da literatura: a prevenção situacional, centrada na modificação do ambiente (Crawford & Evans, 2017), refletida na presença regular da GNR através do policiamento e visitas domiciliárias, que reduzem oportunidades para a prática de crimes; a prevenção comunitária, assente na participação ativa da sociedade (Stefanovska, 2017), visível nas ações de sensibilização e na colaboração com IPSS e autarquias, que envolvem diferentes atores locais na construção da segurança; e a prevenção baseada em informações, que privilegia decisões informadas por dados empíricos e investigação científica (Sherman, 2013), concretizada na recolha sistemática de informação no terreno e na sua utilização para orientar a atuação da GNR com base nas mesmas.

No domínio do PC, os resultados mostram uma prática consolidada por parte da GNR, com visitas regulares aos cidadãos, criação de laços de confiança, policiamento e colaboração com técnicos de ação social. Estas práticas refletem a visão de autores como Modise (2023), Cossyleon (2019) e Maillard (2021), que defendem que o PC deve ser próximo, participativo, sensível às especificidades locais e adaptável às dinâmicas sociais das comunidades. Os inquiridos demonstraram sentir-se ouvidos e seguros, revelando uma avaliação positiva da atuação da GNR, o que reforça a eficácia desta abordagem nos territórios em estudo.

A população idosa surge, tanto na revisão da literatura como nos resultados obtidos, como um grupo particularmente vulnerável e prioritário na intervenção da GNR. A atuação através de programas como o Apoio 65 - Idosos em Segurança (Simão, 2009), da Operação Censos Sénior ou da distribuição de bens essenciais durante a pandemia, está em linha com

os objetivos definidos na ENEAS e com as recomendações de autores como Valente (2013) e Copeto (2011). Estas iniciativas demonstram a preocupação em assegurar não apenas a proteção dos idosos, mas também a sua inclusão social e a promoção do bem-estar, sobretudo em contextos de TBD onde a GNR representa, muitas vezes, o único rosto visível do Estado.

Apesar da sintonia entre a revisão da literatura e os resultados empíricos obtidos, é possível identificar algumas lacunas relevantes, nomeadamente no que respeita à implementação dos CLS e à efetivação da participação dos cidadãos nos TBD.

Apesar de a revisão da literatura destacar os CLS como instrumentos fundamentais de *governance* de segurança em Portugal (Amante et al., 2021), não se verificou qualquer referência direta à sua implementação nos territórios analisados. As entrevistas revelam práticas de colaboração interinstitucional, como partilha de informação entre a GNR, autarquias e instituições sociais, que, em muitos casos, se desenvolvem através de meios informais e pouco sistematizados. Porém, não foi mencionado, por parte dos entrevistados, qualquer processo estruturado com base nos CLS, como a elaboração de diagnósticos locais de segurança, planos de intervenção formalizados ou mecanismos de avaliação contínua. Esta ausência sugere que o potencial dos CLS está subaproveitado ou não formalizado, limitando a consolidação de uma *governance* de segurança mais robusta e coordenada. Reforça-se assim a necessidade de aprofundar a institucionalização das redes de cooperação existentes, aproveitando os mecanismos já previstos em políticas públicas como os CLS, para garantir maior consistência e sustentabilidade das respostas locais aos desafios de segurança (Oliveira, 2020).

A literatura enfatiza a participação dos cidadãos como elemento central tanto na *governance* de segurança como nas estratégias de prevenção criminal e PC (Stefanovska, 2017; Akpa, 2024). Este envolvimento ativo dos cidadãos, nomeadamente dos idosos, é visto como essencial para construir comunidades mais resilientes e para reforçar os laços de confiança com as FS. No entanto, os dados empíricos revelam que, apesar da manifesta vontade de participação por parte dos inquiridos, que foi expressa, por exemplo, na sua disponibilidade para colaborar com a GNR e na valorização das visitas regulares, persistem limitações que condicionam essa participação. Fatores como o envelhecimento demográfico e o isolamento geográfico dificultam a mobilização ativa da população idosa no âmbito do PC. Assim sendo, constata-se uma discrepância entre a visão idealizada da participação comunitária presente na literatura e as dificuldades práticas enfrentadas nos TBD para a sua concretização. Esta divergência deve ser compreendida como uma oportunidade de melhoria, por exemplo, através da implementação de medidas como a presença de militares

nas juntas de freguesia em períodos temporais determinados para, por exemplo, receber queixas, promovendo abordagens mais realistas e ajustadas à realidade dos TBD, e reforçando os mecanismos de inclusão e capacitação social da população idosa. O investimento em tecnologias de apoio à segurança, nomeadamente sistemas de teleassistência, botões de emergência e dispositivos que facilitem o contacto imediato com os serviços de socorro também se mostram como possíveis melhorias a implementar. No plano operacional, seria pertinente a adoção de modalidades de policiamento adaptadas às especificidades locais, como patrulhas a pé, a cavalo, de bicicleta ou o uso de postos móveis, capazes de reforçar a visibilidade e a proximidade junto das comunidades.

A análise dos dados empíricos e da literatura científica permite concluir que, nos territórios em estudo, a atuação da GNR se alinha, de forma significativa, com os princípios teóricos da prevenção criminal, do PC e da *governance* de segurança. Porém, persistem desafios que impedem a plena concretização das políticas públicas previstas, nomeadamente a fraca implementação dos CLS e as limitações à participação ativa da população idosa. Tais fragilidades não invalidam os progressos alcançados, mas antes destacam a necessidade de reforçar a articulação interinstitucional, de institucionalizar práticas já existentes e de desenvolver estratégias mais moldadas às especificidades dos TBD. Por conseguinte, deve reforçar-se a capacitação dos atores locais, a institucionalização das práticas colaborativas já existentes e a implementação efetiva dos CLS como instrumentos estruturantes da *governance* de segurança. Considera-se fundamental a promoção de programas de sensibilização e de literacia digital dirigidos à população idosa, que contribuam para prevenir crimes como burlas e para reforçar a autonomia destes cidadãos. Concomitantemente, torna-se crucial desenvolver mecanismos que incentivem a participação da população idosa, assegurando a sua inclusão ativa nas dinâmicas comunitárias e de segurança.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A presente investigação permitiu analisar as estratégias de policiamento desenvolvidas pela GNR em TBD, especificamente nas áreas de ação do DTerÉVORA e do DTerMNOVO. A partir da conjugação de dados empíricos, recolhidos através de entrevistas e questionários, e a revisão da literatura científica, foi possível responder à questão central e às questões derivadas.

Relativamente às questões derivadas, a Q<sub>D1</sub> permitiu apurar que a população das áreas em estudo apresenta uma distribuição geográfica dispersa, com forte incidência de isolamento em zonas rurais, e um perfil demográfico marcado pelo envelhecimento e por baixos níveis de escolaridade. Quanto à Q<sub>D2</sub>, os principais desafios identificados prendem-se com a escassez de meios humanos e materiais, a extensão dos territórios e a vulnerabilidade acrescida da população idosa a crimes como burlas, furtos e violência doméstica. A Q<sub>D3</sub> revelou a existência de boas práticas, como o programa Censos Sénior, PC, ações de sensibilização e articulação com entidades locais. Apesar da eficácia dessa articulação, muitas das vezes de forma informal, foi identificada a necessidade de maior sistematização e protocolização.

No que respeita à Q<sub>D4</sub>, identificou-se um conjunto de soluções para o policiamento da área em estudo, tais como a necessidade de formalizar e implementar os CLS, reforçar a formação dos militares da GNR, dotando-os de competências específicas nas áreas do envelhecimento, da saúde mental, da violência doméstica e da literacia digital, entre outras. A melhoria dos meios humanos e materiais, designadamente o aumento de efetivos e a disponibilização de viaturas adequadas ao acesso em zonas isoladas, surge igualmente como condição indispensável para garantir um melhor policiamento por parte da GNR.

A questão central - Quais são as estratégias de policiamento nos TBD, nas áreas de atuação do DTerÉVORA e DTerMNOVO? - encontrou resposta ao longo desta investigação. Verificou-se que a principal estratégia adotada pela GNR nestes territórios é o PC, materializado em visitas regulares, criação de laços de confiança com os cidadãos, cooperação com técnicos de ação social e ações preventivas adaptadas às comunidades. Esta abordagem revela-se eficaz na promoção do sentimento de segurança e na identificação precoce de situações de risco, sobretudo entre a população idosa.

Recomenda-se o investimento em tecnologias de apoio à segurança, nomeadamente sistemas de teleassistência, botões de emergência e dispositivos que facilitem o contacto

imediate com os serviços de socorro. No plano operacional, propõe-se a adoção de modalidades de policiamento adaptadas às especificidades locais, como patrulhas a pé, a cavalo, de bicicleta ou o uso de postos móveis, capazes de reforçar a visibilidade e a proximidade junto das comunidades. A institucionalização de visitas conjuntas entre militares da GNR e técnicos de ação social é igualmente apontada como solução promissora, permitindo respostas articuladas, multifacetadas e mais sensíveis às necessidades da população idosa.

Considera-se fundamental a promoção de programas de sensibilização e de literacia digital dirigidos à população idosa, que contribuam para prevenir crimes como burlas e para reforçar a autonomia destes cidadãos. Recomenda-se também o aproveitamento das redes informais de vizinhança, família e comunidade como recurso complementar na sinalização de situações de risco.

Os resultados obtidos relevam, assim, que a atuação da GNR nestes territórios se encontra substancialmente alinhada com os princípios do PC, da prevenção criminal e da *governance* de segurança.

A proximidade com as comunidades, o PC e a colaboração com entidades locais constituem pilares fundamentais da ação da GNR, sendo reconhecidos tanto pelos profissionais entrevistados como pela população idosa inquirida. A confiança mútua e os laços estabelecidos entre os militares da GNR e os cidadãos contribuem, de forma decisiva, para o reforço do sentimento de segurança e para a eficácia das estratégias preventivas implementadas.

Porém, persistem desafios relevantes, tais como a escassez de meios humanos e materiais, a informalidade das práticas colaborativas interinstitucionais e a subutilização de instrumentos estruturantes, como os CLS. A ausência de processos sistematizados e formalizados limita a sustentabilidade e a coerência das boas práticas observadas, tornando-as excessivamente dependentes da proatividade individual e de redes informais de confiança, cuja continuidade nem sempre está garantida.

Constatou-se que, apesar da manifesta disponibilidade da população idosa para colaborar nas dinâmicas comunitárias de segurança, a sua participação ativa continua condicionada por fatores estruturais, como o isolamento geográfico e o envelhecimento demográfico. Esta discrepância entre a intenção expressa e a mobilização efetiva destaca a necessidade de reforçar os mecanismos de capacitação, inclusão social e envolvimento comunitário.

Face ao exposto, recomenda-se a formalização e dinamização efetiva dos CLS, o reforço da capacitação dos atores locais, através de formação especializada e da disponibilização de meios adequados, tanto humanos como materiais, assegurando a consolidação de práticas colaborativas eficazes e sustentáveis. Importa também investir em tecnologias de apoio à segurança, como sistemas de teleassistência e dispositivos de emergência, tais como a pulseira ou porta-chaves com botão de emergência, que despoitem uma resposta imediata aquando da sua ativação, que estejam devidamente adaptados às necessidades e limitações da população idosa. Simultaneamente, a promoção de programas de sensibilização e literacia digital para idosos pode contribuir para mitigar riscos e facilitar o acesso à informação e aos canais de denúncia. A institucionalização de visitas conjuntas entre militares da GNR e técnicos de ação social deve ser incentivada, garantindo respostas mais bem articuladas e multidimensionais, ajustadas à realidade específica dos TBD. Considera-se pertinente a adoção de modalidades de policiamento adaptadas às especificidades territoriais, como patrulhas a pé, a cavalo, de bicicleta ou através de postos móveis, potenciando a visibilidade e a proximidade junto das comunidades. A implementação do posto móvel e a presença de um militar nas juntas de freguesia num determinado período para atender a população seriam pertinentes para melhorar a segurança nos TBD. O envolvimento das redes informais de vizinhança, família e comunidade deve também ser valorizado como recurso complementar na sinalização de situações de risco e no reforço da coesão social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Akpa, E. J. (2024). The Role of Community Policing in Crime Reduction: Comparative Analysis of South Africa and Kenya. *NEWPORT INTERNATIONAL JOURNAL OF CURRENT ISSUES IN ARTS AND MANAGEMENT*, 4(1):12-14. <https://doi.org/10.59298/NIJCIAM/2024/4.1.121413>

Amante, A., Saraiva, M. & Marques, T.S. Community crime prevention in Portugal: an introduction to Local Safety Contracts. *Crime Prev Community Saf* 23, 155-173 (2021). <https://doi.org/10.1057/s41300-021-00112-2>

Assembleia da República. (2008). Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto - Lei de Segurança Interna. *Diário da República n.º 167/2008, Série I de 2008-08-29*. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/53-2008-408217>

Associação Nacional dos Municípios Portugueses. (2014). Municípios de Baixa Densidade - critérios aprovados pela associação nacional de municípios. <https://www.anmp.pt/wp-content/uploads/2019/11/CriteriosFINAISAPROVADOS.pdf>

Associação Nacional dos Municípios Portugueses. (2015). FREGUESIAS DE BAIXA DENSIDADE. EM MUNICÍPIOS QUE NÃO SÃO DE BAIXA DENSIDADE. <https://anmp.pt/file-viewer/?pstid=4352>

Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. (2023). Análise sumária dos territórios de baixa densidade. [https://www.amt-autoridade.pt/media/3942/analisesumariaterr\\_bx\\_densidade.pdf](https://www.amt-autoridade.pt/media/3942/analisesumariaterr_bx_densidade.pdf)

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bento, R., Guedes, A., & Ramos, L. (2023). A new methodology for low-density definition and its effect on tourism development analysis: The case of Portugal. In R. Marques et al. (Eds.), *The Impact of Tourist Activities on Low-Density Territories*. Springer

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Câmara Municipal de Évora. (2023). *Diagnóstico Operativo: A Cidade e a sua Envolvente*. Câmara Municipal de Évora.

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2017). *Carta estratégica Montemor-o-Novo 2025*. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. <https://www.cm-montemornovo.pt/wp-content/uploads/2021/02/CMMNovo-Carta-Estrate%CC%81gica.pdf>

Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. (2019). Diagnóstico social do concelho de Montemor-o-Novo 2019. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. <https://www.cm-montemornovo.pt/wp-content/uploads/2020/06/Diagno%CC%81stico-Social-do-Concelho-de-Montemor-o-Novo.pdf>

Câmara Municipal de Portel. (2018). Diagnóstico Social de Portel. [https://www.cm-portel.pt/wp-content/uploads/2020/12/Diagnostico-Social\\_\\_2018.pdf](https://www.cm-portel.pt/wp-content/uploads/2020/12/Diagnostico-Social__2018.pdf)

Câmara Municipal de Portel. (2022). Relatório de avaliação da execução do PDM de Portel. <https://www.cm-portel.pt/wp-content/uploads/2022/02/relatorio-ae-2022.pdf>

Câmara Municipal de Redondo. (2020). Plano Diretor Municipal - Caracterização do território. [https://www.cm-redondo.pt/wp-content/uploads/2024/08/0710\\_CHARACTER.pdf](https://www.cm-redondo.pt/wp-content/uploads/2024/08/0710_CHARACTER.pdf)

Câmara Municipal de Vendas Novas. (2021). Revisão do Plano Diretor Municipal - Volume I: Relatório. [https://www.cm-vendasnovas.pt/wp-content/uploads/2022/01/P075\\_PDM\\_F1\\_VOL\\_I\\_RE\\_c.pdf](https://www.cm-vendasnovas.pt/wp-content/uploads/2022/01/P075_PDM_F1_VOL_I_RE_c.pdf)

Câmara Municipal de Viana do Alentejo. (2012). Agenda 21 Local de Viana do Alentejo. <https://www.cm-vianadoalentejo.pt/wp-content/uploads/2021/03/Agenda21Local.pdf>

Câmara Municipal de Viana do Alentejo. (2023). Relatório de Fundamentação da 1.<sup>a</sup> Alteração da 1.<sup>a</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal de Viana do Alentejo. Disponível em [https://www.cm-vianadoalentejo.pt/wpcontent/uploads/2023/06/Relatorio\\_Fundamentacao.pdf](https://www.cm-vianadoalentejo.pt/wpcontent/uploads/2023/06/Relatorio_Fundamentacao.pdf)

CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo. (2022). Qualificação, Emprego e Inclusão Social. CCDR Alentejo. [https://www.ccdr-a.gov.pt/wp-content/uploads/2022/07/PA2030\\_Qualificacoes-Emprego-Inclusa%CC%83o-Social-RFinal.pdf](https://www.ccdr-a.gov.pt/wp-content/uploads/2022/07/PA2030_Qualificacoes-Emprego-Inclusa%CC%83o-Social-RFinal.pdf)

CCDR Alentejo. (2021). Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alentejo Central 2021-2027. [https://alentejo.portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/13/2024/03/EIDT\\_Alentejo\\_Central\\_2030.pdf](https://alentejo.portugal2030.pt/wp-content/uploads/sites/13/2024/03/EIDT_Alentejo_Central_2030.pdf)

Ceccato, V., & Abraham, J. (2022). Crime and Safety in the Rural: Lessons from research. Springer Nature.

CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. (2024). Plano de Ação ITI/CIM Alentejo Central. [https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2024/05/Plano-de-Acao-ITI\\_CIMAC\\_MemDescr\\_VFinal.pdf](https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2024/05/Plano-de-Acao-ITI_CIMAC_MemDescr_VFinal.pdf)

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. (2015). PAMUS - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Alentejo Central: Cenários e Propostas. [https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2020/07/2719\\_02\\_PAMUS-AC-Cenarios.pdf](https://www.cimac.pt/wp-content/uploads/2020/07/2719_02_PAMUS-AC-Cenarios.pdf)

Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. (2023). Relatório Anual de Atividade da Autoridade de Transportes do Alentejo Central - 2023. Disponível em <https://www.amt-autoridade.pt/media/4680/cimac.pdf>

Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, 16, 48-54.

Cossyleon, J. (2019). *Community Policing*. 1-5. 10.1002/9781118568446.eurs0058.

Costa, A. (2023). *Segurança pública, redes e governança*. Editora Universidade de Brasília. <https://doi.org/10.7476/9786558461708>

Costa, T. J. S. (2021). O papel da Guarda Nacional Republicana no sentimento de segurança dos idosos: Estudo de caso: O projeto eGuard no Comando Territorial da Guarda [Dissertação de Mestrado, Academia Militar]. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37946>

Crawford, A. & Cunningham, M. (2015), 'Working in Partnership: The challenges of working across organisational boundaries, cultures and practices', in J. Fleming (ed.), *Police Leadership—Rising to the Top*, Oxford: Oxford University Press.

Crawford, A. & Evans, K. (2017). *Crime Prevention and Community Safety*. The Oxford Handbook of Criminology (sixth edition). Oxford University Press

Crawford, A. & L'Hoiry, X (2015) *Partnerships in the Delivery of Policing and Safeguarding Children*. Report. Centre for Criminal Justice Studies, University of Leeds.

Creswell, J. W., & Creswell, J. D. (2018). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (5th ed.). SAGE Publications.

Creswell, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). SAGE Publications.

Deliberação nº 488/98, de 11 de setembro. 158ª Deliberação do CSE, de 3 de junho de 1998 - Tipologia das Áreas Urbanas (DGOTDU/INE)

Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité*. L'Harmattan.

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo. (2013). *Caracterização Agrícola do Alentejo Central*. Ministério da Agricultura e do Mar

Direção-Geral do Território (2024). *Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)*. Direção-Geral do Território

Ehrhart, H. G., Hegemann, H., & Kahl, M. (2014). Putting security governance to the test: conceptual, empirical, and normative challenges. *European Security*, 23(2), 119-125. <https://doi.org/10.1080/09662839.2013.851676>

Fielding, N., & Innes, M. (2006). Reassurance policing, community policing and measuring police performance. *Policing and Society: An International Journal of Research and Policy*, 16(2), 127-145. <https://doi.org/10.1080/10439460600662122>

Figueiredo, E. (2018). Entre o Abandono e o Idílio - Representações sociais dos territórios rurais em Portugal. *Cultivar - Cadernos de Análise e Prospetiva*. 11. 39-48. [https://www.gpp.pt/images/GPP/O\\_que\\_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR\\_11/SeccaoIArtigoElisabeteFigueiredo.pdf](https://www.gpp.pt/images/GPP/O_que_disponibilizamos/Publicacoes/CULTIVAR_11/SeccaoIArtigoElisabeteFigueiredo.pdf)

Gjaltema, J., Biesbroek, R., & Termeer, K. (2019). From government to governance...to meta-governance: a systematic literature review. *Public Management Review*, 22(12), 1760-1780. <https://doi.org/10.1080/14719037.2019.1648697>

Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2015). *Estratégia da Guarda 2020 - uma Estratégia Centrada nas Pessoas*. Divisão de Planeamento Estratégico de Relações Internacionais

Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2020). *Estratégia da Guarda 2025 - uma Estratégia Centrada nas Pessoas*. Divisão de Planeamento Estratégico de Relações Internacionais

Guarda Nacional Republicana. (2014). *Relatório de atividades de 2014*.

Guarda Nacional Republicana. (2015). *Relatório de atividades de 2015*.

Guarda Nacional Republicana. (2016). *Relatório de atividades de 2016*.

Guarda Nacional Republicana. (2017). *Relatório de atividades de 2017*.

Guarda Nacional Republicana. (2018). *Relatório de atividades de 2018*.

Guarda Nacional Republicana. (2019). *Relatório de atividades de 2019*.

Guarda Nacional Republicana. (2020). *Relatório de atividades de 2020*.

Guarda Nacional Republicana. (2021). *Relatório de atividades de 2021*.

Guarda Nacional Republicana. (2022). *Relatório de atividades de 2022*.

INE. (1997). *Conceito: Freguesia urbana "Tipologia Urbano/Rural (para fins estatísticos)"*.

Innes, M., Roberts, C., Lowe, T., & Innes, H. (2020) *Neighbourhood Policing: The Rise and Fall of a Policing Model*, Clarendon Studies in Criminology. <https://doi.org/10.1093/oso/9780198783213.001.0001>

Instituto Nacional de Estatística (2021). Censos 2021. <https://www.pordata.pt/censos/resultados/emdestaque-portugal-361>

Jones L, Hameiri S. (2015). Security and governance: existing approaches. In: *Governing Borderless Threats: Non-Traditional Security and the Politics of State Transformation*. Cambridge University Press

Lamelas, F. (2021). Idosos protegidos: A GNR e os novos paradigmas dos programas especiais de policiamento de proximidade (Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa). Repositório da NOVA School of Law.

Maillard, J. (2021). Community Policing in Comparative Perspective. *Oxford Research Encyclopedia of Criminology*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264079.013.615>

Mastny, V., Zhu, L., & Kramer, M. (2014). *The legacy of the Cold War : perspectives on security, cooperation, and conflict*. Lexington Books.

Meško, G. (2020). Rural criminology - A challenge for the future. *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*, 28(1), 3-13. <https://doi.org/10.1163/15718174-02801001>

Ministério da Administração Interna (2019). Conferência Segurança Urbana, Os Municípios e a Proteção do Espaço Público. [Powerpoint slides]. [https://2019.conferenciasegurancaurbana.pt/pdfs/2fev\\_Apresentacao%20CLS%20Nova%20Geracao.pdf](https://2019.conferenciasegurancaurbana.pt/pdfs/2fev_Apresentacao%20CLS%20Nova%20Geracao.pdf)

Ministério da Saúde. (2016, 17 de outubro). Despacho n.º 12427/2016. Diário da República, 2ª série, n.º 199.

Modise, M. (2023). Community Engagement in Policing: A Path to More Meaningful, Knowledgeable, and Successful Public Consultation. *International Journal of Innovative Science and Research Technology* 8(25), 3894-3906.

Monte - Desenvolvimento Alentejo Central. (2007). *Caracterização da Região Alentejo Central - Zona de Intervenção do Monte*. Monte - ACE.

Monteiro, A. (2019). Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança: A propósito do Programa Nacional para a Coesão Territorial. *Sociologia On Line*, (19), 127-151. <https://doi.org/10.30553/sociologiaonline.2019.19.6>

Oberg, L. P. (2018). O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 18(2), 709-728. Recuperado de [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812018000200018&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812018000200018&script=sci_arttext)

Oliveira, F. P. (2020). O ordenamento do território e os desafios colocados pelas áreas de baixa densidade: Breves anotações sobre a realidade portuguesa. *Revista Galega de Administración Pública*, 60, 125-145. <https://doi.org/10.36402/regap.v0i60.4631>

Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento - A emergência do policiamento de proximidade*. Almedina.

Organisation for Economic Co-operation and Development. (1994). *Creating rural indicators for shaping territorial policy*. OECD Publications and Information Centre

Patton, M. Q. (2015). *Qualitative research & evaluation methods (4th ed.)*. SAGE Publications.

Pereira, C. (2020). *Isolamento social e solidão de idosos numa vila no Norte de Portugal: O papel da GNR [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]*. Repositório Aberto. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/52334/1/CatiaPereira.pdf>

Poiares, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei. A violência doméstica em Portugal. Por um Direito que dê voz ao silêncio das vítimas*. Chiado Editora.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2020). *Manual de investigação em ciências sociais (6ª ed.)*. Gradiva.

Resnik, D. B. (2020). *The ethics of research with human subjects: Protecting people, advancing science, promoting trust*. Springer.

Rodrigues, J. F. (2015). O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Análise Social*, 50(214), 174-197. Recuperado de [https://www.researchgate.net/publication/273476777\\_O\\_rural\\_e\\_o\\_urbano\\_no\\_Brasil\\_uma\\_proposta\\_de\\_metodologia\\_de\\_classificacao\\_dos\\_municipios](https://www.researchgate.net/publication/273476777_O_rural_e_o_urbano_no_Brasil_uma_proposta_de_metodologia_de_classificacao_dos_municipios)

Sherman, L. W. (2013). The rise of evidence-based policing: Targeting, testing, and tracking. *Crime and Justice*, 42(1), 377-451. <https://doi.org/10.1086/670819>

Silva, M. J. (2020). *O dispositivo territorial da GNR: A importância do posto territorial em territórios de baixa densidade [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior]*. UBibliorum. [https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11958/1/8700\\_18572.pdf~](https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/11958/1/8700_18572.pdf~)

Silver, C., & Lewins, A. (2014). *Using software in qualitative research: A step-by-step guide (2nd ed.)*. SAGE Publications.

Simão, J. (2009). *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal — Estudo de caso do projeto «Apoio 65 “Idosos em Segurança”» na zona intramuros de Elvas*.

Soltani, R., & Moradi, M. (2017). The Evolution of the Concept of International Peace and Security in light of UN Security Council Practice (End of the Cold War-Until Now). *Open Journal of Political Science*, 7(1), 133-144. <https://doi.org/10.4236/ojps.2017.71010>

Stefanovska, V. (2017). Community-based crime prevention: prospect and threats. *Security Dialogues*, 1. 81-93. DOI: 10.47054/SD1710081s.

Stichweh, R. (2018). Elementos-chave de uma teoria da sociedade mundial. *Sociedade E Estado*, 33(02), 389-406. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183302005>

Tilley, N. (2009). *Crime Prevention*. Routledge

Truijen, S. P. M., Schreurs, J. P. R., Boonen, A., & van Onna, M. (2025). The operational definition of old(er) age and impact on outcomes in DMARD-treated patients with rheumatoid arthritis: A systematic literature review. *Seminars in Arthritis and Rheumatism*, 71, Article 152607. <https://doi.org/10.1016/j.semarthrit.2024.152607>

Valente, A. (2013). *Vitimização criminal dos idosos em Portugal: Análise sócio criminal dos crimes participados às FS em 2011*. Direção-Geral da Administração Interna.

Wilkins, A. W., & Mifsud, D. (2024). What is governance? Projects, objects and analytics in education. *Journal of Education Policy*, 39(3), 349-365. <https://doi.org/10.1080/02680939.2024.2320874>

## APÊNDICES

### Apêndice A - Análise dos RASI (2014-2024)

Tabela 13 - Análise dos RASI (2014-2024)

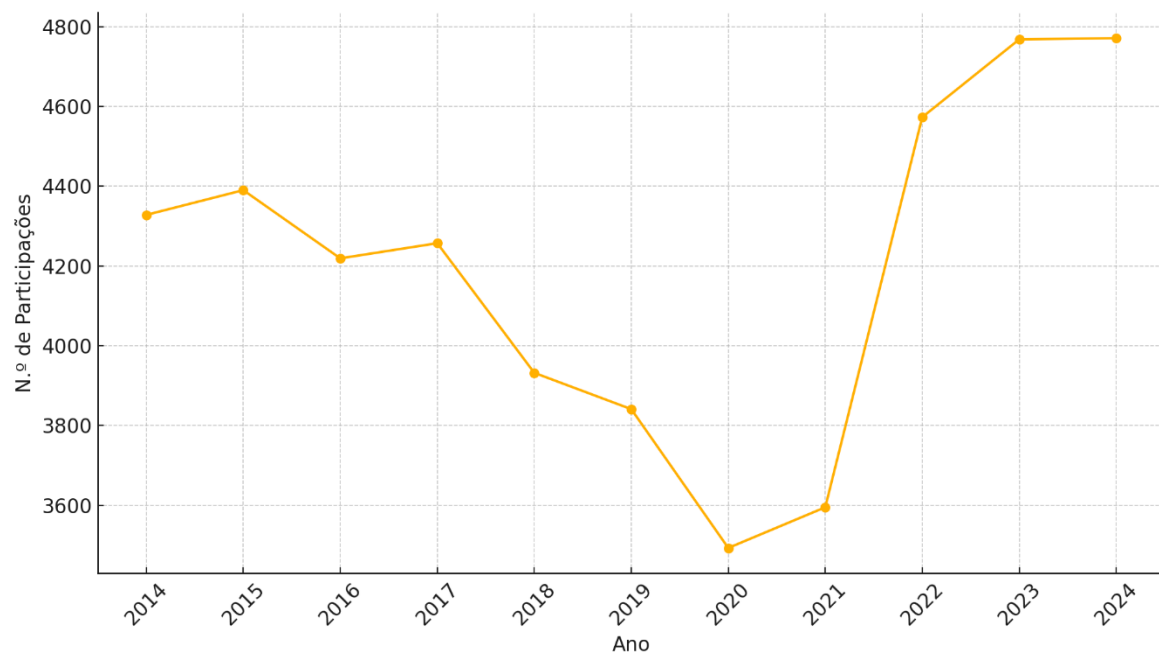
2014	<p>Em 2014, o distrito de Évora registou um total de 4328 participações de crimes, uma redução de 312 casos em relação a 2013, representando uma diminuição de 6,7%. A criminalidade violenta e grave também apresentou uma queda significativa, passando de 157 casos em 2013 para 126 em 2014, uma redução de 19,7%. No que diz respeito à violência doméstica, foram registados 363 casos em 2014, uma ligeira diminuição de 3,46% face aos 376 casos registados no ano anterior. Quanto aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, Évora apresentou 83 ocorrências em 2014, praticamente o mesmo número do ano anterior, quando foram registados 82 incêndios.</p> <p>Évora registou também 363 casos de violência doméstica, uma redução de 13 casos comparado ao ano anterior.</p>
2015	<p>Em 2015, o distrito de Évora registou um total de 4390 participações de crimes, uma redução de 149 casos em comparação com 2014, o que representa uma diminuição de 3,3%. No entanto, a criminalidade violenta e grave apresentou um aumento significativo, subindo de 126 casos em 2014 para 143 em 2015, o que corresponde a um aumento de 13,5%. No que diz respeito à violência doméstica, foram registados 378 casos em 2015, um aumento de 4,1% em relação aos 363 casos do ano anterior. Quanto aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, registou-se um total de 90 ocorrências, com um aumento em relação aos 83 casos de 2014.</p> <p>Em matéria de violência doméstica o número de casos subiu para 378, um aumento de 15 casos face a 2014.</p>
2016	<p>Em 2016, o distrito de Évora registou um total de 4.219 participações de crimes, uma diminuição de 171 casos em relação a 2015, o que representa uma redução de 3,9%. No que diz respeito à criminalidade violenta e grave, houve uma queda significativa, com o número de casos a passar de 143 em 2015 para 113 em 2016, refletindo uma diminuição de 21,0%. Relativamente ao incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara, registaram-se 72 ocorrências em 2016, o que representa uma redução de 20% em comparação com os 90 casos do ano anterior.</p> <p>O número de casos de violência doméstica manteve-se estável em 363, igual ao registado em 2014 e representando uma redução de 15 casos em relação a 2015.</p>
2017	<p>Verificou-se uma diminuição ligeira no total de criminalidade geral participada, com um aumento percentual de apenas 0,9%, o que representou 38 ocorrências a mais do que no ano anterior. O número total de participações criminais passou de 4.219 em 2016 para 4.257 em 2017.</p> <p>Em matéria de criminalidade violenta e grave, Évora registou um aumento significativo de 26,5%, com mais 30 ocorrências em relação ao ano anterior. O número total de ocorrências deste tipo passou de 113 em 2016 para 143 em 2017.</p> <p>No que respeita aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, o distrito de Évora registou um aumento de 31,9%, passando de 72 ocorrências em 2016 para 95 em 2017.</p> <p>O número de casos de violência doméstica reduziu de 390 em 2016 para 381 em 2017, uma redução de 9 casos.</p>

2018	<p>Deu-se uma diminuição na criminalidade geral participada, com um total de 3.932 casos, o que representa uma redução de 7,6% em relação aos 4.257 casos registados em 2017, ou seja, menos 325 ocorrências.</p> <p>Quanto à criminalidade violenta e grave, o distrito de Évora registou 141 ocorrências em 2018, uma ligeira redução de 1,4% face aos 143 casos registados no ano anterior, o que representa uma diminuição de apenas 2 casos.</p> <p>No que diz respeito aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, Évora registou uma redução significativa nos incêndios florestais por fogo posto, com o número de ocorrências a descer de 95 em 2017 para 58 em 2018, o que representa uma redução de 38,9%. Houve novamente uma redução de participações de violência doméstica para 364 casos, uma diminuição de 17 casos em relação a 2017.</p>
2019	<p>Houve 3.841 participações criminais, o que representa uma ligeira diminuição de 91 casos, ou 2,3%, em relação ao ano anterior, quando se registaram 3.932 participações. Relativamente à criminalidade violenta e grave, o número de casos registados foi de 111, uma diminuição significativa de 21,3% (menos 30 casos) em comparação com os 141 casos registados em 2018. No âmbito da violência doméstica, o distrito registou 378 casos, um aumento de 3,0% em comparação com os 367 casos registados em 2018, o que representa mais 11 casos face ao ano anterior.</p> <p>Relativamente aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, Évora registou 139 ocorrências em 2019, um aumento expressivo de 139,7% em relação aos 58 casos de 2018.</p>
2020	<p>Em 2020, o distrito de Évora registou 3.493 participações criminais, uma redução significativa de 9,1% em relação ao ano anterior, quando se registaram 3.841 participações. Em relação à criminalidade violenta e grave, o distrito registou 101 casos, uma diminuição de 9,0% face aos 111 casos registados em 2019.</p> <p>No que diz respeito à violência doméstica, em 2020, Évora registou 334 casos, o que representa uma redução de 11,6% em comparação com os 378 casos de 2019.</p> <p>Relativamente aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, houve uma descida acentuada, com 77 ocorrências em 2020, uma diminuição de 44,6% em relação aos 139 casos registados no ano anterior.</p>
2021	<p>Registaram-se 3.595 participações criminais, o que representa um aumento de 2,9% em relação a 2020, quando se contabilizaram 3.493 participações.</p> <p>No que se refere à criminalidade violenta e grave, Évora registou 93 casos, representando uma redução de 7,9% em comparação com os 101 casos de 2020.</p> <p>Relativamente à violência doméstica, foram contabilizados 355 casos em 2021, o que traduz um aumento de 6,3% face aos 334 casos registados em 2020.</p> <p>Quanto aos incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, Évora registou 136 ocorrências em 2021, uma diminuição leve em relação aos 77 casos de 2020.</p>
2022	<p>Registaram-se 4.573 participações criminais, um aumento significativo de 27,2% em comparação com 2021, quando foram registadas 3.595 participações.</p> <p>Relativamente à criminalidade violenta e grave, o número de casos também subiu, passando de 93 ocorrências em 2021 para 136 em 2022, o que representa um crescimento de 46,2%.</p> <p>Em termos de violência doméstica, Évora registou 469 casos em 2022, um acréscimo de 32,1% em relação ao ano anterior, quando foram contabilizados 355 casos.</p> <p>No que respeita a incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos, Évora registou 122 ocorrências em 2022, uma diminuição em comparação com os 133 casos de 2021.</p>
2023	<p>O número total de participações de crime foi 4.768, apresentando um aumento de 4,3% em relação ao ano anterior.</p> <p>No que respeita à criminalidade violenta e grave, Évora registou uma redução de três casos, passando de 136 participações em 2022 para 131 em 2023.</p> <p>O número de participações relacionadas com violência doméstica em Évora diminuiu significativamente, passando de 469 casos em 2022 para 413 em 2023, uma redução de 11,9%.</p>

	<p>Em relação aos incêndios florestais e rurais, o número de participações por incêndios/fogo posto em florestas, matas, arvoredos no distrito de Évora diminuiu de 122 ocorrências em 2022 para 66 em 2023.</p>
2024	<p>Em 2024, o distrito de Évora registou um total de 4.771 participações de crimes, um aumento de 3 casos em relação a 2023, o que representa uma variação residual de 0,1%</p> <p>A criminalidade violenta e grave registou um total de 156 casos, mais 25 do que em 2023, quando se contabilizaram 131 ocorrências, o que corresponde a um aumento de 19,1%</p> <p>No que respeita à violência doméstica, foram registados 407 casos em 2024, uma diminuição de 6 ocorrências relativamente aos 413 casos verificados em 2023, o que representa uma redução de 1,45%</p> <p>Relativamente ao crime de incêndio/fogo posto em florestas, matas, arvoredos ou searas, Évora registou 105 ocorrências em 2024, mais 39 do que no ano anterior, quando se contabilizaram 66 casos, o que corresponde a um aumento expressivo de 59,1%.</p>

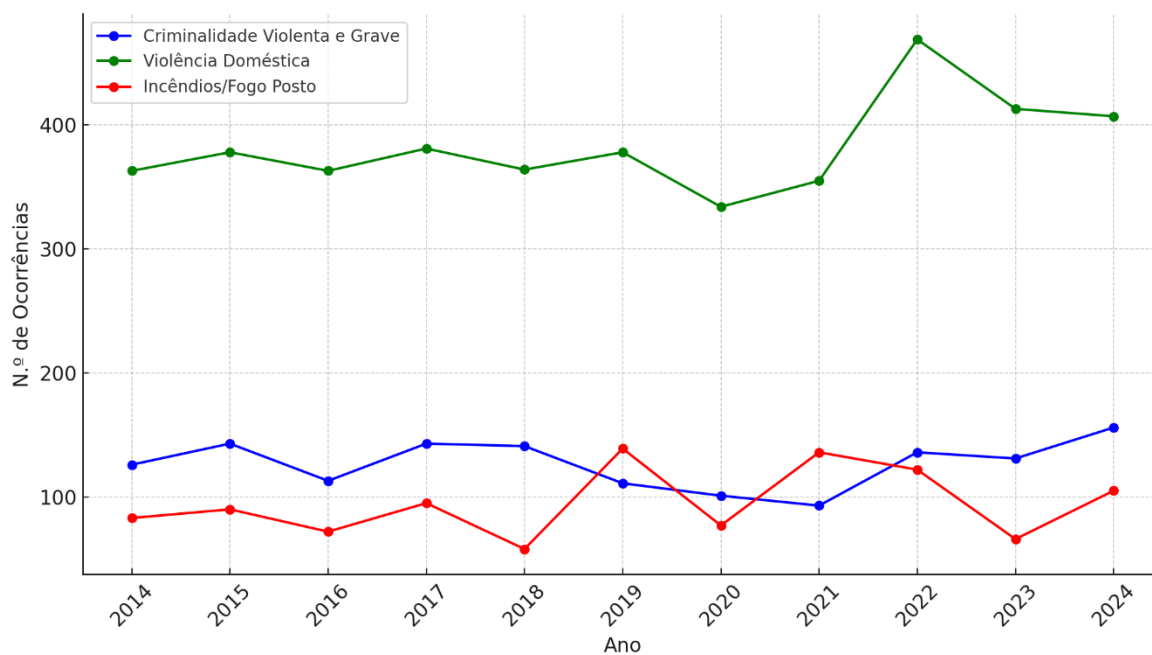
## Apêndice B - Criminalidade geral participada no distrito de Évora com base nos RASI

Figura 32 - Criminalidade geral participada no distrito de Évora com base nos RASI



## Apêndice C - Outras categorias de criminalidade no distrito de Évora com base nos RASI

Figura 33 - Outras categorias de criminalidade no distrito de Évora com base nos RASI



## **Apêndice D - Carta de Apresentação**



**ACADEMIA MILITAR  
DIREÇÃO DE ENSINO**

**Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança (GNR)**

**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**Estratégias de policiamento em territórios de baixa densidade  
populacional**

AUTOR: Aspirante de Infantaria da GNR João Manuel Costa Borges

ORIENTADORA: Major de Infantaria da GNR Adriana Filipa Gameiro Martins

Março de 2025

## **Carta de Apresentação**

A presente entrevista faz parte integrante da realização do Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) para a conclusão do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança. O estudo foca-se na análise das estratégias de policiamento da Guarda Nacional Republicana em territórios de baixa densidade populacional (TBD), nomeadamente nas áreas de atuação do Destacamento Territorial de Évora e do Destacamento Territorial de Montemor-o-Novo.

Com esta entrevista, pretende-se compreender as dificuldades, desafios e boas práticas do serviço da GNR em TBD, com especial atenção à colaboração interinstitucional, ao impacto do PC e à segurança da população idosa.

Grato desde já pela sua disponibilidade e atenção.

Atenciosamente,

**João Manuel Costa Borges**

Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana

## Apêndice E - Protocolo de consentimento informado

O presente protocolo é estabelecido entre João Manuel Costa Borges, aluno da AM a realizar investigação com o tema: *Estratégias de policiamento em territórios de baixa densidade populacional*, e o participante: \_\_\_\_\_, através do método de entrevista.

O investigador e o orientador científico comprometem-se a:

- a) Conduzir a investigação de acordo com os parâmetros de qualidade preconizados pela comunidade científica da especialidade;
- b) Discutir e negociar outros aspetos específicos de cada caso relativos à confidencialidade da informação, se solicitado pelo participante;
- c) Impedir qualquer divulgação de informação referente aos participantes, exteriormente à equipa de investigação, sem o consentimento prévio de todos os envolvidos;
- d) Entregar uma síntese descritiva dos resultados aos participantes, através de correio eletrónico;
- e) Manter os participantes a par do trabalho que está a ser desenvolvido, nomeadamente no que concerne à análise dos dados, sempre que os mesmos o solicitem;
- f) Prestar aos participantes no processo todos os esclarecimentos solicitados no decorrer da investigação;
- g) Cumprir o Código Deontológico da *American Psychological Association* (APA 7ª Edição) na realização da investigação;
- h) Eliminar todas as gravações áudio após o decorrer da investigação e a defesa pública da tese.

Os participantes comprometem-se a:

- a) Prestar informações sobre a sua experiência no caso em estudo e sobre a sua experiência profissional;
- b) Ser entrevistado num momento acordado entre o investigador e o participante;
- c) Autorizar a gravação áudio da entrevista, a pedido do investigador;
- d) Decidir mencionar ou omitir a sua participação no projeto nos contextos profissionais em que considere conveniente fazê-lo;
- e) Permitir a publicação do resultado do estudo, com omissão da sua identidade, nomeadamente nas seguintes situações:

I. Tese de Mestrado a apresentar à Academia Militar;

II. Comunicações em congressos científicos-profissionais;

III. Publicações científicas em revistas e/ou em livros da especialidade.

**Assinaturas:**

---

(Participante)

---

(Investigador)

Local e Data:

---

## Apêndice F - Guião de Entrevista Exploratória

Tabela 14 - Guião de Entrevista Exploratória

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)</b>	
<b>Nome:</b>	
<b>Posto/ Função:</b>	
<b>Local:</b>	
<b>Data:</b>	
<b>2. ENQUADRAMENTO DA INVESTIGAÇÃO</b>	
<p>Os territórios de baixa densidade (TBD) em Portugal colocam desafios em termos de policiamento devido às suas características específicas, como a dispersão populacional, o envelhecimento demográfico e a limitação de acessos e infraestruturas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2021), os concelhos de Évora e Montemor-o-Novo, apresentam uma densidade populacional significativamente inferior à média nacional, implicando uma abordagem diferenciada no planeamento e execução das estratégias de segurança comunitária.</p> <p>A Estratégia da Guarda 2025 enfatiza a proximidade e visibilidade da Guarda Nacional Republicana (GNR) como elementos-chave na mitigação dos problemas de segurança, especialmente em regiões de baixa densidade. A dispersão territorial e a necessidade de respostas adaptadas são identificadas como desafios operacionais fundamentais, exigindo que o policiamento seja orientado pela flexibilidade, colaboração com entidades locais e uma abordagem comunitária focada na prevenção.</p> <p>Neste contexto, compreender e analisar as estratégias de policiamento aplicadas a TBD torna-se essencial para melhorar a eficácia das ações de segurança e contribuir para a coesão social e territorial. Esta investigação procura não só identificar os desafios enfrentados pela GNR nas regiões de Évora e Montemor-o-Novo, mas também elencar boas práticas e propor soluções ajustadas à realidade dos TBD, num esforço de alinhamento entre a segurança comunitária e as necessidades específicas destas comunidades.</p>	
<b>3. ENTREVISTA</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Pergunta</b>

Desafios de segurança	<b>Questão 1</b> - Quais são os principais desafios de segurança que identifica na sua área de ação?
Grupos vulneráveis	<b>Questão 2</b> - Existem preocupações em relação a algum grupo em específico, como idosos, adolescentes, comerciantes? Se sim, quais?
Adaptação do policiamento	<b>Questão 3</b> - De que forma as estratégias de policiamento ou ações de policiamento são adaptadas para responder às necessidades desses grupos vulneráveis?
Exemplos de prioridade	<b>Questão 4</b> - Pode dar exemplos de situações em que foi necessário dar prioridade a um grupo vulnerável? Que abordagens se mostraram mais eficazes?
Necessidade de PC	<b>Questão 5</b> - Quais são as áreas ou períodos em que considera o PC mais necessário? Porquê?
Parcerias locais	<b>Questão 6</b> - Existem parcerias entre GNR e interlocutores locais? Como funcionam e qual é a sua importância?
Medidas adicionais	<b>Questão 7</b> - Na sua opinião, que medidas adicionais poderiam ser implementadas para melhorar a segurança na sua área de ação?

## Apêndice G - Entidades entrevistadas na entrevista exploratória

Tabela 15 - Entidades entrevistadas na entrevista exploratória

<b>Posto e função</b>	<b>Entidade</b>
Capitão, Adjunto do Comandante da Secção de Operações, Treino e Relações Públicas	E1
Capitão, Comandante DTerÉVORA	E2
Tenente, Comandante DTerMNOVO	E3
Primeiro-Sargento, Comandante PTerÉVORA	E4

## Apêndice H - Quadro de categorização das entrevistas exploratórias

Tabela 16 - Quadro de categorização das entrevistas exploratórias

Objetivos Específicos (OE)	Questões Derivadas (QD)	Perguntas da Entrevista	Categorias / Subcategorias	Menções	Referências
OE2 - Elencar os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional	QD2 - Quais são os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional?	Questão 1 - Quais são os principais desafios de segurança que identifica na sua área de ação?	Criminalidade	15	14
			Burlas	4	2
			Furtos	6	4
			Violência Doméstica	2	2
			Roubos	3	2
			Tráfico de estupefacientes	1	1
		Questão 2 - Existem preocupações em relação a algum grupo em específico, como idosos, adolescentes, comerciantes? Se sim, quais?	Grupos vulneráveis	3	14
			Idosos	16	6
			Adolescentes/Jovens	11	7
			Comerciantes/Comércio	3	1

OE3 - Aferir boas práticas existentes no policiamento dessas áreas	QD3 - Quais são as boas práticas existentes no policiamento dessas áreas?	Questão 3 - De que forma as estratégias de policiamento ou ações de policiamento são adaptadas para responder às necessidades desses grupos vulneráveis?	Parcerias	4	2
			Ligação	8	8
			Proximidade	9	8
			Sensibilização	4	4
		Questão 4 - Pode dar exemplos de situações em que foi necessário dar prioridade a um grupo vulnerável? Que abordagens se mostraram mais eficazes?	Idosos	7	7
			Sensibilização	5	5
			Vulneráveis	4	4
		Questão 5 - Quais são as áreas ou períodos em que considera o PC mais necessário? Porquê?	Idosos	7	7
			Estabelecimentos escolares	4	3

			Férias	3	3
			Baixa densidade populacional	3	3
OE4 - Identificar possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo	QD4 - Quais são as possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo?	Questão 6 - Existem parcerias entre a GNR e interlocutores locais? Como funcionam e qual é a sua importância?	Prevenção	5	3
			Reuniões	3	2
			Parcerias Informais	2	2
			Confiança mútua	2	2
			Reforço de efetivo	11	10
			Questão 7 - Na sua opinião, que medidas adicionais poderiam ser implementadas para melhorar a segurança na sua área de ação?	Reforço de viaturas	5

## Apêndice I - Guião de entrevista

Tabela 17 - Guião de Entrevista

Entrevista			
Categoria do questionário	Categoria	Objetivos	Pergunta
Segurança e Prevenção Criminal	Desafios na segurança da população idosa	OE2 - Elencar os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional.	Questão 1 - Quais são os principais desafios relacionados com a segurança da população idosa na sua área?
Tecnologia e Segurança	Ações da GNR e impacto na segurança dos idosos	OE4 - Identificar possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo.	Questão 2 - De que forma a atuação junto da população idosa poderia ser melhorada?
Policiamento Comunitário	Colaboração e parcerias institucionais	OE2 - Elencar os desafios enfrentados pela GNR no policiamento das áreas de baixa densidade populacional. OE3 - Aferir boas práticas existentes no policiamento dessas áreas.	Questão 3 - Como funciona a colaboração interinstitucional entre a GNR e entidades locais para garantir a segurança junto da população idosa?
Caraterização Demográfica e Social	Estratégias e políticas de segurança para idosos	OE3 - Aferir boas práticas existentes no policiamento dessas áreas. OE4 - Identificar possíveis soluções para o policiamento nas áreas em estudo.	Questão 4 - Como descreve a colaboração com a GNR em áreas como a identificação de idosos vulneráveis, prevenção da violência, promoção da segurança e apoio à mobilidade?

## Apêndice J - Entidades entrevistadas

Tabela 18 - Entidades entrevistadas

<b>Código</b>	<b>Perfil do entrevistado</b>	<b>Área de atuação</b>
E1	Comandante DTer	Montemor-o-Novo
E2	Presidente CM Vendas Novas	Montemor-o-Novo
E3	Presidente JF Vendas Novas	Montemor-o-Novo
E4	Técnica de Ação Social	Montemor-o-Novo
E5	Comandante DTer	Évora
E6	Comandante DTer	Évora
E7	Presidente CM Redondo	Évora
E8	Técnica de Ação Social	Évora
E9	Comandante DTer	Évora e Montemor-o-Novo
E10	Comandante DTer	Évora e Montemor-o-Novo
E11	Comandante DTer	Évora e Montemor-o-Novo
E12	Comandante CTer	Évora e Montemor-o-Novo
E13	Comandante CTer	Évora e Montemor-o-Novo
E14	Comandante CTer	Évora e Montemor-o-Novo

## Apêndice K - Análise qualitativa das entrevistas

Tabela 19 - Análise qualitativa da questão 1

Questão 1 - "Quais são os principais desafios relacionados com a segurança da população idosa na sua área?"	
E1	"Os principais desafios prendem-se com a prevenção da ocorrência de burlas, furtos e roubos, o que é altamente agravado tendo em conta a dispersão territorial do Destacamento, a situação de isolamento de muitos idosos e os meios disponíveis para um acompanhamento mais próximo desses idosos. [...] seja em razão da idade, do estado de saúde ou mesmo da iliteracia."
E2	"Existência de situações de violência doméstica e maus-tratos (prioridade intermédia). Insuficiência de recursos que melhorem a segurança de pessoas e bens."
E3	"A vigilância [...], fundamentalmente aos idosos isolados, feita em articulação com as autarquias, em articulação com o centro de saúde. [...] esse trabalho em equipa permitiria, de facto, [...] dar mais segurança aos nossos idosos que vivem isolados."
E4	"O isolamento social predispõe a que as pessoas idosas muito facilmente deem conversa a desconhecidos dando informações que os podem vir a prejudicar."
E5	"O grande desafio é chegar a toda a população, não apenas por causa da área extensa, mas também pelas vias de acesso, muitos dos quais são caminhos de terra batida."
E6	"Áreas isoladas e muito dispersas. [...] A ingenuidade desta população permite que haja mais oportunidade para a prática de certos crimes (burlas, roubos). [...]."
E7	"A perda de capacidades motoras, auditivas, visuais ou cognitivas [...] são razões legitimadoras de atos que podem potenciar e levar à falta de segurança e até mesmo às situações de violência."
E8	"O principal desafio relaciona-se com o isolamento social e até mesmo geográfico de alguns idosos e a inexistência, em muitas situações, de uma rede de suporte familiar. [...]"
E9	"As maiores preocupações estão relacionadas com certos crimes a que esta população está sujeita, como burlas [...] furtos e roubos. Os que vivem isolados são particularmente vulneráveis."
E10	"Estas pessoas ao viverem sozinhas e isoladas estão muito sujeitas às burlas. [...] Por norma só se sabe das situações quando as pessoas se deslocam ao posto. [...] Aqui e ali vão havendo burlas consumadas. [...] A capacidade de reação [...] é muito reduzida."
E11	"Isolamento e solidão. [...] Pessoas que vivem sozinhas tornam-se alvos preferenciais para crimes, sobretudo burlas. [...] Também preocupam furtos a residências e violência doméstica. [...] Resposta a emergências é condicionada pela dispersão geográfica e escassez de meios."
E12	"Monitorizar e identificar os idosos que vivem em situação de isolamento. [...] Dar formação específica aos nossos militares. [...] Capacitar os idosos com formação informática. [...] Envolver as várias entidades civis especializadas."
E13	"O [...] isolamento que eles têm. [...] Sentimento de segurança mais frágil. [...] Rápida evolução da criminalidade, nomeadamente online. [...] A mobilidade alargada dos criminosos representa o grande desafio: alugam um carro em Lisboa, cometem os crimes e, em apenas meia hora, já se encontram fora daqui."
E14	"Dispersão geográfica."

Tabela 20 - Análise qualitativa da questão 2

Questão 2 - ""De que forma a atuação junto da população idosa poderia ser melhorada?"	
E1	"A atuação poderia ser melhorada através do acréscimo do número de militares na Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) e da dotação da referida Secção com mais viaturas, em especial com capacidade todo-o-terreno. [...] torna-se impraticável, com o efetivo atual, esse acompanhamento."

E2	"A atuação junto da população idosa pode ser significativamente melhorada através de um conjunto articulado de medidas, principalmente, nas áreas da segurança, saúde, apoio social e acessibilidade. [...] Reforçar os Programas de Proximidade das Forças de Segurança [...]; Reforçar/Estabelecer redes de vigilância informal [...]; Facilitar a distribuição de dispositivos de teleassistência [...]; Criação de unidades móveis de saúde com visitas regulares a zonas isoladas ou a idosos vulneráveis."
E3	"Tal como disse, trabalhando melhor em equipa com as equipas que estão no terreno, seja do Centro de Saúde, seja da Segurança Social, seja dos apoios domiciliários. [...] haver uma melhor articulação [...] com contactos mais diretos, contactos mais próximos, e também haver formação conjunta."
E4	"A atuação junto da população idosa poderia ser melhorada com uma maior proximidade da rede de vizinhança, da família, das instituições sociais e das forças de segurança; efetuar mais sessões de sensibilização em grupo e individuais;"
E5	"Essa atuação pode ser melhorada com parcerias e envolvimento com as associações, e principalmente com as autarquias. [...] A GNR deve atuar em estreita ligação com essas entidades [...] para identificar a população mais vulnerável."
E6	"Importa melhorar a atuação através da articulação entre entidades. [...] Uma melhor organização interinstitucional traria melhorias significativas na resposta e proteção desta população."
E7	"O grande desafio é encontrar formas que possibilitem e facilitem a sua participação na sociedade [...] garantir que todos tenham acesso à informação, aos canais de prevenção e a uma rede de transportes e serviços eficazes."
E8	"Poderia ser reforçada a vigilância junto das situações mais críticas através de rondas mais periódicas e com devolução de feedback às entidades referenciadoras."
E9	"É nesta área [SPC] que se exige um cuidado especial e uma abordagem adaptada. [...] A tecnologia pode, e deve, ser mais bem aproveitada [...] reforço da articulação com as instituições locais [...] essa articulação é mesmo muito, muito importante."
E10	"Teria de haver mais recursos, não só humanos, mas também materiais. [...] Se nós tivéssemos mais recursos alocados até em específico à Secção de Prevenção Criminal, poderíamos ter melhores resultados."
E11	"Se tivéssemos uma verdadeira resposta integrada [...] poderíamos melhorar a nossa situação. [...] Os nossos militares deviam ter uma formação especializada para a questão dos idosos. [...] Uma equipa multidisciplinar seria ideal."
E12	"Melhorar a proximidade entre os idosos e a GNR; melhorar a informação; usar tecnologia de alarme e localização; envolver outras entidades civis [...] melhorar o relacionamento e capacitação tecnológica dos idosos."
E13	"Poderíamos melhorar com o projeto e-Guard [...] mais pessoal no terreno, para poder ir mais vezes visitar, mais vezes ouvir os nossos idosos. [...] Formação especializada e resposta integrada são essenciais."
E14	"Nesta questão, importa destacar o incremento do uso da tecnologia como botões de emergência ou teleassistência [...]; o aumento do patrulhamento e das ações de sensibilização [...]; incremento da ligação da GNR com outras instituições como as autarquias e as IPSS."

**Tabela 21 - Análise qualitativa da questão 3**

Questão 3 - "Como funciona a colaboração interinstitucional entre a GNR e entidades locais para garantir a segurança junto da população idosa?"	
E1	"A colaboração existente é profícua e desenvolve-se naturalmente e consoante as necessidades de cada caso. É frequente muitos desses profissionais acompanharem os militares da SPCPC em visitas domiciliárias a idosos, para além da interação constante que existe nos diferentes eventos e reuniões."
E2	"Este trabalho é feito em estreita articulação com as autarquias, juntas de freguesia, forças de segurança (GNR), instituições particulares de solidariedade social (IPSS), centros de saúde e

	outros parceiros institucionais, no Conselho Local de Ação Social de Vendas Novas (CLASVN) [...]."
E3	"Portanto, como eu lhe estava a dizer funciona um bocadinho numa rede muito informal, não há nada de muito formal. [...] Não está nada muito protocolado, de facto, baseado nos contactos informais e nos conhecimentos que vamos tendo mais por aí do que propriamente numa rede institucionalizada."
E4	"Tenho alguma dificuldade em responder a esta questão, mas julgo que funciona bem, o que não quer dizer que a segurança dos idosos esteja garantida."
E5	"As autarquias têm um peso fundamental ao disponibilizarem a informação sobre a população idosa, que depois é partilhada com a GNR. Essa ligação é feita diariamente, seja por telefone ou e-mail, através das Secções de Policiamento Comunitário."
E6	"Em cada município existem redes sociais ou conselhos locais — como o Conselho Municipal de Segurança — onde estas preocupações são discutidas. [...] Essa colaboração ocorre através do planeamento e partilha de responsabilidades entre as entidades."
E7	"A GNR colabora, de forma direta, com todas as entidades e estruturas do concelho e esta visão [...] permitiu-nos aproximar as polícias dos cidadãos, aproximar as entidades, assim como resolver os problemas da ordem pública e da segurança com estratégias eficazes, conjuntas, multidisciplinares e através da proximidade."
E8	"A GNR, apesar da sua especificidade de intervenção, posiciona-se como um parceiro disponível para colaborar e participar nos diversos processos desenvolvidos no contexto da rede social. Este exercício favorece a concetualização em relação à segurança, neste caso da população idosa, já que a GNR procura integrar as perspetivas e contributos dos restantes parceiros."
E9	"Em primeiro lugar, através de protocolos de cooperação. [...] Outra forma de colaboração decorre no âmbito do programa 'Censos Sénior'. [...] Envolve juntas de freguesia, IPSS, serviços de saúde, entre outras entidades."
E10	"Ora bem, a colaboração interinstitucional [...] passa muito por um conselho que normalmente há em todos os municípios [...] é muito mais a Guarda a intervir do que, propriamente, as Câmaras ou as Juntas de Freguesia, neste âmbito específico da segurança."
E11	"Realizamos também ações de sensibilização conjuntas, por exemplo sobre burlas dirigidas a idosos. [...] Muitos idosos compareciam apenas pelo convívio, pela oportunidade de conversar com os militares. Sentiam-se ouvidos, acompanhados."
E12	"Tem muito a ver com o trabalho da GNR, mais ou menos persistente localmente, e também com a sensibilidade das entidades civis, especialmente as autárquicas. [...] O trabalho [...] é denominado 'Censos Sénior' e tem servido de orientação para o posterior trabalho de ação operacional do dispositivo da Guarda."
E13	"Há uma grande proximidade entre os militares da SPC e estas instituições, na generalidade. [...] A Guarda foi uma das instituições que mais contribuiu para dar visibilidade a este fenómeno, quando criou a Operação Censos Sénior."
E14	"Contactos frequentes com autarquias locais (câmaras municipais e juntas de freguesia) e muitas IPSS. [...] O efectivo dos PTer foi sempre incentivado a manter contacto frequente com toda a sociedade civil."

**Tabela 22 - Análise qualitativa da questão 4**

Questão 4 - "Como descreve a colaboração com a GNR em áreas como a identificação de idosos vulneráveis, prevenção da violência, promoção da segurança e apoio à mobilidade?"	
E1	"A colaboração existente é profícua e desenvolve-se naturalmente e consoante as necessidades de cada caso. É frequente muitos desses profissionais acompanharem os militares da SPCPC em visitas domiciliárias a idosos, para além da interação constante que existe nos diferentes eventos e reuniões."
E2	"Esta colaboração interinstitucional, que se quer contínua e estruturada, tem sido fundamental na identificação e acompanhamento de situações de risco, particularmente junto da população idosa

	mais vulnerável. [...] O exemplo das patrulhas de proximidade, em particular nas zonas rurais e mais isoladas, desempenham um papel insubstituível na deteção de situações de negligência, isolamento social, violência ou outras vulnerabilidades."
E3	"De facto, o que tem acontecido é que, em termos da segurança, a GNR tem feito algumas ações com os nossos idosos, nomeadamente também com a Academia Sénior e com os nossos grupos de idosos. [...] Portanto, será mais na prevenção de burlas, e também na vigilância e identificação de casos vulneráveis. [...] A relação acaba por não ser muito institucionalizada, acaba por ser mais informal."
E4	"Os elementos da GNR local sempre colaboraram em todas as situações para as quais foi pedida a sua colaboração."
E5	"Todos estes pontos estão presentes na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, e coincidem com o trabalho das Secções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário da GNR. [...] Apesar disso, a colaboração com as entidades locais está bem delineada, e as secções têm objetivos claros para trabalhar com a população mais vulnerável, incluindo idosos."
E6	"Estes aspetos estão previstos na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo, onde a GNR tem várias atribuições. [...] Um exemplo: no Destacamento Territorial de Évora, após sinalização de um idoso com mobilidade reduzida, as entidades uniram esforços e construíram uma rampa de acesso à residência."
E7	"O Município de Redondo tem vindo a colaborar e a acompanhar os projetos de apoio à população, promovidos pela GNR, nomeadamente através dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade. [...] Têm vindo a ser promovidas ações de sensibilização [...] de modo a prevenir situações de risco."
E8	"A GNR constitui-se como parceiro fundamental nesta matéria face aos programas de proximidade que desenvolvem junto da população idosa. O conhecimento do território e das situações de maior vulnerabilidade manifesta-se primordial para o desencadear de respostas mais eficazes, caso necessário."
E9	"Relativamente à identificação de idosos vulneráveis, esta tem sido feita através dos patrulhamentos, das Secções de Prevenção Criminal (SPC) e dos Censos Sénior [...] O posto móvel foi tão bem aproveitado que foi posteriormente equipado com uma máquina de café. E ali, enquanto tomavam café, as pessoas desabafavam. [...] Era o verdadeiro policiamento de proximidade."
E10	"[...] obviamente que os militares [...] com os presidentes da Junta [...] auxiliam a Guarda na identificação de eventuais casos [...] Infelizmente não podemos ter aqui um guarda em cada rua, em cada passadeira para auxiliar as pessoas que têm menor mobilidade."
E11	"A sinalização da população mais vulnerável, sobretudo dos idosos, é sempre efetuada. [...] É fundamental sensibilizá-los e informá-los: "Isso é crime. Tem de denunciar. Tem de falar connosco." [...] Era uma medida simples, mas eficaz. [...] Às vezes, o problema era apenas a mobilidade, algo simples para nós, mas um enorme obstáculo para eles."
E12	"A identificação de idosos em situação de isolamento e necessidade decorre quase exclusivamente do trabalho de campo dos operacionais da Guarda [...] Com base nesse trabalho desenvolvido pela Guarda, as entidades de saúde implementaram [...] consultas por videochamada."
E13	"Temos a operação Censos Sénior que visa isso mesmo [...] Temos um sistema informático, em que fazemos o registo desses idosos vulneráveis [...] também promovemos várias ações em que os trazemos aos nossos quartéis [...] nomeadamente [...] segurança rodoviária [...] caminhadas [...] colete para as caminhadas."
E14	"A Guarda sempre se empenhou na realização dos Censos Sénior, que facilitaram não só o conhecimento mais apurado da população, mas também o contacto com ela. Nesses contactos (e nas passagens regulares dos militares dos núcleos de programas especiais e do Posto Móvel) sempre se efetuou divulgação das melhores práticas para a prevenção e segurança. Os contactos, formais e informais, com as juntas de freguesia permitiram conhecer melhor alguns casos de especial vulnerabilidade."

## Apêndice L - Guião de questionário

Tabela 23 - Guião de questionário

<b>Caraterização Demográfica e Social</b>					
<b>1. Qual é o seu nível de escolaridade?</b>					
Nenhum	1.º ciclo (4.º ano)	2.º ciclo (6.º ano)	3.º ciclo (9.º ano)	Ensino secundário (12.º ano)	Ensino superior
<b>2. Qual é a sua ocupação principal?</b>					
Reformado	Trabalhador(a) por conta de outrem	Trabalhador(a) por conta própria	Desempregado(a)	Outro: _____	
<b>3. Vive sozinho(a) ou acompanhado(a)?</b>					
Sozinho(a)	Com familiares	Com marido/mulher	Com vizinhos/amigos	Outro: _____	
<b>4. Qual é o meio de transporte que utiliza mais frequentemente?</b>					
A pé	Transportes públicos	Viatura própria	Táxi	Outro: _____	
<b>5. Frequento um centro de dia ou outra instituição de apoio a idosos</b>					
Sim			Não		
<b>Segurança e Prevenção Criminal</b>					
<b>6. Sinto-me seguro(a) na minha comunidade.</b>					
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)	

<b>7. Vejo patrulhas da GNR na zona onde moro.</b>					
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)	
<b>7.1 Na zona onde moro gostaria de ver patrulhas da GNR:</b>					
	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
De carro					
De mota					
De bicicleta					
A pé					
A cavalo					
<b>8. Apresentaria uma queixa à GNR no posto territorial mais próximo.</b>					
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)	
<b>8.1 Se tivesse de apresentar uma queixa à GNR, não o faria porque:</b>					
	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
Não sei como contactar a GNR					
Não tenho o número de telefone da GNR					
Não tenho meios para me deslocar ao Posto da GNR					
Não sei como apresentar uma queixa por meios digitais					
<b>9. Quando denunciei uma situação à GNR, fiquei satisfeito(a) com a resposta.</b>					
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)	

<b>10. A GNR já me informou sobre situações de burla.</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

<b>11. Sei o que fazer numa situação de burla devido à informação dada pela GNR.</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

### Isolamento e Vulnerabilidade

<b>12. A GNR visita-me regularmente.</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

<b>12.1 Sempre que sou visitado pela GNR, sou acompanhado pelo(s) mesmo(s) militar(es).</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

<b>12.2. As visitas da GNR deveriam ser acompanhadas por um profissional de ação social.</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

<b>13. Em caso de perigo, sei como contactar a GNR.</b>				
Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

<b>13.1. Sei como contactar a GNR porque tenho o contacto telefónico.</b>					
	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

No íman distribuído pela GNR					
No calendário distribuído pela GNR					
Num papel					
No telemóvel					

**14. As ações desenvolvidas entre a GNR e outras entidades aproximam-me da GNR.**

	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Neutro (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
Distribuição de calendários					
Distribuição de cabazes					

### Policiamento Comunitário

**15. Os militares da GNR conhecem os problemas específicos da minha comunidade.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**16. Conheço o programa Apoio 65 - Idosos em Segurança.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**17. Um posto móvel melhoraria o acesso aos serviços da GNR.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**18. Um militar da GNR na Junta de Freguesia para receber queixas e prestar informações seria útil.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**19. Gostaria de participar em atividades da GNR para melhorar a segurança na minha comunidade.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**19.1. Gostaria de participar em atividades da GNR sobre:**

	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
Prevenção de burlas					
Violência doméstica					
Furtos em interior de residência					
Segurança rodoviária					
Segurança na internet					

**20. A GNR já pediu a minha opinião sobre questões de segurança na zona onde moro.**

Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)

**Tecnologia e Segurança**

**24. Gostaria de receber:**

	Discordo totalmente (1)	Discordo (2)	Não concordo nem discordo (3)	Concordo (4)	Concordo totalmente (5)
Pulseira com um botão para pedir ajuda à GNR					
Porta-chaves com um botão para pedir ajuda à GNR					
Chamadas ou videochamadas regulares da GNR					
Mensagens da GNR com avisos sobre segurança					

## Apêndice M - Comparação estatística entre os dois questionários

Tabela 24 - Comparação estatística entre os dois questionários

Pergunta	Local	N (número de respostas)	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Moda
Sinto-me seguro(a) na minha comunidade.	Évora	45	4.18	4.0	1.11	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.08	4.0	1.04	1	5	4
Vejo patrulhas da GNR na zona onde moro.	Évora	45	4.36	4.0	0.8	2	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.27	4.0	0.83	2	5	4
Apresentaria uma queixa à GNR no posto territorial mais próximo.	Évora	45	2.67	2.0	1.64	1	5	1
	Montemor-o-Novo	51	3.06	4.0	1.61	1	5	5
Quando denunciei uma situação à GNR, fiquei satisfeito(a) com a resposta.	Évora	45	4.38	5.0	0.83	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.35	4.0	0.72	2	5	4
A GNR já me informou sobre situações de burla.	Évora	45	4.38	5.0	0.89	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.45	4.0	0.61	2	5	4
Sei o que fazer numa situação de burla devido à informação dada pela GNR.	Évora	45	4.38	5.0	0.89	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.47	5.0	0.61	2	5	5
A GNR visita-me regularmente.	Évora	45	4.29	5.0	1.01	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.29	4.0	0.81	2	5	4

Sempre que sou visitado pela GNR, sou acompanhado pelo(s) mesmo(s) militar(es).	Évora	45	4.38	5.0	0.89	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.49	4.0	0.5	4	5	4
As visitas da GNR deveriam ser acompanhadas por um profissional de ação social.	Évora	45	4.27	4.0	0.91	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.41	4.0	0.67	2	5	5
Em caso de perigo, sei como contactar a GNR.	Évora	45	4.62	5.0	0.49	4	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.47	4.0	0.5	4	5	4
As ações desenvolvidas entre a GNR e outras entidades aproximam-me da GNR.	Évora	45	4.49	5.0	0.73	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.43	4.0	0.5	4	5	4
Os militares da GNR conhecem os problemas específicos da minha comunidade.	Évora	45	4.47	5.0	0.73	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.39	4.0	0.63	2	5	4
Conheço o programa Apoio 65 - Idosos em Segurança.	Évora	45	3.6	4.0	1.51	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	3.35	4.0	1.47	1	5	2
Um posto móvel melhoraria o acesso aos serviços da GNR.	Évora	45	4.51	5.0	0.51	4	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.22	4.0	0.88	1	5	5
	Évora	45	4.47	5.0	0.59	3	5	5

Um militar da GNR na Junta de Freguesia para receber queixas e prestar informações seria útil.	Montemor-o-Novo	51	4.27	4.0	0.87	1	5	5
Gostaria de participar em atividades da GNR para melhorar a segurança na minha comunidade.	Évora	45	4.51	5.0	0.51	4	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.25	4.0	0.8	2	5	4
A GNR já pediu a minha opinião sobre questões de segurança na zona onde moro.	Évora	45	4.27	4.0	1.01	1	5	5
	Montemor-o-Novo	51	4.22	4.0	0.94	1	5	4
Frequenta um centro de dia ou outra instituição de apoio a idosos?	Évora	45	0.56	1.0	0.5	-	1	1
	Montemor-o-Novo	51	0.27	0.0	0.45	-	1	0